

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



**Rio de Janeiro – Ano 10 – Nº 30
Setembro/Dezembro – 2004**

R454

Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos. – Ano 10, Nº 29, (set./dez.2004) – Rio de Janeiro: CiFEFiL. 150 p.

Quadrimestral

ISSN 1413-6457

1. Filologia – Periódicos. 2. Lingüística – Periódicos.

I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)

Rua Visconde de Niterói, 512/97 – 20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

Telefax: (21) 2569-0276 – E-mail: pereira@uerj.br e www.filologia.org.br/revista

Diretor-Presidente:	Prof. Dr. José Pereira da Silva
Vice-Diretora:	Profa. Dra. Maria Lúcia Mexias Simon
Primeiro Secretário:	Prof. Dr. Alfredo Maceira Rodríguez
Segunda Secretária:	Profa. Me. Patricia Teresita Festini
Diretor de Publicações	Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva
Vice-Diretor de Publicações	Prof. Dr. Vito Cesar de Oliveira Manzollilo

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe: José Pereira da Silva

Conselho Editorial

Alfredo Maceira Rodríguez	Maria Lúcia Mexias Simon
Álvaro Alfredo Bragança Júnior	Nataniel dos Santos Gomes
Cristina Alves de Brito	Patricia Teresita Festini
Claudio Cezar Henriques	Ruy Magalhães de Araujo
José Pereira da Silva	Vito César de Oliveira Manzollilo

Diagramação, editoração e edição José Pereira da Silva
Projeto de capa: Emmanoel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOLOGUS VIRTUAL

www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – <i>José Pereira da Silva</i>	05
A POESIA PASTORIL NA GRÉCIA E EM ROMA (HISTÓRICO) – <i>Márcio Luiz Moitinha Ribeiro</i>	07
A REPETIÇÃO: UMA DISCUSSÃO SOBRE SUAS BASES FILOSÓFICAS, CULTURAIS E TEXTUAIS (II) – <i>Kilpatrick M. B. Campelo</i>	18
A VIDA DE SANTA PELÁGIA - COMENTÁRIOS MORFOSSINTÁTICOS (II) – <i>Ruy Magalhães de Araujo</i>	36
ASPECTOS LINGÜÍSTICOS NA GRAMÁTICA DE FERNÃO D’OLIVEIRA – <i>Horácio França Rolim de Freitas</i>	57
O BRETÃO: ÚLTIMO REBENTO CÉLTICO NO CONTINENTE EUROPEU – <i>João Bittencourt de Oliveira</i>	68
FILOGIA E FILOSOFIA NA NOMENCLATURA GRAMATICAL – <i>Bruno Fregni Bassetto</i>	78
PLAUTO E A AULULARIA – <i>Mariza Mencialha de Souza</i>	97
POMPÉIA: UM RELICÁRIO DO LATIM VULGAR – <i>Eliana da Cunha Lopes</i>	108
PRELIMINARES DE UM ESTUDO LINGÜÍSTICO E HISTÓRICO DA TOPONÍMIA BAIANA: O CASO DA REGIÃO ECONÔMICA OESTE – <i>Ricardo Tupiniquim Ramos</i>	119
LÉXICO E TRANSDISCIPLINARIEDADE – <i>Maria Aparecida Barbosa</i>	128

ENTREVISTA

COM ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO por *Vito Cesar Manzollilo* .. 139

RESENHAS

ANÁLISE CRÍTICA DOS ESTUDOS MORFOLÓGICOS ENCONTRADOS NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS – <i>José Pereira da Silva</i>	143
EM TORNO DA NOÇÃO DE RADICAL – <i>José Pereira da Silva</i>	146
UM REGISTRO HISTÓRICO DO BRASIL EM LATIM – <i>Amós Coêlho da Silva</i>	149

EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe o trigésimo número de sua Revista *Philologus*, com dez artigos, uma entrevista e três resenhas, da autoria dos seguintes professores e filólogos ou lingüistas: Amós Coêlho da Silva (147-148), Antônio Martins de Araújo (137-140), Bruno Fregni Bassetto (78-64), Eliana da Cunha Lopes (106-116), Horácio França Rolim de Freitas (57-67), João Bittencourt de Oliveira (68-77), José Pereira da Silva (141-143 e 144-146), Kilpatrick M. B. Campelo (18-35), Márcio Luiz Moitinha Ribeiro (07-17), Maria Aparecida Barbosa (126-136), Mariza Mencialha de Souza (95-105), Ricardo Tupiniquim Ramos (117-125), Ruy Magalhães de Araujo (36-56) e Vito Cesar Manzollilo (137-140),

Alguns artigos submetidos foram transferidos para o próximo número, visto que a Diretoria de Publicações do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos decidiu que, a partir do número 28, cada volume terá de variar entre 120 e 150 páginas para conter um pouco as despesas porque alguns associados vêm deixando sistematicamente de cumprir suas obrigações financeiras, repassando para nós as suas dificuldades.

A redução do número de artigos resultou também da extensão da maioria dos artigos aqui publicados, que vem ultrapassando bastante a média dos números anteriores.

Neste número, iniciamos uma nova alteração na estrutura deste periódico, que passa a contar com uma seção de entrevistas, com o plano de publicarmos nos próximos números as entrevistas feitas pelo Vice-Diretor de Publicações do CiFEFiL, Prof. Dr. Vito Cesar de Oliveira Manzollilo, com os filólogos Evanildo Bechara, Bruno Bassetto e João Bortolanza, que são os três filólogos que foram agraciados com a Medalha Santo Isidoro de Sevilha, cuja entrega deverá ocorrer na semana do dia 4 de abril de 2005, quando se celebra o dia daquele Santo na Igreja Católica.

Agora, no décimo ano do CiFEFiL e da *Revista Philologus*, juntemo-nos aos seus Diretores: Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva e Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques para fazê-la tornar-se um periódico

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

co de melhor qualidade gráfica, com o apoio que merece ter das empresas ou das agências de fomento.

Como o nosso objetivo é divulgar os estudos filológicos e linguísticos, poderemos distribuir a revista gratuitamente a todas as bibliotecas de cursos superiores de letras das universidades públicas brasileiras e para as particulares que a solicitarem.

A Direção desta *Revista Philologus* e a Direção do CiFEFiL pedem aos colegas que contribuam com as suas críticas positivas e honestas para que os seus serviços possam atingir a melhor qualidade possível que os seus recursos permitem.

Ainda não temos em mãos os artigos que serão publicados no próximo número deste periódico, o que nos leva a sugerir-lhe que apresente o seu trabalho dentro das normas estabelecidas nas INSTRUÇÕES EDITORIAIS, até o mês de janeiro de 2005, visto que o próximo número deverá ser aprontado até o mês de abril.

Rio de Janeiro, dezembro de 2004.

José Pereira da Silva

A POESIA PASTORIL NA GRÉCIA E EM ROMA HISTÓRICO

Márcio Luiz Moitinha Ribeiro (UERJ e USP)

RESUMO

Discorreremos sobre a origem da poesia pastoril na Grécia e em Roma, bem como analisaremos a vida de Teócrito e de Virgílio. Outrossim, veremos o significado etimológico de idílio, égloga e bucólica. Sabemos que modernamente, todos estes nomes se equivalem, contudo, primitivamente, são diferentes.

Esperamos que este trabalho acadêmico seja de magno proveito a todos os amantes da literatura aos docentes; e aos discentes da graduação e pós-graduação do curso de Letras das universidades brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Poesia pastoril, Virgílio, Teócrito.

Discorreremos, inicialmente, sobre o “gênos” da poesia pastoril na Grécia, focalizando a vida e o estilo de Teócrito e a origem deste tipo de poesia em Roma com Virgílio¹.

Como surgiu a poesia bucólica, na Grécia? Alguns afirmam que se originou dos Lacedemônios, quando Xerxes, o rei dos Persas, fez uma viagem à Grécia. As mulheres espartanas não puderam cuidar do altar da deusa Diana, com zelo, na cidade dos pastores, como era costume delas fazerem, devido ao medo do inimigo. Mesmo assim, elas celebraram o evento religioso com cânticos desarmoniosos, chamando-os de canto bucólico.

¹ A literatura bucólica compreende idílios e églogas nas quais as figuras representam pastores e outros personagens dos campos e dos montes. No bucolismo, são expressos liricamente os sentimentos. Apresenta caráter lírico, sem o “eu lírico”, porque o poeta esconde-se atrás de uma personagem, como se fosse um narrador. Embora seja o bucolismo um gênero de caráter misto, pois apresenta características do lírico, épico e dramático, a poesia bucólica é classificada como lírica pelo fato de expressar a subjetividade. Sabemos que nenhum gênero apresenta somente suas características próprias. Destarte, o bucolismo também se utiliza de características de outros gêneros, como a expressão do mundo, ora subjetivo, quando percebemos, na poesia, as emoções e sentimentos, ora objetivo, quando a personagem (ou poeta) faz a descrição do ambiente pastoril e da natureza. Notamos, outrossim, a presença de um narrador em 3ª. pessoa, quando o poeta fala a respeito dos pastores Córion e Aléxis, como ocorre na *Il Bucólica* de Virgílio, versos 1-5. A poesia bucólica apresenta características de gênero dramático, quando há a presença de um desafio poético ou um diálogo entre pastores.

Outros dizem que Orestes, quando esteve na Sicília, dedicou o gênero bucólico à Diana, deusa dos campos, depois de furtar a imagem da deusa e escondê-la num feixe de lenha.

Para outros, a poesia bucólica foi dedicada a Mercúrio, pai de Dáfnis, príncipe de todos os pastores e rebanhos. Julgam ainda outros ter sido a poesia bucólica escrita em honra de Pã, deus pastoril, protetor dos pastores e rebanhos, inventor da flauta de sete canos, a “sýrinx”, do grego $\blacklozenge \blacklozenge \blacklozenge \square \text{H} \text{U} \text{O} \square \text{E} \text{D}$

Na tese *Os idílios de Teócrito e as Bucólicas de Virgílio*, de Junito de Souza Brandão (Cf. Brandão, 1950), assim ele se expressa:

O bucolismo teve, é quase certo, suas origens no povo helênico. Além do mais, as próprias condições geográficas, políticas e sociais da Grécia, muito contribuíam para o surto da poesia bucólica. As origens mais próximas estão nas festas das colheitas, das vindimas, bem como nas tumultuosas festas dionisíacas e fálicas, festejos estes que se realizavam nos campos.

Os camponeses festejam sua padroeira divina, Ártemis, a casta deusa, cuja luz suave lhes ilumina os folguedos noturnos. Grupos de pastores e trabalhadores do campo, encham a região da Sicília e da Itália Meridional, diminuindo o cansaço do labor com canções, nas quais o sentimento da natureza modera as ânsias do amor. Por isso, o bucolismo traduz a esperança de uma época de paz, um canto de saudade. A poesia bucólica tem ainda sua origem ligada a certos hábitos de vida, como a agricultura e a pastorícia³.

Também, não podemos dissociar a poesia pastoril de um $\circ \blacklozenge \text{H} \square \square \text{Z} <$ (“mýthos”). Pois, um dos recursos utilizados pelo poeta é a alusão à mitologia agreste com que se alimentava a alma sensível e sonhadora do povo grego. Já que estamos percorrendo sobre as origens da poesia pastoril, passemos ao “campus” da etimologia dos vocábulos.

Veremos o significado etimológico (Cf CHANTRAINE) de idílio, écloa e bucólica. Sabemos que modernamente, todos estes nomes se equivalem, contudo, primitivamente, são diferentes.

O idílio, do grego $\text{M} \text{H} \text{E} \text{U} \blacklozenge \blacklozenge \bullet \bullet \text{H} \square \blacksquare$ (“eidyllion”), era

³ Outro fator não menos relevante é o amor do povo helênico pela pastorícia;

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

composição poética breve, poesia curta. É o diminutivo de $\mu\lambda\lambda\acute{o}\varsigma$ (“eídos”). Entretanto, os modernos passaram a dar uma significação mais restrita a esta palavra, já que as composições sobre assuntos pastorais apareciam em maior número neste tipo de poesia, associando-se então o idílio à idéia de poesia pastoral.

Em latim, é empregado numa famosa passagem de uma epístola de Plínio, o Jovem (IV,14, 9):

Proinde siue epigrammata siue idyllia siue eclogas siue, ut multi, poematia seu quod aliud uocare malueris, licebit uoces: ego tantum hendecassylabos praesto.

Conseqüentemente, poderás chamá-los ou de epigramas, ou de idílios, ou de poesias, ou, como muitos fazem, de pequenos poemas, ou de outra coisa que preferires: eu somente me responsabilizo por hendecassílabos (Apud Carvalho Júnior, 1990: 15-16).

Plínio enviou a Paterno, juntamente com esta carta, alguns versos de sua autoria. Neste trecho vê-se bem que *idyllium* significa “pequeno poema de conteúdo variado”.

A écloga ou égloga, do grego $\mu\lambda\lambda\acute{o}\varsigma$ de “eklégein” significa etimologicamente, “escolha”, “extrato” e num sentido mais amplo “uma poesia ou trecho seletivo”. Só modernamente emprega-se como sinônimo de composição pastoril. A bucólica ($\mu\lambda\lambda\acute{o}\varsigma$) seria uma composição, na qual o protagonista era o boieiro ou vaqueiro. Tirou-se deste termo o nome do gênero – bucolismo ou poesia bucólica.

O termo pastoral que designa uma composição que se move num quadro rústico e num ambiente de pastores, não é usado na Antigüidade Clássica.

Assim, com a explicação etimológica dos nomes, acima mencionados, entendemos melhor o conceito de poesia bucólica. *Stricto sensu*, forma de poesia na qual o protagonista é o boieiro ou o vaqueiro, com predomínio para o guardador de gado bovino, por ser o mais antigo entre os pastores. *Lato sensu*, seria o gênero literário, em verso, em que figuravam, num cenário campestre, os guardadores de gado como principais atores, podendo ser boieiros, vaqueiros, pastores de

cabras ou de ovelhas.

Modernamente, há uma preferência para o nome pastoral ou pastoralismo, em virtude de ter sido a de pastor de cabras ou de ovelhas, a ocupação mais freqüente.

Quando falamos da origem da poesia pastoril, logo nos lembramos do poeta grego Teócrito, considerado o criador deste gênero. Este, contudo, não se desenvolveu apenas na Grécia. Virgílio o praticou em suas bucólicas, em Roma, e foi ele retomado pela posteridade no Renascimento e no Arcadismo, representando-se em boa parte da literatura européia.

Teócrito nasceu por volta do ano 310 a.C., provavelmente em Siracusa, colônia grega situada na Sicília. Viveu na ilha de Cós e em Alexandria⁶ e foi muito prestigiado em todo o mundo helênico.

Teócrito escreveu no dialeto dórico e, na maior parte de sua obra, na forma de diálogo. Seus poemas são retratos ou pequenas cenas do ambiente bucólico. Há muitas vezes passagens repletas de mitologia que refletiam as lendas do mundo pastoril.

Os pastores com seus amores felizes ou infelizes são os personagens de Teócrito. Seus poemas são escritos em hexâmetros datílicos.

Teócrito em alguns de seus poemas, apresenta os mesmos personagens da comédia nova. Primeiramente, porque há personagens do mundo burguês e outros do meio popular; há o jovem apaixonado que perdeu o seu amor, como no idílio XIV, e há a presença dos deuses do Olimpo que participam das aventuras familiares.

Há traços de ironia nos seus idílios, porém não é mordaz, quer apenas divertir. Para o poeta, o bem e o mal, a alegria e a dor têm o mesmo valor e enriquecem a sua imaginação.

Quanto à sua obra, Teócrito também empregou em três idílios (II, XIV e XV) o gênero literário conhecido como mimo. Este pode

⁶ Teócrito viveu no período helenístico, no qual a cultura e as atividades artísticas deslocam-se de Atenas para Alexandria. Esta torna-se um grande centro urbano e sob a proteção dos monarcas que ali reinam e com o auxílio de excelentes bibliotecas, aparecem muitos poetas e prosadores, nesta época;

ser definido como um gênero dramático, no qual pequenas cenas da vida quotidiana são abordadas de maneira bastante realista. O mimo literário era provavelmente recitado, e não encenado. As origens deste gênero são bastante obscuras. Sabemos que companhias de saltimbancos percorriam certas cidades gregas a apresentar pequenos trechos dramáticos de caráter bastante popular com imitações (○)✕”○□✕(Ⓣ de cenas da vida quotidiana ou da mitologia, nas quais não estavam ausentes as vulgaridades. De qualquer forma, Teócrito adaptou o mimo à sua arte refinada, despindo-o de vulgaridades (*Apud*, CARVALHO JÚNIOR, 1990: 18-19).

O que predomina nos idílios é a observação da rudeza dos pastores e um claro sentimento das belezas da natureza⁸.

Antônio Augusto, em sua dissertação intitulada: *A expressão poética dialetal de Teócrito em as Siracusanas*, nos ensina que “o poeta siracusano é um especialista em ilusão: ele ilude-nos todo o tempo com uma simplicidade aparente em suas poesias, simplicidade esta altamente estudada e obtida através do emprego de todos os recursos expressivos possíveis. A perfeição das descrições e a vivacidade das passagens dramáticas são outros traços constantes que colocam Teócrito como o maior poeta grego da época helenística”.

A literatura alexandrina cultuava o gosto pelo campo e os sentimentos dos pastores, entre outras coisas. Teócrito observa as realidades do campo e as retrata de uma maneira tão pessoal, que todos reconhecem que foi a partir de sua obra que o gênero bucólico ficou definitivamente constituído.

Na tradição filológica, Teócrito é classificado como poeta dórico, uma vez que a maioria de seus poemas está escrita neste dialeto.⁹ No entanto, esta classificação tem como base apenas a divisão tradicional dos quatro dialetos literários – o ático, jônico, eólico e dórico. O idílio XV, por exemplo, é precisamente aquele que apresenta maior fidelidade ao dórico siracusano, o dialeto nativo de Teócrito.

Passemos, agora, à origem da poesia pastoril, em Roma. Sa-

⁸ Ver o belíssimo idílio VII, de Teócrito, vs. 135 – 146.

⁹ Precisamos ter em mente a variedade de dialetos usados por Teócrito em suas diferentes composições.

bemos que os Romanos surgiram de uma pequena aldeia de agricultores, no séc. VIII a. C. Eles eram eminentemente agricultores e por isto se identificavam com o campo e a agricultura, também sabemos que surgiram grandes poetas que escreveram sobre ele.

Virgílio, por exemplo, ao tomar como material literário o ambiente campesino fez uma escolha acertada porque ia ao encontro do gosto do povo romano, povo de vida rural na sua origem e que guardava um grande amor à terra. As *Bucólicas* foram escritas numa época em que a sociedade romana se achava envolta nas lutas civis. A leitura dos poemas virgilianos, que retratam a simplicidade do campo, deveria agradar ao romano, cansado das agitações políticas.

Achamos necessário fazer um comentário, neste momento, sobre o poeta Virgílio para melhor enterdermos a poesia bucólica latina, pois o nosso poeta foi o introdutor do bucolismo em Roma. A sua maior glória foi cantar “as pastagens, os campos e os chefes”¹⁰. Note que Virgílio não foi o criador da pastoral, mas trouxe contribuição ao gênero, imprimindo nele uma feição romana;

Contudo, para entendermos bem o seu estilo e a obra que trata do bucolismo, é necessário conhecer um pouco a origem de Virgílio, seus gostos e tendências.

Sabemos que nasceu, em Andes, no ano 70 a.C., numa aldeia perto de Mântua. Seus pais eram camponeses. Ele se dedicou aos estudos literários e à poesia. Possuiu uma propriedade, às margens do Míncio e que, mais tarde, lhe foi confiscada, fato este que lhe causou grandes dores em vida. Virgílio consegue reconquistar a propriedade

¹⁰ Assim, foi escrito, em sua lápide tumular, o epitáfio composto por ele mesmo, segundo a tradição. Leiamos o seu dístico:

Mantua me genuit, Calabri rapuere, tenet nunc

Parthenope; cecini pascua, rura, duces.

“ Mântua me engendrou, os Calabreses (me) arrebataram, hoje,

Partênope (me) possui; cantei as pastagens, os campos e os generais”. Este dístico e algumas idéias sobre a vida de Virgílio foram tirados da pág. 373 do livro de João Pedro Mendes, intitulado *Construção e Arte das Bucólicas de Virgílio*, ano 1997. Quando Virgílio faz menção aos seus cantos, ele está se referindo as suas três monumentais obras: *As Geórgicas*, *As Bucólicas* e *A Eneida*;

graças a intervenção dos magistrados Asino Polião, Alfenio Varo e Cornélio Galo aos quais nosso poeta é muito agradecido e este acontecimento deu origem às suas Bucólicas I e IX.

A obra de Virgílio é caracterizada pelo amor à natureza campestre, pelo amor à paz, à ordem e à tranquilidade, pelo amor à simplicidade e à naturalidade, enfim pelo amor à pátria. Todas estas qualidades reunidas constituíram as três idéias fundamentais das obras de Virgílio: rústico-bucólica, social e patriótica. Eis o que o nosso poeta mantuano diz:

Ille ego qui quondam gracili modulatus auena
carmen et egressus siluis uicina coegi,
ut quamuis auido parent arua colono,
gratum opus agricolis, at nunc horrentia Martis –
arma uirumque cano (Cf. MENDES, 1997: 374).

Eu (sou aquele) que, outrora, em delicada flauta pastoril, cantei e me afastei dos bosques, reuni os campos vizinhos, para que, de fato, se submetessem ao ávido colono, trabalho agradável aos agricultores, mas, agora, canto as horríveis armas de Marte e o herói.¹²

Iniciou-se a sua vida literária com *as Bucólicas ou Éclogas*, cabendo-lhe o mérito de ter aclimatado o gênero bucólico em Roma. E, indubitavelmente, sob a influência de Teócrito, compôs uma obra original e bela.

As Bucólicas foram escritas em hexâmetros datílicos, conforme exigia o gênero, o canto era posto na boca de um pastor que ora chorava suas penas nos bosques, ora disputava poeticamente com seu interlocutor, ora retratava as belezas da natureza e seus amores, ora tecia encômios aos deuses ou aos políticos de sua época.

Concluimos este capítulo, afirmando que as características bucólicas são fatores relevantes na obra virgiliana, embora a quarta bucólica esteja mais próxima, pela temática e pela estruturação, do canto épico. O pastor de Virgílio é poeta, músico e cantor. Lembremos Menalcas, na V bucólica, quando elogia Mopso, dizendo que es-

¹² Estes versos da Eneida foram retirados pelo amigo de Virgílio, Vário. O mantuano não terminou de elaborar os últimos versos e teme que se algo lhe acontecesse, Vário deveria queimar a sua obra épica, por ordem do próprio Virgílio. Com a morte deste, Augusto ordena a Vário a publicação da Eneida, mesmo inacabada.

te se iguala a Dáfnis na flauta e no canto:

Nec calamis solum aequiperas, sed uoce magistrum;
fortunate puer, tu nunc eris alter ab illo.

(*Buc.* V, 48 - 49)

Não somente, (tu) igualas o mestre na flauta,mas também na voz,
ó afortunado rapaz, tu serás, agora, o segundo depois dele.

BIBLIOGRAFIA

ALMENDRA, M. A. & FIGUEIREDO, J. *Compêndio de Gramática Latina*. Porto: Porto, 1996.

BALLY, Ch. *Dictionnaire Grec-Français*. Paris: Hachette, 1970.

BAYET, Jean. *Littérature Latine*. Paris: Armand Colin, s/d.

BOLÉO, Manuel de Paiva. *O bucolismo de Teócrito e de Virgílio*. Coimbra, Biblioteca da Universidade, 1936.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Os Idílios de Teócrito e As Bucólicas de Virgílio. Tese de concurso à cátedra de latim do colégio Pedro II*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1950.

BUISEL, Maria Delia. *Sobre la indentidad del puer de la IV egloga*. Buenos Aires: Separata de actas del VII simposio nacional de estudios clasicos, 1982.

CHANTRAINE, Pierre. *Dictionnaire étimologique de la langue grecque*. Paris: Klincksieck, 1968-1980. 2v.

CARDOSO, Zélia de Almeida. *A Literatura Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto,1989.

COMMELIN, P. *Nova Mitologia Grega e Romana*. Trad. brasileira. Rio de Janeiro: H. Garnier, [s/d.].

FARIA, Ernesto. *Gramática Superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro: MEC-FENAME,1996.

GARCIA, Janete Melasso. *Introdução a teoria e prática do latim*. Brasília: Edunb,1993.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

GOW, A. S. F. *Theocritus. Introduction, text, translation and commentary* by A. S. F. Gow. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, vol. 1.

———. *Theocritus. Edited with a translation, commentary, appendix, indexes and plates* by A.S.F. Gow. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, vol. 2

GRIMAL, Pierre. *Dictionnaire de la Mythologie Grecque et Romaine*. 2a. ed. corrigé. Paris, Presses Universitaires de France, 1958.

———. *Gramática Latina. Tradução e adaptação de Maria Evangelina Villa Nova Soeiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, s/d.

GUIMARÃES, Ruth. *Dicionário da Mitologia Grega*. São Paulo: ed. Cultrix, [s/d.].

HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de Literatura Clássica – Grega e Latina. Tradução de Mário da Gama Kury* . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

HORTA, Guida N. B. P. *Os Gregos e seu Idioma*. Rio de Janeiro: J. Di Giorgio, 1991, vols.1 e 2.

HUMBERT, Jules & BERGUIN, Henri. *Histoire Illustrée de la Littérature Grecque*. Paris: Didier, 1947.

JUNIOR, Antonio Augusto de Carvalho. *A Expressão Poética Dialectal de Teócrito em As Siracusanas*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.

KURY, Mário da Gama. *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

LARROUSSE . *Grande Enciclopédia Larrousse Cultural*. Rio de Janeiro: Nova Cultural Ltda, 1988.

LIDDELL & SCOTT. *Greek – English Lexicon. New Edition revised by Jones*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

MAROUZEAU, J. *Traité de Stylistique Latine*. Paris: Société D'Édition Les Belles Lettres, 1946, págs. 48-49, 2ª. ed, 1946;

MENDES, João Pedro. *Construção e Arte das Bucólicas de Virgílio*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Coimbra: Livraria Almedina, 1997.

NICOLA, José de. *Literatura Brasileira das origens aos nossos dias*. São Paulo: Editora Scipione Ltda, s/d.

NOVAK, Maria da Glória et Alii. *Poesia Lírica Latina*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

PARATORE, Ettore. *História da Literatura Latina. Trad. Manuel Losa*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1984.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de História da Cultura Clássica Cultura Grega* Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1964, vol. 1.

———. *Estudos de História da Cultura Clássica – Cultura Romana*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1964, vol. 2.

PLESSIS, F. et LEJAY, P. *Ouvres de Virgile (Text latin)*. Paris: Librairie Hachette, 1928.

PORTELLA, Eduardo et Alii. *Teoria Literária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

ROSENMEYER, Patricia A. *Anacreon and the anacreontic tradition (The poetics of Imitation)* Cambridge: Cambridge University Press, 1988, vol. 1.

SERRIS, Jacqueline Fabre. Jeux de modèles dans l' Alexandrinisme romain: les hommages à Gallus dans la Bucolique X.). In: Revue des Études Latines. Paris: Société D'Étition "Les Belles Lettres", 1996, pág. 124.

SILVA, Vitor Manuel de Aguiar. *Teoria da Literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

SPALDING, Tassilo Orfeu. *Pequeno Dicionário de Literatura Latina*. São Paulo: Cultrix, s/d.

STAIGER, Emil. *Conceitos Fundamentais da Poética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

TEIJEIRO, Manuel Garcia & TEJADA, Maria Teresa Molinos. *Bucólicos Griegos*. Madrid: Editorial Gredos, 1986.

TORRINHA, Francisco. *Dicionário Latino Português*. Porto: Gráficos Reunidos, s/d.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

TUFANO, Douglas. *Estudos de Língua e Literatura*. São Paulo: Editora Moderna, 1985.

VERGILIUS MARO, Publius. *Éneide*. Paris, Les Belles Lettres, 1925.

VIRGILE. *Les bucoliques et les Géorgiques*. Paris, Librairie Garnier Frères, 1944.

WELLEK, René & WARREN, Austin. *Teoria da Literatura*. Trad. José Palla e Carmo. Lisboa: Publicações Europa-américa, 1962.

YARZA, Sebastian. *Diccionario Griego – Español*. Barcelona: Editorial S., 1951.

**A REPETIÇÃO
UMA DISCUSSÃO SOBRE SUAS BASES
FILOSÓFICAS, CULTURAIS E TEXTUAIS (II)¹**

Kilpatrick M. B. Campelo (UECE)

Não há uma sistemática análise das classes de palavras que podem ser repetidas, e em que tipos de texto. Isto é, não se definem limites textuais e estruturais claros para a incidência de repetições, de que tipo e em que componente da língua. Dizer que os textos são literários não ajuda muito, porque há inúmeros gêneros especificamente literários com características textuais próprias.

O autor não especifica que classes de palavras podem marcar a repetição e se a repetição assinala a continuidade temática. Ademais, por vezes, conforme já discutimos supra, a repetição de um mesmo item lexical não garante a continuidade temática ou coesão, dado que pode ser polissêmico, muito genérico e possuir motivações semânticas determinadas pelo texto de ordem bastante diferente.

Não raras vezes, um tipo de repetição se distingue de outro apenas em função da posição que os termos ocupam um em relação aos outros ou da sua distribuição dentro de um verso, de um período ou parágrafo de um texto em prosa.

É comum, por se considerar o aspecto distribucional para marcar as diferentes repetições, a superposição de tipos de repetição. Por exemplo, a *mesarquia* e o *mesoleuto* podem se sobrepor, na medida em que a primeira é a repetição de uma dada palavra no meio e a última no meio e no fim. Dessa forma, necessariamente a *mesarquia* está contida no *mesoleuto*.

A nosso ver, um encaminhamento possível para o esclarecimento da problemática relativa à repetição é a sua bipartição em repetição quantitativa e qualitativa e a sua subordinação às condições de produção, em especial a observância ao gênero, à modalidade de língua de sua veiculação, aos propósitos e à situação de interação em que os interlocutores calculam os efeitos, com maior ou menor con-

¹ A primeira parte deste artigo foi publicada no número anterior desta Revista.

trole do que enunciam, para o atingimento de seus objetivos comunicacionais.

A aceitação maior ou menor da repetição é definida por usos sociais de um dado gênero. A conveniência da repetição, quantitativa e qualitativamente, vai depender da norma de uso. O uso define em que gêneros deve haver repetição qualitativa e quantitativamente. O uso define em que circunstâncias a repetição é um expediente aceitável ou necessário. Trabalhos interessantes a se fazer seriam aqueles em que se verificassem, de forma criteriosa, o grau de frequência de uso de determinados itens lexicais em diferentes gêneros de texto. Dessa forma, haveria como mensurar a aceitação da norma de uso ao emprego recorrente de determinados itens ou estruturas. Por conseguinte, o ensino poderia auferir de maior rigor, na medida em que as orientações dos professores se embasariam em achados concretos, validados por pesquisas comprobatórias da aceitação ou rejeição da repetição conforme o gênero e a situação comunicativa.

Significa dizer que, atualmente, o problema não é mais repetir, mas *como* e *quanto* repetir. Para tanto, criamos alguns neônimos para designar cada tipo de repetição. Em termos qualitativos, chamaremos de supra-repetição e de infra-repetição, o re-emprego lexical, frasal ou temático em que, respectivamente, se recorre com eficiência e com deficiência ou insuficiência ao mesmo expediente expressivo. Em termos quantitativos, chamaremos de ultra-repetição e de sub-repetição, o reuso lexical, frasal ou temático em que, respectivamente, simplesmente se materializa a mesma estrutura formal ou contenedora. Supomos que a apresentação de categorias dessa ordem pode aclarar o problema do uso apropriado ou não da repetição conforme o gênero. Por exemplo, a ultra-repetição lexical em poemas não representa uma infra-repetição, porque a recorrência de estruturas de toda ordem em textos poéticos é característico desse macrogênero². No entanto, a ultra-repetição lexical em textos jornalísticos ou jurídicos pode ser avaliada como uma infra-repetição, porque não se considera, consuetudinariamente, próprio o reemprego de léxias apropriado em textos jornalísticos³. A sub-repetição em bilhetes

² Referimos texto poético em sentido estritamente tradicional, ou seja, o texto cuja disposição gráfica se dá por meio de versos linearmente relacionados.

³ Novamente é mister delimitar que subgêneros prototipizam o macrogênero jornalístico. Nesse

ou telegramas⁴ pode ser avaliada como uma supra-repetição, dado que não há recorrência lexical (muito menos sintática, dada a curtez desses gêneros) nesses textos. Dessa forma, deslinda-se de forma mais precisa que orientação prover para os aprendizes da língua, quer em atividades de recepção – leitura e escuta, quer em atividades de produção – escrita e fala.

UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DA COESÃO POR MEIO DA REPETIÇÃO LEXICAL

O cuidadoso trabalho de destriça das dificuldades de delimitação dos termos repetidos não é feito pelos gramáticos, teóricos da literatura ou redatores de manuais de redação. ANTUNES (1996), no entanto, empreende esse trabalho na medida em que, conquanto parta de uma base de aferição mais formal, discute os problemas de se adotar um critério estritamente gráfico, morfológico, sintático ou semântico para marcar a repetição. Para se referir apenas ao âmbito estritamente lexical, pois não faz parte dos objetivos de seu trabalho analisar as repetições em nível frasal.

A autora, prudentemente, em primeiro lugar, adverte, a citar HALLIDAY & HASAN, da impossibilidade de um critério límpido para a identificação ou discernimento incontestado da repetição lexical. Ela declara:

O que, fora do texto, parece não apresentar significativa complexidade de definição adquire, quase sempre, no interior das realizações textuais, indeterminações não facilmente contornáveis. (1996: 133).

O seu primeiro problema consistiu de decidir que ocorrências seriam consideradas, se todo e qualquer re-emprego ou apenas as formas que importassem para a progressão temática.

sentido, temos em mente principalmente artigos de opinião, notícias e reportagens. Essa ressalva é relevante porque, dentro de um jornal, há uma miríade de gêneros de texto que não poderiam ser considerados estritamente noticiosos, porque não se vinculam necessariamente a acontecimentos da ordem do dia, tais como crônicas, horóscopo, tirinhas e até mesmo reportagens sobre ciência que não registrem qualquer evento coetâneo à publicação.

⁴ A repetição não é um recurso **onitextual**, ou seja, que se apresente em todo e qualquer texto. E muito menos **pantextual**, isto é, que seja recursivo ao longo de todo e qualquer texto.

Ambas as soluções se mostraram insatisfatórias. Considerar toda e qualquer repetição baseando-se exclusivamente no aspecto formal é problemático porque a autora não considera uma repetição simples as dos seguintes termos:

- a) verbos copulativos ‘ser’ e ‘estar’;
- b) verbos auxiliares, aspectuais e modais;
- c) unidades lexicais que entram como constituintes de locuções preposicionais, conjuncionais ou adverbiais, tais como ‘com relação a’, ‘com vistas a’, ‘em ordem a’, ‘às vezes’, ‘a passos largos’, e outras semelhantes.
- d) unidades em que a variação contextual em que se inserem provoca um afastamento semântico de forma a se poder duvidar da existência de um nexos coesivo.

Consideremos cada uma das expressões sem separado a fim de firmar um posicionamento crítico de adesão ou refutação.

Estamos concordes no que diz respeito à exclusão dos verbos copulativos, dado que eles não se prestam, conforme já assinalamos a indicar propriamente o significado lexical, mas morfologizar marcas de tempo, modo e aspecto.

Verbos auxiliares, pela sua própria natureza, não carregam conteúdo lexical central. No entanto, a definição de auxiliaridade verbal não é simples. Prova disso é a oscilação de classificação de orações com base em verbos auxiliares. Ora há a classificação com base nos verbos principais ora há a segmentação, considerando-se então dois verbos com estatuto morfossintático autônomo.

Os termos empregues no interior de locuções conjuncionais ou preposicionais não asseguram continuidade temática, mas apenas garantem nexos inter- e intraoracionais. Em sendo assim, considerá-los formas de repetição parece-nos dar demasiada importância a elementos de ordem puramente formal. Apesar disso, o reuso dessas classes de palavra pode implicar a configuração de outros efeitos expressivos.

Finalmente, a deriva semântica provocada pelo co-texto pode tornar menos nítida a identificação de repetições. Essa, contudo, é,

sem dúvida, a dificuldade identificatória mais complexa, porque, conquanto haja um afastamento semântico determinado pelo texto, pode-se alegar algum vínculo residual em função da cognação, da filiação morfológica comum.

Por outro lado, a própria autora reconhece que não lhe parecia “*um procedimento insuficientemente consistente, demasiado fluido e arriscado*” (ANTUNES, 1996: 134) valer-se exclusivamente das repetições estritamente coesivas. Isso porque a identificação de tais repetições dependeria em demasia da própria habilidade e conhecimento da autora em coligir as formas repetidas com função coesiva. Ainda que reconhecesse que a frequência de uso de determinados formas lexicais provoca-lhes um desgaste semântico cujas conseqüências possíveis são a gramaticalização ou o esvaziamento semântico (em que há uma perda extensional de referenciação), a autora optou, ao fim e ao cabo, por recolher todas as formas repetidas com base na forma gráfica.

O outro problema para a notação da repetição diz respeito a fluidez existente entre as componentes morfolexicais e morfossintáticas da língua. As lexias complexas, isto é, sintagmas nominais em vias de fossilização morfológica a ponto de serem reconhecidos como uma única forma, v.g., *cesta básica*, *salário mínimo*, etc, poderiam ser identificadas por braquissmia ou não. Noutros termos, o reemprego de *cesta básica*, por exemplo, apenas com o emprego de um dos termos, processo braquissêmico, poderia representar uma repetição?

Outros problemas diziam respeito à inclusão de nomes próprios e das siglas. No caso dos nomes próprios, por seu estatuto referencial idiossincrático, impõe-se o problema de considerá-los ou não como itens lexicais comuns. Bem, por um lado, há nomes próprios que assumem um estatuto comum na medida em que traços semânticos do ente referido, um sujeito historicamente identificável, elevam-no a um patamar institucionalizado; ou ainda levam-no a assumir uma função sócio-cultural. Nesses casos, o nome próprio não se presta tão somente para referir um dado sujeito histórico, mas para referir uma função sócio-cultural. Se assim é, por que desconsiderá-lo do cômputo de ocorrências passíveis de se repetir? A autora pondera a respeito:

Assim, nem sempre há precisão de limite entre nome próprio e nome comum quando está em jogo, por exemplo, a individualização de um referente institucional, por vezes, também impreciso, enquanto tal. A disparidade de uso, na denominação destas e de outras realidades afins, aparece com frequência na atividade comunicativa natural. (1996: 137).

Outro problema insurgente é o das repetições parciais. Por razões de ordem flexional ou derivacional, nem sempre se poderia atestar as repetições de forma lídima.

Efetivamente, a heterogeneidade de processos e regras derivacionais, a multiplicidade de componentes morfossintáticos e semânticos envolvidos, aliadas à criatividade do usuário no exercício de sua competência lexical, deixam a morfologia derivacional em significativa complexidade. (1996: 137)

A autora avalia, contudo, que, a despeito dos problemas identificatórios supramencionados,

(...) os limites impostos pela contextualização verbal, para tomar apenas estes, conferem ao texto uma orientação semanticamente determinada e, de certa forma, restringem a polissemia ou homonímia das unidades lexicais que nele figuram. (1996: 138)

Em contradiálogo permanente, a autora objeta em seguida que, embora o texto possa dirimir dúvidas a respeito do estatuto morfossintático e semântico – relevando-se a aliança da cognação e do sentido –, ainda assim podem persistir dificuldades de distinção entre o que é repetição morfológica, pertencente à mesma família de palavras, sintática, ocupante de posição sintática não destoante do significado apresentado pela forma matriz, e semântica, elemento que assegura a continuidade do tema. Por isso ela declara:

Nem sempre é fácil precisar se duas unidades compartilham ou não a mesma base lexemática. O fato de se adotar uma perspectiva sincrônica não chega a ser uma solução inteiramente válida, pois, não é fácil estabelecer os limites de uma morfologia sincrônica e o papel que, nesta perspectiva, assume o recurso às fontes etimológicas. As tentativas de agrupar unidades com idêntica base morfológica, que se consubstanciaram nas chamadas “palavras cognatas” ou “famílias de palavras”, atestam a dificuldade em questão. Como mostra esta autora, em tais tentativas, e pela falta de precisão daqueles limites, corre-se o risco de, por um lado, agrupar unidades aproximadas formalmente, mas não relacionadas sincronicamente, quanto ao significado e, por outro lado, reunir termos distantes quanto à forma, mas aproximados semanticamente. (1996: 138).

A autora considerou o risco de visualizar pseudoconexões forjadas com base na filiação morfológica comum. Por outras palavras, poderia enxergar nexos semânticos entre formas aparentadas do ponto de vista estritamente formal, por um lado⁵. Por outro lado, poderia desprezar formas comuns semântica e diacronicamente (etimologicamente), mas distantes na sincronia. Nesse sentido, ela pondera a respeito do risco de a análise enviesar-se em virtude de se prover relevância ao aspecto morfológico, sincrônica e diacronicamente.

Assinala ainda, embora considere um aspecto menos problemático, as variações mórficas decorrentes de formações vernaculares, eruditas ou semi-eruditas.

Expostos os problemas, a autora tomou as seguintes decisões de caráter metodológico. A autora peneirou as ocorrências após segmentar sua análise em três seções distintas. A primeira destinada a uma coleta genérica, a segunda a um refinamento em que levou em consideração aspectos de contextualização sintática. A terceira em que observou as remissões que compunham efetivamente coesão textual. A esse respeito ela declara:

A opção por estas três etapas de análise resultou do meu empenho por congregar, embora em momentos distintos, mas não dissociados, os componentes morfológicos, sintáticos e semânticos das unidades em estudo e, assim, **poder ultrapassar o risco de permanecer no aspecto da superfície do texto ou o outro de não o ter na devida conta** (grifo da autora). (1996: 141)

A autora reconhece que *a repetição é um fenômeno primariamente atestável na superfície do texto* (1996: 140), mas não supõe, em razão desse reconhecimento, que se deva ater estritamente a aspectos estritamente formais para identificar a repetição.

Em suma, após o levantamento criterioso dos obstáculos a suplantar para a identificação das ocorrências, a autora explicita sua orientação teórico-metodológica final:

O critério que se fez prevalecer foi o da repetição da unidade lexical graficamente realizada, ou seja, o fato de esta unidade reocorrer, com ou sem alteração morfológica, na disposição seqüencial do texto. É nesse

⁵ Para efeito de ilustração, lembremos-nos do caso da forma **são**, que diacronicamente convergiu de três possibilidades latinas: **sanus**, **sunt** e **sanctus**.

sentido que defino este critério como fundamentalmente formal, isto é, um critério com base na realização da forma escrita da unidade. (1996: 142).

A autora viu vantagens adicionais em eleger esse critério, dado que, por meio do rastreamento de toda e qualquer forma que se repetisse na superfície textual, ela poderia identificar o que caracterizava ou não nexos coesivos. (1996: 143)

Em suma, esse procedimento definiu que toda e qualquer unidade lexical repetida, parcial ou inteiramente, seria assinalada como repetição. Pela autora:

Em termos específicos, foram identificadas todas as unidades lexicais em que se constatou correspondência morfológico-semântica, total ou parcial, elementos pelos quais se poderia supor a existência de um nexo coesivo. (1996: 143).

Dois decisões, enfim, foram tomadas sobre como assinalar as repetições lexicais:

1^a) Adoção da norma da palavra gráfica. Uma implicação disso foi a desconsideração das lexias complexas. Em última análise foram consideradas apenas as lexias simples e compostas dicionarialmente abonadas.

Julgamos acertada a decisão porque, a se cotejar o que tradicionalmente se considera como repetição em sentido estrito, se deve principalmente à reincidência da mesma seqüência fônica. É bem verdade que não apenas a repetição lexical materialmente idêntica é condenada. A mera semelhança pode ser considerada cacofônica, ainda que o texto se destine exclusivamente para a leitura e não para a elocução.

2^a) Segmentação de todas as locuções verbais e outras, de natureza mais gramatical, em cuja formação entrassem elementos do léxico.

Nesse sentido, verbos auxiliares que cumprem papel de compor tempos compostos de qualquer natureza podem ser considerados repetições. A vantagem principal, como argumenta a autora, consiste na uniformidade do critério e de uma conseqüente maior operacionalidade no gerenciamento dos dados.

No que concerne aos nomes próprios, ainda que sofram algum corte formal, isto é, ainda que não sejam repetidos em sua integralidade ao longo do texto, a autora os considerou como itens lexicais repetíveis. Não lhes conferiu, enfim, um estatuto diferenciado, porque não os excluiu. Ressalte-se, porém, que a autora não conferiu estatuto de nome próprio a entidades com designações perifrásticas. A implicação dessa qualificação para a análise é a sua segmentação. Qualquer parte alusiva a uma dessas entidades poderia ser tomada como uma repetição. Assim, por exemplo, se o texto empregasse Congresso Nacional, como forma matriz, e, ao longo do texto, estabelecesse a referência por meio de Congresso, a última forma é considerada uma repetição.

Quanto às siglas, a autora considerou repetições o re-emprego da forma matriz, como siglóide, e as formas derivadas.

Em suma, todas as formas supracitadas e formas derivacionais possíveis – abonadas ou não pela lexicografia existente – foram consideradas como passíveis de ser repetidas. A autora declara a respeito:

O critério que se fez prevalecer foi o da repetição da unidade lexical graficamente realizada, ou seja, o fato de esta unidade reocorrer, com ou sem alteração morfológica, na disposição seqüencial do texto. É nesse sentido que defino este critério como fundamentalmente formal, isto é, um critério com base na realização da forma escrita da unidade".(1996: 142).

A motivação dessa tomada de decisão metodológica ainda fica mais clara no seguinte trecho:

Assim, decidi por fazer corresponder as formas em cuja construa pude reconhecer, pela estrutura formal de superfície, a permanência morfológica do elemento de base. Por outras palavras, agrupei como formas, em contexto de repetição, unidades em que reconhece um elemento morfológico comum, a partir do qual, por um processo derivacional particular, estas formas forma construídas. Neste ponto, procurei apoiar-me em Corbin (1987), para quem este aspecto constitui um princípio essencial no estabelecimento de relações derivacionais. (1996: 147)

O que se extrai de fundamental da criteriologia firmada por ANTUNES (1996) é o esclarecimento teórico-metodológico. Nesse sentido, difere inteiramente da tradição gramatical e literária que considera o fenômeno da repetição – lexical, frasal ou semântica – como algo inteiramente dado. Não há uma exposição de motivos cla-

ra para se identificar o que é ou não uma autêntica repetição. A repetição, para a tradição pode ser formal ou não, mas quando é considerada boa ou ruim? Depende apenas do arbítrio do analista ou do prestígio do escritor? Se é assim, não tem bases científicas. Trata-se, portanto, de uma forma de expor a questão estritamente impressionística, personalíssima.

Sabemos que não há mais a ilusão de uma ciência destacada dos observadores, em que os objetos manifestem sua *ousia* independentemente do olhar do pesquisador. No entanto, a ciência da relatividade não quer dizer que não exista nenhuma parcela de objetividade, nem que não se possa apreender os fenômenos por meio do rigor teórico-metodológico e pela checagem com os dados. Trata-se de uma salutar composição de empirismo e teoria. Essa concepção de conhecimento se funda em uma descrição com base no confronto da teoria com os dados, não em ilustrações *ad hoc*, puramente casuísticas. Entre os autores que apresentam exemplos ‘oportunos’, o modelo de exemplaridade redacional ainda está calcado, de forma privativa velada ou explicitamente, nos cânones literários. Ora, a eleição de escritores, sabemos, é uma questão puramente subjetiva. Ademais, não há também uma criteriologia que defina com clareza quais são os escritores que são ou não merecedores de citações como modelos a ser imitados. Em suma, o tratamento da repetição ainda carece de muitos aperfeiçoamentos. É importante, no entanto, que se avance a ponto de se reconhecer, no mínimo, que não se pode mais estigmatizar com simplez os que a empregam.

AVALIAÇÃO DA REPETIÇÃO

A repetição deve ser encarada pragmaticamente. A nosso ver, o fundamental é essa subordinação da avaliação da produção e da recepção do emprego da repetição às condições de uso. O que determina se um dado reuso é próprio ou não é contexto de uso. A ultra- ou sub-repetição definirão supra- ou infra-repetições consoante o contexto de uso. Em sendo assim, o avaliador tem, em tese, mecanismos para aferir a aceitação da repetição, sem ficar à mercê de suas preferências ou da noção, em regra, arbitrária da *autorictas* proveniente dos cânones literários ou do desesperado apelo ao *magister dixit*.

Face à complexidade da questão, à dificuldade de delimitação formal e teórica do problema, é preciso ter à mão explicações de caráter filosófico, epistemológico, pragmático, linguístico e gramatical. O professor, ao avaliar seu aluno, também deveria ter em mente todos esses aspectos que fundamentam um juízo mais clarividente sobre a repetição.

Vale ressaltar também que a patente carência de um arcabouço teórico variacionista, em toda a sua amplitude, permite a promoção contínua de uma visão reducionista da repetição. A repetição não é avaliada com base em contextos de uso. Levassem-se em consideração aspectos cognitivos e interacionais, a avaliação não seria tão negativa. A fixação de padrões de uso homogêneos, independentes do contexto de uso é uma distorção do próprio uso. Sabidamente, algo praticamente incontestável atualmente, ao menos nas universidades, não se pode prescrever determinadas práticas linguísticas desconsiderando-se aspectos de ordem pragmática, recorrendo tão somente a aspectos morfossintáticos e semânticos (semântica lexical estrutural) como ainda fazem os manuais. Se não houver definição de parâmetros, ou seja, se não houver um esclarecimento das regras, não haverá o que corrigir⁶.

Sem o amparo dessas noções linguístico-pragmáticas, recorre-se, consciente ou inconscientemente a dois procedimentos extralingüísticos para avaliar: mitificação e prestígio. Esses fatores, que atuam em simultâneo, formam a estigmatização da repetição entre os que não são reconhecidos como escritores hábeis. A atualização desses procedimentos constitui mais uma das formas de exercício da heteronomia linguística.

A heteronomia, na verdade, regula grande parte dos juízos correntes sobre o uso da língua. Isso quer dizer que se admite, teoricamente, a transgressão de normas, mas, concretamente, não se sancionam tais transgressões, validando transgressões apenas entre utentes portadores, digamos, de um notório saber linguístico. Não se está defendendo uma equiparação igualitarista. De modo algum, porque

⁶ Para se corrigir – a palavra prevê essa noção em sua matriz de sentido –, é preciso que haja regras. É preciso, então, traçar regras mais claras sobre a correção da repetição. Antes, porém, é mister conhecer bem o funcionamento da repetição nos diversos componentes da língua e nas diversas situações comunicativas.

cremos que as diferenças devem ser ressaltadas. Mas as diferenças não devem sobressair-se de tal modo que se transformem em discriminações. A isonomia linguística não descarta as diferenças, mas a sua forma de avaliação prevê a adoção de procedimentos iguais entre os iguais e desiguais dos desiguais. A heteronomia infringe essa diferenciação entre iguais e desiguais, equiparando os desiguais, e distinguindo os iguais. A heteronomia representa o confronto entre os desiguais pela ingerência da autoridade⁷. A isonomia representa o contraste entre os desiguais pelo manuseio transparente da informação. A isonomia não lida com a anulação das diferenças, mas a não valoração depreciativa dos utentes que se diferenciam por não apresentar o padrão prestigiado. Sabemos como são mutáveis esses padrões e como são determinados por conveniências sócio-econômicas e políticas de grupo setoriais da sociedade e não pelas urgências de todos os utentes da língua. A prática autêntica da isonomia linguística deveria prever a legalização do respeito à diferença linguística, em todas as suas instâncias. No bojo da materialização dessa diferença, deve-se prever o intercâmbio compulsório entre práticas linguísticas centrais e periféricas da comunidade linguística. A incorporação dessa mentalidade de convívio tenso e criativo com a diferença é uma outra empreitada, a ser conquistada a partir do momento em que se firmar a necessidade de sanção legal contra qualquer sorte de prática de heteronomia linguística.

Em se tratando especificamente da repetição, há um agravante porque não se chegou a um patamar normativo. Ou seja, não se disseminou o que se sabe em termos linguísticos, de modo que não se avalia conforme parâmetros das achegas mais recentes. Por isso não é difícil perceber que na língua vigora um princípio heteronômico de avaliação, visto que não há regras claras. Essa regulamentação não ocorreu precisamente porque não houve a devida delimitação conceptual em geral a respeito da repetição. Em geral, porque, como vimos, trabalhos como o de ANTUNES (1996) definem diretrizes concretas de compreensão da repetição no âmbito lexical.

Em direção à mentalidade isonômica, a performance do aluno

⁷ À guisa de ilustração dos juízos diferenciadores, poderíamos mencionar os seguintes casos de pleonasma como fato de estilo e como desvio, respectivamente: *a mim, me parece...*; *conjunctivite no olho ou subir para cima*.

será medida conforme as requisições situacionais. Mas é preciso definir as regras. Atualmente os avaliadores acabam por se conduzir pela arbitrariedade. Vejamos um exemplo possível, um aluno pode ser engenhoso o suficiente para, ao redigir um texto instrucional sobre como se lidar com a ira, repetir por várias linhas: “Não se deixe dominar pela ira”. Ele, em termos formais, não estaria contrariando as normas de produção do texto. Não há como negá-lo. A rigor, não há como aplicar uma pena para esse artifício. Pode-se alegar que ele está se esquivando de uma exposição maior, o que não se sucederia com os demais alunos e, por isso, deve ser punido. Mas é uma avaliação arbitrária, porque não houve delimitação prévia dessa regra. Cabe ao professor então determinar, por meio de uma referência explícita oral ou escrita o *quanto*, o *como* e o *que* se admite repetir a depender do gênero solicitado. Compete ao professor discutir as implicações de se lançar mão da repetição em exames e concursos de forma a não estigmatizar esse expediente formal e, ao mesmo tempo, orientar sobre seu uso com maior precisão.

A adoção de parâmetros qualitativos e quantitativos é crucial para fundamentar a isonomia na avaliação e suprimir a impressão de heteronomia. A isonomia sucede quando o fenômeno é descrito com coerência e as regras de correção são explicitadas. Assim, os professores e corretores devem avaliar diferentemente, sem dúvida, a produção de alunos e de escritores experientes, mas as regras estarão explícitas. A heteronomia ocorre quando não se esclarecem as razões das distinções de que gozam os escritores experientes e das indistinções que sofrem os escreventes em geral.

Mitificada, a repetição pode ser vista como um estratagema ardiloso, uma forma insidiosa de burlar o desconhecimento temático. A carência de um tratamento considerado minimamente aceitável acerca de um dado tema é constatada por meio de tautologias localizadas ou generalizadas. Isto é, a repetição, considerada como um vício ou desvio de escritura, torna-se condenável em pontos específicos de um dado texto ou em sua totalidade.

Mitificada, a repetição então depende do redator, do produtor. Há concessões destinadas aos escritores experientes. Se estes imprimem qualquer tipo de repetição ao seu texto, fazem-no com algum intuito especial, especioso. Esse tipo de repetição difere inteiramente

da repetição ordinária e deficitária de estudantes mal-intencionados ou limitados. Não negamos que haja parcela de verdade em crer nisso. Com efeito, escritores experientes manuseiam a repetição por razões estilísticas outras que as incidentes em textos de examinandos de concursos vestibulares ou outros quaisquer. Mas, o problema é definir parâmetros mínimos capazes de prover critérios aceitáveis a respeito da produção e da recepção.

Nesse sentido, a hipervaloração estética que se dá à variação lexical e não à repetição provém diretamente das concepções gerais de produção textual e de língua. Com efeito, é muito comum professores fazerem reprimendas mais ou menos severas ao recurso da repetição. Se os alunos são felizes no emprego de repetições, ainda assim acautelamentos lhes são aconselhados. Os alunos, aprendizes de produção de texto, não podem valer-se de forma indiscriminada de repetições. A carência de variação nas escolhas lexicais, principalmente, representa, conforme já assinalamos um temor de exposição ou um artifício de esquiva de produção. O aluno, ao repetir em demasia determinados itens lexicais prova que está agindo de má fé ou não possui proficiência textual. O primeiro caso pode ser avaliado como mais grave, porque além da insuficiência textual em si, há um comportamento desonesto. No segundo caso, o aluno não dispõe do domínio de procedimentos e de recursos para a produção assim considerada proficiente. A repetição lexical é então avaliada, esteticamente, como uma carência, em sentido lato.

Há que se considerar ainda a incidência de problemas específicos da própria atividade de avaliar. No entanto, essa avaliação não é extensível a todos os momentos, a todas as produções e a todos os autores. O professor pode maximizar a capacidade de um bom produtor de texto que, por irreverência, por sagacidade ou por suposta inventividade – ainda que não se possa mensurar muito bem a criatividade – de produzir um texto repleto de repetições e, por causa de sua reputação de bom aluno, sair-se bem. O mesmo critério possivelmente não será levado em consideração se o recurso da repetição lexical for abusivamente empregado por um aluno cuja produção habitualmente careça de proficiência formal ou conteudística.

A se considerar, do ponto de vista da argumentação heteronômica (por isso obscura, excludente, arbitrária e imprevidente), o

recurso à repetição é de ordem estilística, e estilo ninguém retifica hodiernamente. Bem, essa asserção é polêmica se imaginarmos que, em um exame de um dado vestibular, o candidato pode se valer de repetições para não se expor. Pode-se, a princípio, supor que é o seu estilo, que não se pode apená-lo por isso. No entanto, em o comparando aos demais concorrentes, estaria ocorrendo uma espécie de favorecimento indevido, dado que ele se privaria de expor-se, ao passo que os outros não. Com efeito, por um lado, a banca de correção estaria atuando bem se o apenasse por agir de forma artilosa. O problema, novamente, é a ausência de um claro entendimento prévio das possibilidades de uso da repetição e de uma conseqüente definição de regras para o seu uso e a sua avaliação. O estilo a ser considerado é o registro conforme as injunções definidas pelo gênero. O estilo, nesse sentido, é mensurável, de modo que se pode avaliar se o examinando está ou não em acordo com as regras estipuladas sócio-culturalmente, as quais, eventualmente, podem ser cobradas – desde que devidamente explicitadas as condições de uso – em exames escolares e vestibulares. Dessa forma, há meio de suprimir ou minimizar o arbítrio e a arbitrariedade do corretor e a perplexidade e suspeita dos examinandos quanto ao rigor e à legitimidade de observações e correções referentes à repetição.

Mas, ao fim e ao cabo, a recomendação do professor deve ser mesmo a cautela, a não ser que o aprendiz queira indispor-se com os padrões relativamente assentados de aceitação da repetição. A cautela deve ser recomendada porque o aluno precisa estar a par de que o uso da repetição está condicionado aos fatores de produção e que a transgressão desses elementos condicionadores pode implicar sanção ou punição. Noutras palavras, o aluno pode abusar da repetição – lexical ou frasal – por não querer reproduzir (repetir) a expectativa vigente de uso da repetição em determinados gêneros. Mas, se o fizer, ele terá ciência da transgressão que estará perpetrando.

Em sala de aula, o professor, cremos, não pode mais condenar a repetição sumariamente. É preciso processar cautelosamente o manuseio desse recurso. Por um lado, o professor pode apontar insuficiências no emprego abusivo de repetições que revelem astúcia discente. Por outro, o professor não pode tachar toda e qualquer repetição de monstrego redacional pelo simples fato de aparecer. Municidado com a informação de que a repetição é um expediente de coesão

(mais ou menos recorrente a depender do gênero) para garantir a função da progressão temática *inter alia*, o professor lançará outros olhos ao avaliar a repetição. A repetição, como inúmeras outras distinções que se busca firmar entre as modalidades oral e escrita, está subordinada ao propósito, ao interlocutor e ao suporte. Esses fatores, enfeixados ainda com o gênero textual em que se consubstanciará o conteúdo a ser transmitido, responde pelo cabimento, pela conveniência ou adequação do recurso a uma repetição meramente coesiva ou a uma repetição que se queira estilística.

A crescente discussão e divulgação do debate em torno da natureza da repetição servirão para, paulatinamente, suprimir-se a ambivalência e timidez dos autores contemporâneos no tratamento da repetição, que ainda não se aprofundaram ao refletir sobre suas diferentes funções e contextos possíveis de uso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece sempre ter havido reconhecimento da validade expressiva da repetição no texto, lexical ou frasal, mas a faculdade de uso desse expediente não era extensível a todo e qualquer utente. Para saber da validade da repetição, era preciso ter-se ciência do conhecimento do autor das potencialidades da língua e do seu domínio da temática consubstanciada no texto. Essa concepção não é mais tolerável. De posse de informações mais técnicas e menos preconceituosas sobre a repetição, os professores poderão facultar seu uso crítico e proficiente.

Os autores que lidam com a repetição, tanto na modalidade escrita quanto na oral, de uma perspectiva descritiva, não são taxativos em indicar atribuições estéticas para a repetição. Ocupam-se muito mais em se aperceber das funções cognitivas e textuais que mapeiam a construção de um texto por intermédio de repetições de toda ordem. Diferentemente, a tradição literário-historiográfica confere uma valoração estética para a repetição. Em função dessa valoração, há diferenciação conforme o reconhecimento de um dado escritor como hábil, digno de tornar-se um modelo. Em suma, são critérios etnológicos e axiológicos e não lingüísticos que regulam a valoração ao tratamento dispensado à repetição. Etnologicamente em

razão da valorização reconhecidamente maior da modalidade escrita, especialmente a literária, em detrimento de outras manifestações de produção textual escrita ou de produção textual oral. Axiologicamente com base em regulações estéticas adventícias para justificar procedimentos léxico-frasais de uso de repetições por parte de escritores consagrados. A tarefa dos lingüistas consiste precisamente em enraizar uma visão mais científica e menos heteronômica sobre a repetição.

Por fim, cumpre falar da riqueza da repetição. Não é à toa que a repetição foi tratada com minúcia em livros sobre literatura. Compete aos profissionais, despojados de juízos oligógrafos ou aristógrafos, colocar esse expediente a serviço da ampliação da competência lingüística de seus instruendos com vistas a gerar maior isonomia lingüística, com todas as implicações sociolingüísticas e político-culturais advindas dessa visão de língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ALI, M.S. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

ANTUNES, I.C. *Aspectos da coesão do texto – uma análise em editoriais jornalísticos*. Recife: Universitária / UFPE, 1996.

———. A repetição como indicativo da concentração e da continuidade informacional do texto. In: *Anais do IX Encontro Nacional da ANPOLL*, V. 2, 1995.

BORBA, F.S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.

CARNEIRO, A.D. *Redação em construção – a escritura do texto*. São Paulo: Moderna, 2001.

CASTILHO, A. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1998, p.29-82.

ECO, U. *Kant e o ornitorrinco*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

GRANATIC, B. *Redação: humor e criatividade*. São Paulo: Scipione, 1997.

MAIA, J.D. *Gramática: teoria e exercícios*. São Paulo: Ática, 2000.

MARTINS, E. *Manual de redação e estilo*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1997.

PLATÃO & FIORIN. *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 2003.

RIBEIRO, M.P. *Gramática aplicada da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Metáfora, 2002.

TAVARES, H. *Teoria literária*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

WHITTAKER, S. *Portait de l'expression anaphorique Le dit N* <http://www.digbib.uio.no/roman>

**A “VIDA DE SANTA PELÁGIA”
COMENTÁRIOS MORFOSSINTÁTICOS (II)**

Ruy Magalhães de Araujo (UERJ)

Possessivos

Ao contrário do que se verificou com os pronomes pessoais, os possessivos em português provieram unicamente das formas do acusativo do latim:

latim português

meum	meu	nostrum	nosso
meos	meus	nostros	nostros
mean	minha	nostram	nossa
means	minhas	nostras	nossas
tuum	teu	vestrum	vosso
tuos	teus	vestros	vossos
tuam	tua	vestram	vossa
tuas	tuas	vestras	vossas
suum	seu	suum	se (dele)
suos	seus	suos	seus (deles)
suam	sua	suam	sua (dela)
suas	suas	suas	suas (delas)

Os vários registros (ou reformas) com que os pronomes pessoais aparecem em textos do português arcaico demonstraremos em o decorrer da apresentação deste tópico.

Ao fazermos os comentários, seguiremos o mesmo critério adotado com o item anterior, isto é, os vocábulos serão selecionados tal qual se encontram no texto.

Nossos

fol. 74v. 2. “E por onde ouvide hũ/u millagre que foy fecto em *nosos/dias*”

1ª p. masculino pl. de vários possuidores. Apresenta as seguintes formas análogas: *noſſos, noſof, nosos, noſſof*.

Vossas

fol. 74v. 2. “(...) creades e ajades ajuda e consolaçõ/a *vossas* almas”

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

2ª p. feminino pl. de vários possuidores. Formas análogas: *uoſas*, *voſſas*, *uoſſaſ*, *uoſſas*, *uoſſaſ*.

Seus

fol. 75v. 7. “(...) tornaron suas faces e *seus* rostros atrás”

3ª p. masculino sing. de vários possuidores. Formas análogas: *ſeus*, *ſeuſ*, *ſſeus*, *ſſeuſ*, *ſouſ*, *seos*.

Ssua

fol. 76r. 9. “(...) e na presença / de Deos e ante a *ssua* cathedra, ha-de julgar-nos”

3ª p. feminino sing. de um só possuidor. Computam-se as seguintes formas análogas: *ſa*, *ſha*, *ſſa*, *ſua*, *sua*, *ſſua*.

Nosas

fol. 76r. 10. “(...) çugidades e maldades que son exertadas den/tro em *nosas* almas”

3ª p. feminino pl. de vários possuidores. Apresenta as seguintes formas análogas: *noſſas*, *noſas*, *noſſaſ*, *noſaſ*, *nosſas*.

Tua

fol. 78r. 22. “(...) mais recibe ã *tua* guarda que muy / to cobíço seer salva.”

2ª p. feminino sing. de um só possuidor.

Teu

fol. 78v. 24. “(...) segui os pre / ceytos e mandamentos de *teu* senhor e doutor Cristo,”

2ª p. masculino sing. de um só possuidor.

Meus

fol. 79r. 26. “(...) e os *meus* pecados e maldades / a ty seer(a)m tornados se me nom baptizares.”

1ª p. masculino pl. de um só possuidor. Também se conhece as formas *meuſ*, *meos*.

Minha

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

fol. 79r. 25. “(...) que nom tardes nê neg / ues saude aa *minha* alma,”

1ª p. feminino sing. de um só possuidor. Outras formas conhecidas: ma, mha, mia, mja, mja, mya, mãa, mãa, mina, miãa, mjna, myna, mãna, myãa, mjiãa, miãa, myãa.

Teos

fol. 79v. 30. “(...) Or / a confessa todos os *teos* pecados.”

2ª p. masculino pl. de um só possuidor. Também se registra a forma *teus*.

Tuas

fol. 80r. 34. “(...) nã poderey sop / ortar as tuas obras, feytos e artes.”

2ª p. feminino pl. de um só possuidor.

Com relação às formas da 3ª pessoa, passemos outra vez às explicações de Clarinda de Azevedo Maia:

No que diz respeito às formas de terceira pessoa, a noção de possessividade pode exprimir-se por outros processos, além dos pronomes indicados: os pronomes *leu*, *lua* podiam referir-se diferentes pessoas (*dele*, *dela*, *deles*, *delas*). Essa ambigüidade dos pronomes da terceira pessoa cuja formas eram iguais quando referidos a um ou a vários possuidores, do gênero masculino e feminino, conduziu à expressão da possessividade por outros processos, um dos quais consistia na substituição do pronome possessivo da terceira pessoa pelo pronome pessoal regido de preposição *de*. (*Op. cit.*, p.682)

Sobre esse último aspecto, citemos o seguinte exemplo que a autora nos fornece: “e dem ende em cada hũ anno aa dita capela e ao amini/trador *dela* noue mrs. uehos de portugue/és” (1334 M 159) (*Ibidem*, p. 682), que acreditamos tenha servido de modelo para expressar essas quatro formas de possessividade.

Demonstrativos

“São de procedência latina. Reproduzem mais fielmente o tipo primitivo e conservam os três gêneros de origem. O neutro não admite flexão numérica.” (*F T D*: 1926: 371) São estas as palavras de um grupo de pesquisadores, contidas na Gramática Histórica FTD.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Abaixo apresentamos o quadro sintético desses pronomes:

Masculinos		Femininos		Neutros	
iste	este	ista	esta	istud	isto, esto
ipse	esse	ipsa	essa	ipsum	isso, esso
ile	ele	illa	ela	ilud	elo
*accu+iste	aqueste	*accu+ista	aquesta	*accu+istud	aquesto
*accu+ille	aquele	*accu+illa	aquela	*accu+illum	aquilo, aquilo

Segundo dizem alguns autores, *eccum*, que se usava em latim vulgar para fortalecer os demonstrativos, se tornou *accu; sob a influência de *atque* ou *ac* (...) *acco (de *eccum*).

O plural desses pronomes não derivam diretamente do latim. Constituem formas analógicas pelo acréscimo da terminação do plural às formas do nominativo singular.

Estas

fol. 77r. 15. “Dizendo elle *estas* co/usas”

Feminino pl. Outras formas existentes: *e.ſiaſ*, *e.ſias*.

Aquela

fol. 77v. 20. “Aconteceo per a bõ / dade de Deos que *aquela* molher publica”

Feminino sing. Outra abonação: *aquella*.

Aquel

fol. 80r. 34. “Maldito seja *aquel* / dia”

Masculino sing. Outras formas documentadas: *aquale*, *aquelle*, *aquelhe*.

Este

fol. 80r. 34. “O amyga / mynha e senhora Pelagia que tam gram mal he *este* / que fizeste?”

Masculino sing. Formas correlatas: *e.ſte*, *e.ſſte*.

Relativos

Após apresentarmos o quadro das transformações históricas dos pronomes relativos, selecionaremos apenas os que se encontram dentro do texto em estudo, seguindo-se os respectivos comentários morfossintáticos que lhes dizem respeito.

A maior parte dos pronomes relativos perdeu-se em latim vulgar e os poucos que restaram procedem geralmente do acusativo:

latim clássico	português
quid	que
quem	quem
cuium	cujo
qualem	qual
quales	quais
quantum	quanto

Que

fol. 74v. 2. “Muytas e grandes graças devemos dar / ao senhor, *que* nom quer a morte dos pecca / dores”

Trata-se da forma pronominal relativa mais empregada. Tanto pode referir-se a pessoas como a coisas, no masculino e feminino. Quanto à função sintática, pode ser sujeito e complemento verbal.

O qual

fol. 75r. 5. “*O / qual* logo abrio sua boca”

Sofre variação em número e, contrariamente ao sucedido no português e no galego atual, nem sempre aparece precedido de artigo definido. Tanto é usado em função adjetiva como em substantiva.

Os quais

fol. 75r. 4. “*Os quaes* / muito e de toda vōõtade e coração, a ficadamête / o rrogavõ”

Com variação de número.

Quantas

fol. 76r. 9. “*Quantas* horas pensades que esta molher está dentro ã ssua ca/mara,”

Sofre variação de gênero e número e quase sempre aparece com o sentido de *todo quanto*, *todo que*, mas é muito raro o pronome todo vir expresso. Também possui valor substantivo. Existe ainda o

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

emprego de uma forma invariável, sempre com função substantiva e referindo-se a coisas ou objetos.

Quanta

fol. 80r. **33.** “Oo *quanta* violência e enjuria padeço deste velho decrepito.”

Feminino sing.

A qual

fol. 76r. **10.** “(...) avemos de veer e de contenplar su(a) face, / *a qual* cherubym nõ he ousado oolhar,”

Feminino sing.

As quais

fol. 76r. **10.** “(...) *as quaes* olhos / nom virom nõ orelhas ouvyrõ,”

Esta forma também é abonada. Feminino pl.

Quanto

fol. 81r. **39.** “(...) nem gardou pera sy / nenhũa cousa de *quanto* e, pecado ganhara,”

Masculino sing.

Indefinidos

Ao tratarmos dos pronomes indefinidos, adotaremos o mesmo critério metodológico dos pronomes relativos, sempre dando ênfase a selecionar unicamente os que se encontrem dentro do texto examinado. Muitos dos pronomes indefinidos sobreviveram em português vindos do latim clássico; já outros surgiram ora do uso especial de outras partes do discurso, ora de novas combinações.

latim

*alí qu`ūnum
* ne (por nec) unum
unuus, -a, -um
tōtum
alterum
aliquod
aliquem
cata
nec unum

português

algum
nẽ hum (arcaico); nenhum
hũu, hũa(arcaico); um, uma
todo; tudo
outro; outrem
algo
alguém
cada
nengum (arcaico) e ninguém

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

multum	muito
certus	certo
paucus	pouco
quantum	quanto
tantum	tanto
quale + quero	qualquer (composto; o primeiro)
elemento é variável)	Nêhũ

fol. 77v. 2. “(...) Deos he muito misericord/ioso e nom quer que *nêhũũ* homẽ em esta vida / mortal pereça.”

Pronome variável, usado tanto em função substantiva como adjetiva. Documentam-se as seguintes variantes: *nêgúú*, *nêgũ*, *nê hũu*, *nehuũ*, *nêgum*, *nenhũu*, *neúún*, *njhũ*, *neúún*, *niuũ*, *neũu*, *nenhũu*, *nêhũu*, *nhũu*, *njgũ*, *nigum*, *njhũ*, *njúún*, *nj úún*, *njhũ*.

Nenhũa

fol. 78v. 26. “Os sanctos canones e decretos dizem que *nenh/ũa* me-
retriz publica nom deve de seer bap/tizada”

Feminino sing. Outras variantes documentadas: *nêgua*, *nehũa*, *nehua*, *nêhũa*, *nenhũa*, *neũa*, *ningũa*, *niumha*, *niũha*, *njhũa*, *nyhũa*, *ne hũa*, *nê hũa*, *nê una*.

Todos

fol. 75r. 4. “Aconteceo hũũ dia sa/bado, que *todos*, cada hũũ de sua
çela descenderem”

Com variação de gênero e número, e sintaticamente desempenhando papel relevante, este indefinido apresenta muitas variantes. As formas *todo(s)*, *toda(s)* empregam-se quase sempre seguidas de artigo: *todos os*, *todas as*, como atestam documentos galego-portugueses citados por Clarinda de Azevedo Maia. Por outras ocasiões, o pronome e o artigo aparecem unidos graficamente: *todóó*, *todáá*. Verifica-se, em alguns casos, a contração do pronome com o artigo, conservando-se deste as antigas formas de *los*, *lãs*: *todollos*, *todallas*, com as seguintes abonações: *todollos*, *todolos*, *todolo*, *todolhos*, *todolho*, *todala*, *todalha*, *todelhas*. Em outros exemplos, nota-se que não se deu a contração entre as duas formas, permanecendo o -s da forma pronominal: *todo*, *llos*; *todos los*; *todo*, *las*; *todas las*; *toda*, *lha*; *toda*, *lha*; *todas llas*.

Em função adjetiva, essas formas acompanham-se geralmente de artigo definido, mas este é quase sempre suprimido quando o in-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

definido vai seguido de possessivo, como nestes exemplos ilustrativos tirados de Clarinda de Azevedo Maia: “*todos noſſos bês*” (1329 C 9); “e *todas ſſuas* pertença” (1448 DL 147) (*Op. cit.*, p. 711)

Muito

fol. 75r. 4. “Os quaes / *muito* e de toda vôtade e coração, a ficadamête / o rrogavõ,”

Variável em gênero e número, usa-se quer como pronome substantivo, quer como pronome adjetivo. Também se documenta a forma *moyto*.

Toda

fol. 75r. 4. “Os quaes / muito e de *toda* vôtade e coração, a ficadamête / o rrogavõ,”

Feminino sing. Os comentários foram feitos em *todos*.

Qualquer

fol. 75v. 6. “E por *qualquer* lugar que / ella hya e aynda per o aar, odor, cheiros eram no/bres e muy odoriferos.”

Variável em gênero e número com relação ao substantivo, apresenta as seguintes abonações gráficas: *qual quer*, *quaes quer*, *quaeſ quer*, *calquer*, *qualquer*, *quaesquer*, *quallquer*, *quaeſquer*. Ladeando, também existem as locuções pronominais indefinidas: *que quer que*; *quem quer que*; *quen quer que*, *quẽ quer que*.

Todo

fol. 75v. 8. “E de *todo* coração cõ grandes e lõguos sospiros disse aos bispos (...)”

Masculino sing. Os comentários foram feitos em *todos*.

Cada

fol. 81r. 8. “(...) e deu a *cada* hũ deles certos dinheros”

Invariável e sempre empregado em função adjetiva.

Numerais

Os numerais provêm do latim e sofreram alterações maiores ou menores em consonância com as leis da fonética portuguesa ou da

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

analogia. Bipartem-se em cardinais e ordinais: cardinais porque procedem de *cardo*, *-inis* = gonzo, i.e., o que serve de base, de fundamento; ordinais porque procedem de *ordo*, *-inis* = ordem.

São também multiplicativos e fracionários.

A todos daremos as necessárias explicações etimológicas, quando estivermos pesquisando o texto em estudo e de conformidade com o seu respectivo surgimento dentro desse mesmo texto.

Hũm

fol. 74 v. 2. “E por ende ouvide hũ/u millagre que foy fecto em nosos dias.”

Do numeral cardinal altino unus, -a, -um. Variável em gênero e número. Possui as seguintes abonações gráficas: hũu, hũú, huu, hũúm, úún, vun, uũ, hũ, hũn, un, ãn, ã, vm, vn, vn, hũú], vno.

Hũa

fol. 76v. 11. “Ó alto deos, / perdoa a my pecador, que a ponpa e ornamento de hũa molher do mundo de hũũ dia, sobrepoja / e vence todas as obras de minha vyda.”

Com as mesmas características históricas de hũm, possui as seguintes variantes: vna, una, ãna, hũa, hũaa, huũa, vna, hua, huas, hua]

Dous

fol. 77v. 20. “A qual mandou a dous seos servidores que / soubessem a casa onde o sancto bispo Nono pou/sava.”

Do latim clássico *duos*, através do latim vulgar **doos*. Variável em gênero. Variantes documentadas: dou], dou]], dua]. Muito raramente, do], dos, talvez por influência espanhola. A forma *dois* espalhou-se a partir do século XVI. Ainda sobrevive em algumas regiões a forma *dous*.

Trinta mil

fol. 80r. 33. “Nom te abastava trinta mil mouros”

Este numeral cardinal procede do latim: trinta, de *trīginta*, mil, de *mille*.

Terça

fol. 82r. 44. “E feyta ora de *terça* come/cou muy solenemente cantar.”

Numeral fracionário, do latim *tertium*. De início designou a terça-parte de um todo. Variável em gênero e número. Variantes documentadas: *terça*, *terza*, *tercza*.

Verbos

Quanto às transformações históricas dos verbos do latim ao galego-português, vejamos outra vez as lições de Clarinda de Azevedo Maia:

As quatro conjugações do latim clássico em *-āre*, *-ēre*, *-ere* e *ire* conservaram-se como tipos flexionais distintos nalgumas línguas românicas, entre as quais podem referir-se o catalão, o provençal, o francês, o italiano e romeno; noutras, pelo contrário, as quatro conjugações ficaram reduzidas a três, devido à perda da terceira conjugação latina, tendo a maior parte desses verbos passado à segunda conjugação. Tal é, em traços muito gerais, a situação do galego português, do castelhano, do leonês e do Macedo-romeno (*Ibidem*, p. 723-24)

No entanto, historicamente, merece destacado o verbo *pôr*. Sua evolução pode ser assim demonstrada, em virtude da fusão da segunda e terceira conjugações latinas: *pōnere* > *pōer* > *poer* > *por*. Trará-se, conseqüentemente, de um verbo da segunda conjugação no português e no galego atuais, porém com essa notação diacrônica.

Em nosso trabalho, apresentaremos *unicamente* as formas verbais que se nos configurarem mais relevantes, posto que se fôssemos fazer comentários de todas elas, esta pesquisa tenderia a alargar-se exaustivamente.

Localizadas as formas verbais, faremos os comentários morfológicos e a seguir daremos a regência verbal que for condizente *apenas* com cada exemplo selecionado das três conjugações.

Affremosentando (1ª conjugação: AR)

fol. 76r. 9. “Quantas horas / pensades que esta molher está dentro ã ssua ca/mara, ã sse ornamentar e affectar, lavando e / *affremosentando* seu rrostro,”

Ger. do v. *affremosentar*. Formado do adj. lat. *formosus*, ‘cheio de beleza’, deu no port. arcaico *fermoso*, por dissimilação, e mais tarde *fremoso*, com metátese. Ao prefixo verbal, acrescentou-se

o grafema duplo <F F>. Hodiernamente, *aformosentar*, v.t.d., ‘tornar formoso’; ‘embelezar’, ‘alindar’.

Seer (2ª conjugação: ER)

fol. 75r. 2. “(...) porque no outro mundo, o juízo ha-de *seer* justo /”

Inf. do v. *ser*. A respeito da etimologia deste verbo, transcrevemos as seguintes palavras de Carolina Michelis de Vasconcellos, inseridas na Gramática Histórica da Língua Portuguesa, elaborada pelos filólogos do grupo FTD:

1º De *sedēre* proveio, segundo as tendências fonéticas do castelhano e do português, *SEER*, e do século XII em diante, *SER*. Não menos naturalmente do que de *esse*, vulgarmente transformado e m e s e r e, proveio o francês *ê t r e*, o italiano *essere*, o provençal-catalão *esser*. — As duas línguas enveredaram diversamente, quanto às conjugações, muito embora os fatos relativos a *sedēre* ainda não fossem reconhecidos.

2º *Sedēre* existia completo em Portugal. Com o paradigma *sedeo*: — *sejo, sees, see; seja; sedia, seia, siia, sia; sei, sê, sede; sendo, sido* — *sedui* (por *sedii*, com *sivi, seveste, seve, sevesse, sever*); *seer* de *sedēre*. *Ser* é forma que surgiu no futuro e condicional perifrático, por nela haver perdido com a independência o acento tônico, tal qual de *pōer, poer*, — saiu pôr nos compostos *porei, poria*.

3º O sentido originário de *sedēre*, *estar sentado*, *sentar-se* (*sedentare* derivado do participio presente de *sedēre*), ainda perdurava no século XIV, em que a par de *sedia* (raríssimo), e do ainda raro *ser*, prevalecia *SEER* (de duas sílabas em centenas de versos (...)) em que *SEER* conta como monossílabo.

4º Já antes da última redução fonética, houve atenuação do sentido. *SEER* ia funcionando como mero auxiliar de verbos ativos em forma gerundiva — ao lado de *esse stare*, (...), *jacere*, e de *habēre, tenēre*; como sinônimo sobretudo de *stare*. Com *jaço cuidando, jacó morrendo*, etc., compare-se *sej’eu morrendo, seja pensando*.

5º O significado duplo de *SEER* originou naturalmente anfibologias. Perto 1350, houve um distinto trovador, D. Afonso Sanches, bastardo de D. Denis, que assim empregou o infinitivo, (...): *Ben se J’acá, non quero seer melhor*.

6º O uso de *SEER, ser*, como auxiliar, e a sua quase completa sinonímia com *estar*, fizeram que algumas formas entrassem supletivas no incompleto e anormal paradigma de *sum, fui, esse*. Delas subsistem: os imperativos *sê* (de *see*), *sede*; os participios *sendo, sido*; o presente do subjuntivo: *seja*; o infinitivo: *ser*, quando pessoal com *seres, sermos, serdes, serem*; o futuro: *serei*, e o condicional: *seria*. — Em (...) ocorrência com *sou, és, é; era; fui, fosse, for, fora; estou, estava, estive*; desapa-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

receram, pelo contrário: o presente do indicativo, *sejo, sees, sê*, etc., o imperfeito, *seia, siia, sia*, etc.

7º A favor desta teoria, deve-se alegar a forma arcaica castelhana, *sey, seya*, substituída pelo moderno *sea*. Também *sey, seyeado, seido*. (*Op. cit.*, p. 422)

No exemplo selecionado, v. de ligação, ou predicativo, na opinião de alguns autores.

Posu/ira (3ª conjugação: IR)

fol. 81v. 40. “(...) porque Paia tom/ou e escolheo a mylhor parte a qual avera e *posu/ira* pera senper.”

3ª p. do sing. do m. -q. -per. sind. do v. *possoir*, do lat. *possidēre*, ‘possuir’, ‘estar de posse de’, ‘ter a posse de’. Dos verbos da 2ª conjugação altina, quando da transição para o galego-português, somente dois deles não apareceram fazendo parte do grupo termiando em ER: o primeiro foi *conplir* (e suas variantes *cōplir, comprir, cōprir, conprir*); e o segundo foi *persoyr* (e suas variantes *possoir, posseir, e pessoir*, por metátese. No português atual, *possuir*, v.t.d. no texto, ‘ter a posse de’; ‘ter,ou deter em seu poder’; ‘deter’.

Não fossem as limitações deste trabalho, muito assunto haveria a se comentar ainda a respeito dos verbos em galego-português. De modo específico, citaremos: considerações mais gerais das conjugações; verbos incoativos; apócope de *-e*; o sufixo *-des* da segunda pessoa do plural; as terminações da terceira pessoa do plural; o perfeito e tempos afins; o particípio passado; o infinitivo flexionado. Mas fica o registro.

Advérbios

Passemos a examinar os advérbios mais significativos.

Aquy

fol. 74v. 1. “*Aquy* se começa a vida de Sancta Pellagya”

Do lat. *eccu+hic*. Neste lugar. || Neste ponto. || Neste momento. Variantes: *aiquí, aquy; eiquí*. Adv. *Aqui*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Senpre

fol. 76r. **10.** “E nos que / avemos nosso padre eternal nos ceos pera / *senpre*”

Do lat. *semper*, ‘de uma vez por todas’, com metátese. Adv. Em todo o tempo.|| Em qualquer ocasião. || Sem cessar; continuamente.

Hy

fol. 77v. **20.** “Aconteceo per a bõ/dade de Deos que aquela molher publica da qual / queremos aquí falar e fazer palavra era *hy* êtam”

De *a* e do arc, *hi* < *hic*, lat. Aglutinou-se o *a* por causa da existência do vocábulo. Variantes documentadas: *ahí; ehí; ay; y; hi; hj; hij; hy*. Adv. *Aí*.

Nom

fol. 77r. **15.** “(...) vy hũu sonho do qual som muy turbado porque *nom* vejo nem sey,”

Do lat. *non*. Exprime negação. Sua colocação na frase é geralmente antes do verbo. Variantes: *nam, non*. Adv. *Não*.

Onde

fol. 77v. **20.** “A qual mandou a dous seos servidores que / soubesse a casa *onde* o sancto bispo Nono pou/sava.”

Do lat. *unde*, ‘donde’. No lat. vulg., em algumas regiões românicas, tomou o lugar semântico de *ubi*. Adv. *Onde*.

Asaz

fol. 81r. **37.** “A my *asaz* abastam as riquezas de m/eu senhor e sposo Jhesu Cristo.”

Do lat. *ad satie*. Bastante, suficiente. || Em alto grau; muito Adv. *Assaz*.

Nũca

fol. 78v. **26.** “(...) nenh/ũa meretriz e molher publica nom deve de seer bap/tizada se nom der fiadores que *nũca* mais use de ma/os pecados”

Do lat. *numquam* (ou *nunquam*). Em nenhum tempo; jamais. Variantes: *nõca; nonca; nũqua; nuca*. Adv. *Nunca*.

Como

fol. 76v. 11. “(...) tomou a my per a maa *como* avia de custume”

Do lat. *quomo*, forma apocopada de *quomodo*. De que maneira; como. || De maneira que. Variantes: *commo*; *coma*. Adv. *Como*.

Preposições

Quanto às preposições, vejamos:

De

fol. 75v. 7. “(...) nom quis desçender *de* seu asno”

Do lat. *de*. Regia ablativo, com variadíssimos empregos. Variantes: *des*; *de/*. Prep. *De*.

Pera

fol. 75r. 4. “(...) orrogavõ, *pera* ouvir delle pallavras de hedifficaçõ”

Do lat. *per+ad*. O <e> átono diante de <r> transformou-se em <a>. Prep. *Para*.

Per

fol. 75r. 5. “O / qual logo abrio sua boca e *per* spiritu sancto come/çou ffallar pallavras consollatorias”

Forma analógica de *por*, do alt. vulg. *por*, alteração da forma clássica *pro*. Prep. *Por*.

Por

fol. 75v. 7. “(...) e *por* honra de Deos e rrever/ença dos bispos, nom quis desçender de seu asno,”

Do lat. vulg. *por*, alteração da forma clássica *pro*. Prep. *Por*.

Sobre

fol. 75v. 7. “(...) e pôs / sua face *sobre* seus gíolhos”

Do lat. *super*, ‘por cima de’; ‘em cima de’. Prep. *Sobre*.

Cõ

fol. 75v. 8. “E o bispo Nono outra vez tornou sua / face sobre seus gíolhos. *cõ* grande desejo sos/pirando e chorando”

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Do lat. *cum*, ‘com’, ‘em companhia de’. Juntamente com (idéia de companhia). || Com, logo que (indicando simultaneidade no tempo). Pre. *Com*.

Em

fol. 81r. **39**. “(...) nem gardou pera sy / nenhuma cousa de quando *em* pecado ganhara”

Do lat. *in*. Prep. *Em*.

Antre

fol. 81r. **38**. “(...) e disse que *antre* as cosas se/u cuidado e pensamento fosse quitar-sse dos pe/cados”

Do lat. *inter*. Variantes documentadas: *entre* (com metátese); *ître*; *intre*; *ontre*. Prep. *Entre*.

Ante

fol. 76v. **12**. “(...) *ante* a tua presença me excusarey”

Do lat. *ante*. Prep. *Ante*

Ataa

fol. 77r. **4**. “(...) per toda a nocte *ataa* que foy dia.”

Do lat. *ad tenus*, ‘até’, ‘até a’. Outras variantes: *ata*; *atá*; *atra*; *tro*; *trões*; *atee*; *atéém*. Prep. *Até*.

Perdante

fol. 75r. **5**. “(...) vinha e passou *perdante* elles hũa jogressa”

Do lat.: *per+de+ante*, por contração. Prep. O mesmo que *perante*; *diante de*.

Conjunções

As conjunções apresentam o seguinte quadro:

fol. 74v. **2**. “Muytas *e* grandes graças devemos dar / ao senhor,”

Do lat. *et*. Conj. *E*, aditiva.

Segundo

fol. 75r. **2**. “(...) e cada hũ há-de receber e aver gallardom, *segundo* suas obras”

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Do lat. *secundu*, ‘que segue’, ‘seguinte’, ‘que vem a seguir’.
Variantes: [segundo; *legũdo*. Conj. *Segundo*, conformativa.

Mais

fol. 81r. **38.** “(...) que de todas estas riquezas nã / tomasse nenhũa cousa nẽ despen(de)sse em obras / da igreja nem do bispado *mais* desse e gastasse ã / pobres e em viuvas e em orphãos.”

Do lat. *magis*. Trata-se de uma conjunção adversativa sinônima do atual *mas*, o qual representa, por sua vez, a evolução do mesmo *mais* em próclise, mantendo-se o <s>, a despeito dessa evolução. Variantes: *maif*; *mas*. De igual valor semântico é a forma *pero*. Conj. *Mas*, adversativa, já definida acima.

Nẽ

fol. 81r. **38.** “(...) que de todas estas riquezas nã tomasse nenhũa cousa *nẽ* despen(de)sse em obras/”

Do lat. *nec*, ‘e não’. É a forma nasalada de *ne*, antiga conjunção. Cariantes: *nj*; *nyn*; *nem*; *nín*. Conj. *Nem*, com o sentido alternativo.

CONCLUSÃO

Como se depreende da exposição acima, o galego-português representou importantíssimo complexo lingüístico formado pela antiga fala portuguesa do Norte e pelo galego, língua da Galiza.

Em decorrência de sua diacronia ou evolução histórica, tivemos o português moderno.

O texto estudado, a despeito de suas discrepâncias de ordem grafemática, apresenta rico depositório de fatos gramaticais, lingüísticos e filológicos, em razão dos quais mostramos os mais relevantes aspectos de morfologia (incluindo-se comentários etimológicos), e de sintaxe, e que assim constituíram expressivo material de nossas pesquisas.

BIBLIOGRAFIA

- ALI, M. Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 6ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- ALVAR, M. *Variiedad y unidad del español. Estudios lingüísticos desde la historia*. Madrid: Prensa Española, 1969.
- APONTAMENTOS de aula do Professor Doutor Celso Cunha. Curso: Diacronia do Português II. Rio de Janeiro, UFRJ. Doutorado, 2º semestre de 1988.
- AUERBACH, Erich. *Introdução aos Estudos Literários*. Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.
- BALDINGER, Kurt. *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*. Madrid: Gredos, 1962.
- BOLÉO, Manuel de Paiva. *Introdução ao estudo da Filologia Portuguesa*, Lisboa: Revista de Portugal, 1946.
- BOURCIEZ, E. *Éléments de Linguistique Romane*. 4ª ed. revista pelo autor. Paris: Hlinckdieck, 1956.
- BUENO, Fr. da Silveira. *A formação histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, 1955.
- . *Estudos da Filologia Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1963.
- CALDAS AULETE, F.J. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta, 1964. 5 volumes.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Princípios de Linguística Geral*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1954.
- . *Dicionário de Lingüística e Gramática*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- . *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.
- COROMINAS, J. *Diccionario crítico-etimológico de la lengua castellana*. Berna: Francke, 1954-57.
- . *Estudios de Lingüística Románica*. Madrid: Gredos, 1977.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Acadêmica, 1968.

CUNHA, A.G. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova fronteira S/A., 1982.

CUNHA, Celso Ferreira da. *À margem da poética trovadoresca. O regime dos encontros vocálicos interverbais*. Rio de Janeiro, 1950.

———. *Estudos de versificação portuguesa. (Séculos XII a XVI)*. Paris: Centro Cultural Português, 1982.

———. *Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: FENAME / HEC, 1982.

———. Novas observações sobre p hiato na antiga versificação galego-portuguesa. *Ibérida*. Revista de Filologia, nº 4, Dezembro de 1960, p. 23-100.

———. *O Cancioneiro de João Zorro*. Aspectos lingüísticos. Texto crítico. Glossário. Rio de Janeiro, 1949.

———. *Significância e movência na poesia trovadoresca*. Questões de Crítica Textual. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

———. & LINDLEY CINTRA, L.F. *Nova Gramática do português Contemporâneo*. Lisboa: João Sá da Costa, 1984.

DIAZ & DIAZ, Manuel. C. *Antologia del latin vulgar*. Madrid: Gredos, 1950.

ENCYCLOPAEDIA Mirador Internacional. São Paulo, 1975.

FARIA, Ernesto. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.

———. *Dicionário Escolar Latino-Português*. Revisão de Ruth Junqueira de Faria. Rio de Janeiro: FENAME/MEC, 1982.

FERNANDES, Francisco. *Dicionário de Verbos e Regimes*. Porto Alegre: Globo, 1940.

———. *Dicionário de Sinônimos e Antônimos da Língua Portuguesa*. Porto Alegre: Globo, 1944.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

FIGUEIREDO, Cândido. *Novo Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Bertrand, 14ª edição, 2 volumes, 1949.

FREIRE, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: A NOITE, 1944.

F T D. *Novo Manual dji Língua Portuguesa. Curso Complementar - Gramática Histórica*. São Paulo: Alves, 1926.

GONÇALVES VIANA, Aniceto dos Reis. *Apostilas aos dicionários portugueses*. Lisboa: A.M. Teixeira, 1906.

GRANDE ENCICLOPÉDIA Delta-Larousse. Rio de Janeiro, 12 volumes, 1970.

HERMAN, J. *Le latin vulgaire*. Paris: PUF (Que Sais-je?), 1967.

HORTA, Guida N. B. Parreiras. *Os gregos e seu idioma*. Rio de Janeiro: J. Di Giorgio, 2 volumes, 1979.

LAPESA, Rafael. *Historia de la lengua española*, 2ª edição corrigida e aumentada. Madrid-Buenos Aires: Escelicer S.L., 1950.

MACHADO, José Pedro. *Origens do Português*. 2ª edição revista e aumentada. Lisboa, 1967.

———. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Confluência, 2 volumes, 1953-59

———. *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Confluência, 3 volumes, [s/d.].

MAGNE, Augusto. *A Demanda do Santo Graal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional 3 volumes, 1944.

———. *Dicionário da língua portuguesa especialmente dos períodos medieval e clássico*. Rio de Janeiro, vol I, 1950 (A-AF); vol II-1, 1954 (AG-AL).

MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do Galego-Português*. Estado lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno). Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986)

MARTINET, André. *Éléments de linguistique générale*. Paris: Armand Colin, 1976

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

MEIER, Harri. *Ensaio de Filologia Românica*. Rio de Janeiro: Grifo, 1974.

MEDÉDEZ PIDAL, D. Ramón. *Crestomatia del español medieval*. Acabada e revisada por Rafael Lapesa y maria Soledad de Andrés. Madrid: Facultad de Filosofía y Letras. Seminario Menéndez Pidal, 2 vols. 1965-1966.

———. *El idioma español en sus primeiros tiempos*. Sexta edición. Madrid: Espasa-Calpe, 1964.

———. *Manual de gramática histórica española*. Décimotercera edición. Madrid: Espasa-Calpe, 1968.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2 volumes, 1952-55.

———. *Elementos de Filologia Românica*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

———. NUNES, J.J. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. 3ª ed. Lisboa: Clássica, 1945.

———. PALHANO, Herbert. *A Expressão Léxico-Gramatical do 'Leal Conselheiro'*. Lisboa: Revista de Portugal, 1949.

PEREIRA, Isidro. *Dicionário Grego-Português e Português-Grego*. Porto: Apostolado da Imprensa, 1976.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Histórica*. 7ª edição. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1932.

SILVA NETO, Serafim da. *A constituição do português como língua nacional*. Lisboa, 1961.

———. *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952-57.

———. *Fontes do Latim Vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica.

———. *História do Latim Vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.

———. *Manual de Filologia Portuguesa*. 2ª ed. melhorada e aumentada. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.

TAGLIAVINI, Cario. *Le origini delle lingue neolatine*. 4ª ed. Bolo-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

nha: R. Pàtron, 1964.

VASCONCELLOS, José Leite de. *Lições de Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1966.

VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de. *Lições de Filologia Portuguesa*, segundo as preleções feitas nos cursos de 1911/12 e de 1912/13. Lisboa: Revista de Portugal, 1956.

VIEIRA, Domingos. *Grande Dicionário Português ou Tesouro da Língua Portuguesa*. Porto: Chardron e B.H. Morais, 5 volumes, 1871-74.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Edição crítica baseada nos manuscritos originais de Viterbo, por Mário Fiúza. Porto e Lisboa: Civilização, 1962 e 1966.

WILLIAMS, Edwin B. *From Latin to Portuguese. Historical Phonology and Morphology of the Portuguese Language*. 2a ed. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1968. Existe a trad. portuguesa de Antônio Houaiss, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro / MEC / INL, 1973, que consultamos.

ASPECTOS LINGÜÍSTICOS
NA GRAMÁTICA DE FERNÃO D'OLIVEIRA⁸

Horácio França Rolim de Freitas (UERJ – ABF)

RESUMO

Fernão de Oliveira, apesar de ter sido o primeiro gramático de nossa língua (1536), não se submeteu aos ditames da gramática latina, como ocorreu com inúmeros outros autores que lhe seguiram, a começar por João de Barros (1540) que, inclusive declina os substantivos (!)

Das várias edições que a obra de Oliveira mereceu, destaca-se a de Olmar Guterres da Silveira, de 1954, microfilmada do único exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa

Sua importância e superioridade em relação aos gramáticos de sua época mereceu abalizada apreciação do eminente lingüista Eugenio Coseriu, concedendo a Fernão de Oliveira um lugar de destaque na história da lingüística românica e na lingüística geral.

Em 2000, os filólogos portugueses, Amadeu Torres e Carlos Assunção, publicaram, pela Academia das Ciências de Lisboa, a edição mais completa e fidedigna da Gramática de Fernão de Oliveira, não só por ser edição crítica, semidiplomática e anastática, mas também pelos eruditos comentários dos referidos filólogos, tendo, ainda, merecido um Estudo Introdutório de Eugenio Coseriu.

PALAVRAS-CHAVE: vogais; figuras; ortografia; analogia; dições

Apesar de ter sido o primeiro gramático da língua portuguesa, distanciou-se muito de seus sucessores pela originalidade, particularmente na área fonética. Sua perspicácia na descrição dos fonemas mereceu a seguinte afirmação de Eugenio Coseriu:

“Oliveira supera, contudo, todos, mesmo a Nebrija, pela agudeza de suas observações, pela minuciosidade e pelo caráter sistemático de suas descrições dos sons portugueses.” (in *Língua e Funcionalidade em Fernão de Oliveira*)

O texto da 1ª edição foi publicado em 1536, em Lisboa, pelos

⁸ Trabalho apresentado no III Encontro Nacional com a Filologia, promovido pelo Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos na Academia Brasileira de Letras, em maio de 2004.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

editores German e Galhardo. Uma 2ª edição veio a público em 1 871, Porto, Imprensa, pelos editores Visconde d'Azevedo e Tito de Noronha. Em 1 933, saiu uma 3ª edição, em Lisboa, pela Tipografia Beza, sob a responsabilidade de Rodrigo de Sá Nogueira e José Fernandes Júnior. Uma 4ª edição veio a lume em 1 954, como tese de concurso do filólogo Olmar Guterres da Silveira, cujo texto foi reproduzido da edição de 1 536, copiado por microfilme do exemplar único da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Cumprе lembrar que essa edição do eminente mestre foi a utilizada por Eugenio Coseriu em sua obra *Língua e Funcionalidade em Fernão de Oliveira*, tradução de Maria Christina da Motta Maia, Rio, Presença, 1 991, p. 16.

Uma 5ª edição foi publicada em 1 975 por Maria Leonor Carvalho Buescu, com introdução, leitura atualizada e notas, pela Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa.

Em 2 000, a Academia das Ciências de Lisboa publicou a *Gramática da Língua Portuguesa*, edição crítica, semidiplomática e anastática pelos renomados mestres Amadeu Torres e Carlos Assunção.

Quero esclarecer de passagem a importância dessa edição para a cultura filológica da língua portuguesa. Enquanto uma edição diplomática elimina as dificuldades de natureza paleográfica, a edição semidiplomática ou diplomático-interpretativa é mais profunda, uma vez que melhora o texto através da divisão de palavras, faz o desdobramento das abreviaturas e a devida pontuação. É também anastática, isto é, o texto é reproduzido e refeito por processo químico que o torna mais legível que o fac-símile, que é apenas fotografado.

Contudo, o valor do texto sob a responsabilidade de Amadeu Torres e Carlos Assunção não pára aí. Trata-se de uma edição crítica, trabalho de fôlego só permitido aos filólogos. É um estudo obedecendo às normas da Crítica Textual. O maior objetivo é tornar o texto inteligível, facilitar-lhe a leitura. Daí a importância em interpretá-lo, elucidando as referências históricas, geográficas, mitológicas etc. Vê-se, pois, que o filólogo precisa de sólidos conhecimentos, inclusive da língua e da época em que a obra foi escrita. Apenas para

exemplificação, citaremos uma passagem do Capítulo V da Gramática, onde se lê: “*Beroso comero gallo ensinou letras e leis*”, onde a expressão *comero gallo*, com letra minúscula refere-se a nome próprio. É interessante ressaltar que já houve edições em que a expressão foi interpretada como: *comeram o galo!* Outras limitam-se a nomear Comero Gallo sem explicá-lo. Coube aos doutos Amadeu Torres e Carlos Assunção a explicação definitiva.

Nessa passagem, Beroso explica que coube a Comero Gallo, um dos primeiros na Itália, ensinar letras e leis. Fernão de Oliveira colheu essa informação na obra do dominicano João Ânio de Viterbo. O nome Comero Gallo, segundo essa explicação, refere-se ao “*neto de Jápeto e filho primogênito de Íon, um dos oito irmãos de Túbal ou Júbal, é uma das personagens pós-diluvianas*”.

Passemos, agora, aos aspectos lingüísticos da Gramática de Fernão de Oliveira.

A grande virtude de nosso primeiro gramático foi, além de sua argúcia lingüística, não se deixar levar pela imitação quase servil da gramática latina, como ocorreu com outros autores, nem subordinar-se ao movimento da gramática filosófica. Ele mesmo o diz no Capítulo L: “... *escrevi sem ter outro exemplo antes de mi*”.

A importância dos traços distintivos na classificação dos fonemas se deve à Fonologia de Praga. Haja vista que, sob critério estritamente fonológico, foi Mattoso Câmara o primeiro a aplicá-los à língua portuguesa.

Fernão de Oliveira se mostra muito mais coerente na classificação das vogais, quanto ao timbre, que muitos autores de nossa época.

No Capítulo VIII⁹ explica: “... temos oyto vogaes na nossa lïgoa mas nã temos mais de çinco figuras”

Não confunde letra com fonema, ainda que em sua época *litera* representasse tanto a letra como o fonema. À unidade fônica de nomina de pronúnciação e à representação gráfica chama figura ou

⁹ Foi utilizado o texto da Gramática de Fernão d'Oliveira, edição de 1954, de Olmar Guterres da Silveira

sinal.

Ao estudar as vogais, Fernão de Oliveira descreve separadamente “a figura e a pronúncia” que, às vezes, também chama de “voz”, como fazia Nebrija. Identifica oito vogais, distinguindo /a/ /e/ /o/ grandes e /a/ /e/ /o/ pequenos, nomenclatura que corresponde a *abertos e fechados*.

É importante notar que, em sua visão lingüística, o nosso primeiro gramático exclui /i/ e /u/ na distribuição de grandes e pequenos, isto é, abertos e fechados, uma vez que o timbre não atua sobre estas vogais em português. Eis a sua explicação no Cap. VIII:

... e verdade q) temos a grande e a pequeno; e grande e e pequeno; também o grãde e o pequeno. Mas nã temos assi diversidade ã i nem u.” e conclui: “... conhecendo esta verdade avemos de cõfessar q temos oyto vogaes na nossa lĩgoa mas nã temos mais de çinco figuras.

VIZINHANÇA DAS VOGAIS

No Capítulo XVIII nos diz que há tanta vizinhança entre *u* e *o* pequeno que quase nos confundimos, dizendo uns *somir* e outros *sumir*; *dormir* e *durmir*. Essa flutuação entre *o* e *u* pretônicos é, portanto, antiga. Hoje se conhece como debordamento: *coruja/ curuja*; *colégio / culégio*.

DITONGO OU HIATO?

Nos Capítulos XXVII e XXVIII, lemos que na palavra *marmorea* aparece mais ou menos a sua voz: *e pequeno ... e tem logo outra vogal em outra sílaba (o grifo é nosso) a qual lhe tira parte da voz... tão pequeno fica este e que muitos se enganam e escrevem em seu lugar i*.

Vê-se que o apuro auditivo leva Fernão de Oliveira a perceber duas sílabas na terminação de *glória* e *marmorea*.

Os chamados ditongos crescentes surgem em sílaba átona, ocasionando variação livre, isto é, possibilitando ao falante enumerar os dois fonemas vocálicos em uma ou duas sílabas, o que levou Matoso Câmara a excluir a relação dos ditongos crescentes, à exceção

do encontro precedido de consoante velar, como: quatro, quinqüênio, quase, em que a enunciação como ditongo é precisa.

Outra não é a opinião do eminente e saudoso mestre, Prof. Olmar Guterres da Silveira, quando, acerca dessa passagem, nos diz: *“Realmente a nossos ouvidos aparece nítida a pronúncia de hiato em tais palavras.”*

Não menos interessante é a interpretação de Fernão de Oliveira ao explicar a posição final de sílaba, em português, onde só aparecem vogais e ditongos, incluindo aí /l/ e /r/, chamando esses fonemas de *“semivogais e quase vogais”*.

É oportuno lembrar uma visão moderna estruturalista em relação a /l/ e /r/, ao distinguir as consoantes, quanto ao modo de vencer o obstáculo de 1º grau em oclusivas, fricativas e soantes. Enquanto as oclusivas e fricativas apresentam, respectivamente, um grau maior e menor de vencer o obstáculo, daí serem consoantes, as soantes (líquidas e nasais) se caracterizam pela quase ausência de obstáculo, aproximando-se, deste modo, das vogais e contrastando com as demais consoantes.

Ao descrever as consoantes, usa uma linguagem simples, inteligível e até pitoresca, como ocorre ao explicar a enunciação da bilabial:

“Pronuncia-se a letra b entre os beijos apertados, lançando para fora o bafo com ímpeto e quase com baba.”

DIVISÃO DA GRAMÁTICA

Em sua Gramática, Fernão de Oliveira trata de Ortografia, onde estuda, principalmente, os fonemas; de Acento, tratando aí das sílabas e do aspecto prosódico; da Etimologia, como origem das palavras; da Analogia, onde estuda a flexão e a derivação; e, finalmente, Concerto, parte sintática a que só se refere de passagem.

Ao abordar a Etimologia, fá-lo em seu conceito exato: origem das palavras, o que já não sucedeu com o grande Nebrija que, ao definir Etimologia como: *“Verdade das palavras”*, considerou o estudo das classes de palavras e suas categorias.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

No Capítulo XXX, assim divide o estudo da Etimologia: “*e esta dividimos em nossa, alheia e comum*”.

As chamadas *nossas dições*, ou palavras, diz serem aquelas que nasceram entre nós ou já tão antigas que não sabemos se vieram de fora. Quanto a estas manda a gramática saber donde, quando, porque e como foram feitas.

Vê-se, aí, uma perspectiva diacrônica de Fernão de Oliveira e sua consciência das dificuldades no levantamento etimológico das palavras. São suas as seguintes ponderações:

“Para se saber tudo isto requer ler e ver muito e ainda assim alcançaremos pouco.”

Não deixa de fazer crítica às falsas etimologias que eram frequentes na antigüidade pela falta, é óbvio, de princípios científicos da linguagem.

E, assim, adverte:

Ora se como adivinhando, dissermos que homem assim se denomina porque está no meio do mal e do bem; mulher assim se chama porque é mole; velho porque viu muito; tempo porque tempera as coisas; pássaro porque passa voando, e assim como estas poderemos imaginar outras duzentas patranhas porque são sempre abundantes e falsas, pouco aceitas entre os homens sabedores que, muito lendo e trabalhando, se prezam e não são de imaginações aldeãs sem juízo.

Chama de *dições alheias* aos empréstimos recentes. Em suas palavras: “*aquelas que de outras línguas trazem à nossa por alguma necessidade.*”

Exemplifica uma palavra recém-introduzida: *picote* que significa “certo pano grosseiro” e, segundo Nascentes, provém do espanhol.

É ainda digna de referência a sua conclusão sobre essas palavras alheias:

“Estas dições alheias com necessidade e não facilmente trazidas, chamaremos alheias, enquanto forem novas. Depois, com o tempo, adaptando-se à língua, chamaremos nossas”.

Em seguida, estuda as *dições comuns*, que seriam empréstimos antigos, de difícil conhecimento etimológico na época do arguto

gramático. E ele justifica parte dessa dificuldade:

“E o tempo que passam de uma língua para outra é tão distante, que não podemos facilmente saber de qual para qual passaram; podiam receber da nossa, como a nossa delas.”

Exemplifica as palavras: *“alfaiate, almoxarife, alguidar, almocreve.... as quais dizem que são mouriscas”*.

Ao tratar da Analogia, segue a Varrão, caracterizando bem o princípio da Analogia: semelhança de formas e aplica-a, principalmente, aos nomes e aos verbos. Trata de flexão, derivação e formação de palavras.

No Capítulo XLIII, diz que os artigos de nossa língua variam em gênero, número e caso. Ao admitir casos nos nomes, não os considera declináveis, apenas como tipos de funções oracionais, designados por ele de prepositivo, possessivo, dativo e pospositivo, correspondendo, respectivamente, a nominativo, genitivo, dativo e acusativo, e descreve o uso do artigo de acordo com estas funções.

Essa visão lingüística de nosso primeiro gramático levou Eugênio Coseriu a denominar de “retrocesso” a descrição feita por João de Barros, ao admitir os seis casos latinos para o substantivo.

Fernão de Oliveira não só afasta o conceito de casos na língua portuguesa, como explica o uso das preposições na substituição daqueles. E ainda acrescenta:

“Disse isto porque alguns gramáticos ensinam mal, dando notícia dos casos a seus principiantes.”

É oportuna a observação do Prof. Olmar Guterres da Silveira quando afirma:

“Fernão d’Oliveira distingue cuidadosamente o sistema português, em que a colocação e o emprego das preposições substituem as desinências casuais”.

Outro aspecto morfológico digno de nota é o tratamento que dá à formação do plural dos nomes em -ão. Explica o gramático que eles apresentam três formas: grão/grãos; melão/melões, e cão/ cães. Ensina que tal diversidade no plural se deve às diferentes formas do singular no português arcaico, terminadas em -ão, -õ, -ã, diversidade

esta mantida apenas no plural.

Em sua visão lingüística, Oliveira procura sistematizar a língua, observando o seu funcionamento. Daí, já admitir três conjugações, destacando a terminação do infinitivo em –ar, –er e –ir. Classifica de exceção o infinitivo de pôr, terminado em –or, mas lembra que já tivera a forma poer. Tem, pois, noção precisa das conjugações em português, o que não ocorreu com outros gramáticos posteriores, e até do século XX, que registravam uma 4ª conjugação com o verbo pôr e seus derivados.

Merece também destaque na obra de Fernão de Oliveira a distinção entre flexão e derivação. Seguindo os passos de Varrão, distingue declinações naturais e declinações voluntárias. À semelhança do gramático latino, Oliveira faz um paralelismo entre analogia e anomalia. Mas sobre essa comparação entre os dois gramáticos, recorreremos às lições de Eugenio Coseriu na tão conhecida obra: *Língua e Funcionalidade em Fernão de Oliveira*.

Diz-nos Coseriu que num ponto ambos os gramáticos concordam: o uso do termo declinação (*declinatio*) que serve tanto à flexão quanto à derivação. Comparando-os, Coseriu destaca a visão do gramático português que, nesse assunto de Morfologia, vai além de Varrão. Enquanto este se limita a estabelecer a analogia e a anomalia (regularidade/ irregularidade) do uso lingüístico, rejeitando os fatos contrários ao uso, Fernão d’Oliveira concebe a língua como sistema de possibilidades, considerando planos diferentes para regras e realizações.

Para Varrão a derivação está no campo das irregularidades e a flexão, no das regularidades. Fernão de Oliveira, ao contrário, considera a língua “*Antes de tudo um sistema de regularidades*”, cujo fiel da balança é a norma (o uso), atuando tanto na flexão como na derivação.. Por isso inclui na declinação natural vários fatos de derivação por seguirem “*leis e regras de formação*”

Exemplifica sua teoria através de alguns tipos de derivação, como, por exemplo, o emprego dos sufixos –ão, –dor, –mente, cuja utilização dependerá de “regras naturais”.

São elas também que exemplificam ser o substantivo do verbo ler, *lição*, do verbo orar, *oração*, mas dos verbos amar e honrar,

por outro tipo de formação: *amor e honra*.

Outro ponto digno de nota de nosso primeiro gramático é a correlação que faz na composição entre formas verbais como: *acorrer*, *encarregar*, *aparecer*, exemplos de composição (= ajuntamento), uma vez que um dos elementos apresenta significação lexical e ocorrência autônoma. Esta autonomia já não se efetua em palavras como: *arranhar*, *apanhar*, *ensinar*, em que nenhum dos elementos apresenta autonomia, não se processando, assim, a composição, como conclui Oliveira na seguinte passagem:

“... *na verdade isto em muitas partes não he ajuntamento se não costume be amedado antre nos.*”

Mereceu observação de Eugenio Coseriu o critério adotado pelo referido gramático que, ao admitir para a composição o valor significativo em apenas um dos elementos, apresenta analogia com certas interpretações modernas, principalmente com as de Bloomfield para quem *conceive*, *deceive*, *receive* constituem palavras dimorfêmicas, isto é, união de prefixo e radical.

Cumprе aqui esclarecer que, nesse critério distribucional, importa a ocorrência dos elementos constitutivos da palavra em outros “compostos”. Assim, em *conceber*, *receber*, por exemplo, o elemento *-ceber*, ainda que não tenha uso e significação isoladamente, representa um morfema (radical) pois o primeiro elemento *com-*, *re-* pode-se juntar a outros radicais, como ocorre em *conduzir*, *reduzir* etc.

Esse critério defendido, dentre outros, por Zellig Haris, mereceu contundente retificação de Henri Frei em sua magistral obra *Critères de Délimitation*.

Outro aspecto de formação prefixal abordado por Oliveira é o caso dos prefixos reforçativos (prefixo fictício) em palavras como: *estorvar* e *torvar*. Essa visão de nosso gramático não passou despercebida da argúcia do filólogo Olmar Guterres da Silveira que, em sua edição da *Grammatica de Lingoagem Portuguesa* (1954), assim se pronuncia:

Estudando os prefixos, precisa-lhes o valor e chama a atenção do leitor para certas palavras que apresentam um fictício prefixo *a*; melhor diríamos, que poderiam parecer formas prefixadas aos ouvidos menos avi-

sados. (p. 26)

Fernão de Oliveira tratou também da origem da língua, das mudanças lingüísticas e da língua padrão. Sobre esta destaca-lhe a clareza e a inteligibilidade, qualidades daqueles que a cultivam e falam melhor.

É oportuno transcrever aqui as próprias palavras do perspicaz gramático:

A primeira e principal virtude da língua e ser clara e q) a possão todos entender e pera ser bem entêdida há de ser a mais acostumada antre os milhores della e os milhores da lingua são os q) mais lerão e virão e viverão continoando mais antre primores sisudos e assentados e não amigos de muita mudãça. (Cap. XXXVIII)

A argúcia de nosso primeiro gramático em não considerar corrupção as mudanças lingüísticas mereceu elogio de Eugenio Coseriu, ao atribuir-lhe o “*mérito que não tiveram outros teóricos do Renascimento.*”

E ainda na já citada obra *Língua e Funcionalidade em Fernão de Oliveira*, conclui que Oliveira merece, por suas notáveis idéias, um lugar de destaque na história da lingüística românica e na lingüística geral.

Realmente, à exceção de Nebrija, nenhum outro gramático dessa época pôde ombrear-se a Fernão de Oliveira.

Quero encerrar esta apreciação sobre a *Grammatica* de Fernão de Oliveira, deixando aqui registradas as lúcidas observações dos doutos filólogos Amadeu Torres e Carlos Assunção, na mais completa edição desta obra publicada pela Academia das Ciências de Lisboa em 2000:

O Homem da Diferença. Fernão de Oliveira jogou na diferença e marcou uma nova era na lingüística lusa, como de resto jogaram os nossos pilotos e marinheiros abrindo ao mundo novos céus e novas terras. (p. 10)

BIBLIOGRAFIA

BARROS, João. *Gramática da Língua Portuguesa*. 3ª ed. Lisboa: Comp. e imp. na Sociedade Astória Ltda, 1957.

COLLART, J. *Varron Grammaire en Latin*. Paris: Les Belles Lettres, 1954.

COSERIU, Eugenio. *Língua e Funcionalidade em Fernão de Oliveira*. Trad. de Maria Christina da Motta Maia. Rio de Janeiro: Presença, 1991.

FREI, Henri. *Critères de Délimitation*, artigo publicado na obra *Linguistics Today*. Edited by André Martinet and Uriel Weinreich, New York: Columbia University 1954.

NEBRIJA, Antonio de. *Gramática Castellana*. Madrid: Junta del Centenario, 1946.

SILVEIRA, Olmar G. da. A "*Gramática*" de Fernão D' Oliveyra. Rio de Janeiro: Metáfora [?], 1954.

TORRES, Amadeu e ASSUNÇÃO, Carlos. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.

**O BRETÃO:
ÚLTIMO REBENTO CÉLTICO
NO CONTINENTE EUROPEU¹⁰**

João Bittencourt de Oliveira (UERJ)

RESUMO

As línguas célticas já foram faladas, em eras bem remotas, em praticamente todo o território da França atual. Foram, porém, suplantadas pelo latim, língua oficial do Império Romano no ocidente. Entretanto, à medida que o império se definhava e os saxões e outros povos incursores atacavam as províncias do norte, um povo, que também falava uma das línguas célticas, começou a migrar da Bretanha (atual Grã Bretanha) em grande número para o norte da França com o objetivo de lutar e ali se estabelecer.

Esses migrantes eram denominados naturalmente *Britani*, “Bretões”. A imensa maioria fixou-se na península do noroeste, então conhecida dos romanos como *Armorica*, passando, com a chegada dos novos habitantes, a ser rebatizada como *Brittany* (“Pequena Bretanha”). O bretão é a única língua céltica ainda falada no continente europeu e pertence, ao lado de muitas outras, ao elenco das línguas ameaçadas de extinção.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia Lingüística; Línguas Minoritárias; Bretão

INTRODUÇÃO

A língua de que iremos tratar pertence, juntamente com o irlandês e o galês, à família céltica e, de maneira semelhante a estas e a muitas outras, faz parte do elenco das línguas ameaçadas. O bretão apresenta-se ainda como uma língua obscura para muitos filólogos e lingüistas. Basta dizer que a língua do lendário Rei Artur, como se costuma dizer, tem na verdade suas raízes nas remotas brumas da Bretanha dos Celtas, como veremos. Entre outras coisas, as lendas arturianas de outrora prometem a volta do próprio Rei Artur e a restauração dos Celtas Britânicos de Gales, Cornualha e Bretanha a seu legítimo patrimônio cultural e lingüístico.

As línguas célticas constituem um dos ramos da família indo-européia. Essas línguas foram faladas numa vasta região do oeste eu-

¹⁰ Trabalho apresentado no VIII CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGOLOGIA (I Congresso Internacional de Estudos Filológicos e Linguísticos), promovido pelo CiFEFiL no Instituto de Letras da UERJ, em agosto de 2004.

ropeu em eras remotas, porém encontram-se atualmente em situação um tanto precária em algumas áreas das Ilhas Britânicas e da Bretanha.

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DAS LÍNGUAS CÉLTICAS

Embora existam muitas diferenças entre as línguas célticas individualmente, podemos notar algumas semelhanças. É bem verdade que nem todas essas características são exclusivas das línguas célticas, porém poucas são as línguas que compartilham das seguintes:

- Mutação consonantal inicial
- Preposições flexionadas
- Padrão frasal VSO (verbo + sujeito + objeto)
- Apenas dois gêneros gramaticais
- Ausência do artigo indefinido
- Construção genitiva por aposição
- Contagem vegecimal¹

O DOMÍNIO

A Bretanha²   uma das províncias históricas da França, situada ao noroeste do país, tendo como fronteiras o Canal da Mancha ao norte e a baía de Biscaia ao sul. Possui 34.000 km² (ligeiramente mais extensa que a Bélgica). O isolamento da região tem sido talvez um dos fatores mais relevantes para a preservação e desenvolvimento dos costumes e da língua dos bretões, juntamente com um profundo patriotismo local.

O bretão possui quatro dialetos regionais, a saber: o *leoneg* nos arredores de Brest (no litoral norte), o *tregereg* nas proximidades de Treguire, o *kerneveg* nos arredores de Quimper e o *gwenedeg* em Gwened. Este último difere substancialmente do bretão padrão e

¹ O francês, por influência do antigo gaulês, têm também utiliza esse sistema de numeração, ainda que parcialmente: *soixante-dix, quatre-vingt*. Ver DAUZAT (1940: 48).

² Do latim *Britannia* (provavelmente do gaulês *Breathnach*, ("país dos Bretões"), nome da província romana constituída pelos territórios das atuais Inglaterra, País de Gales e Escócia Meridional, já que a Setentrional (Celed nia) se manteve sempre independente. Cf. Francês *Bretagne*, Bretão *Breizh*, Inglês *Brittany*.

possui uma tradição literária própria. Alguns lingüistas vêem nesse dialeto uma possível derivação do gaulês³, ou celta-comum, (extinto nos primeiros séculos de nossa era, deixando por memória apenas algumas raras e obscuras inscrições e alguns topônimos).

A região oficial da Bretanha consiste de quatro departamentos, a saber: Finistère, Morbihan, Côtes-du-Nord e Ille-et-Villaine com uma população total de 2.885.349, conforme o censo de janeiro de 1996. A capital administrativa da Bretanha é Rennes, na confluência do Ille e do Villaine, na rica bacia de Rennes, com perto de 300.000 habitantes. Historicamente, costuma-se considerar como o quinto departamento da Bretanha o Loire-Atlantique, onde se encontra a cidade histórica de Nantes (*Naoned* em bretão), famosa pelos castelos dos duques da Bretanha (séculos XV-XVIII) e outros monumentos. A população dos cinco departamentos da Bretanha era, conforme o mesmo censo de 3.945.249 habitantes. O Loire-Atlantique foi desmembrado do restante da Bretanha em 1941 pelo regime de Vichy imposto pelo Marechal Pétain, em parte como retaliação pelo grande número de bretões que apoiavam a resistência francesa encabeçada por Charles de Gaulle em Londres, por ocasião do armistício de 1940, e em parte, também, como uma censura aos nacionalistas bretões que há muito já vinham pleiteando um estado bretão autônomo. Essa designação administrativa ainda está sendo contestada tanto pelos bretões que vivem nos quatro departamentos oficiais quanto pelos que vivem no próprio departamento de Loire-Atlantique, que continuam a considerar a si próprios como bretões

³ O gaulês, também conhecido como celta comum, outrora falado na Gália, expandiu-se a partir do século X a. C. pela Espanha, pelas Gálias, Itália do Norte e regiões adriáticas. Um outro grupo dirigiu-se para uma região da Ásia Menor fixando-se na Galácia (já mencionada numa das epístolas de Paulo no Novo Testamento da Bíblia Cristã), onde foram derrotados por Átalos I em 241 a.C. Foi na Bretanha, no País de Gales e na Irlanda que o tipo e a língua dos celtas melhor se conservaram.

Gália é o nome dado, na Antigüidade, a duas regiões: a *Gália Cisalpina* (aquém dos Alpes, relativamente aos romanos), que compreendia a Itália setentrional e foi por muito tempo ocupada por tribos gaulesas, e *Gália Transalpina* (além dos Alpes), vasta região, situada entre os Alpes, os Pirineus, o Atlântico e o Reno. Habitada por grande número de tribos (celtas ou gauleses, iberos, lígures, armóricos), a Gália Transalpina foi centro de uma civilização influenciada, desde o século VI a. C., por duas correntes de civilização helênica (Mediterrâneo e Alpes). A Gália tinha forte organização religiosa (assembleia anual dos *druidas*, nome dos primitivos sacerdotes gálios e bretões).

(cerca de 62% conforme censo recente). Trata-se, pois, de um fenômeno surpreendente, já que durante cerca de mil anos a cidade de Nantes em Loire-Atlantique foi uma das sedes do Parlamento Bretão e capital de fato do ducado independente da Bretanha. Existem atualmente cerca de 400.000 falantes do bretão na Bretanha ocidental e aproximadamente 100.000 na oriental (totalizando cerca de um quarto da população da Bretanha ocidental e perto de 15% da população oficial da região). Com exceção de alguns idosos, que falam somente o bretão, praticamente todos os habitantes da Bretanha são bilíngües (bretão e francês). Uma das características de que o bretão não compartilha com o frisão, o basco, o catalão e outras línguas ameaçadas da Europa, é a intensa imigração do grupo etnocultural dominante (no caso o francês). Relativamente poucos migrantes franceses têm sido atraídos para a Bretanha, visto tratar-se de uma região historicamente subindustrializada; ao contrário, Paris e a região central continuam atrair os bretões das áreas rurais, daí a ameaça na Bretanha serem os próprios bretões que adotaram o francês como segunda língua, e não os franceses a procura de trabalho. É bem verdade que os franceses marcaram sua presença em solo bretão por longo tempo. A partir da união da Bretanha com a França em 1532 alguns falantes do francês para lá se dirigiram para atuar como administradores, professores, mercadores e clérigos. Essa migração, embora não tão expressiva numericamente, contribuiu para a primeira ameaça real ao bretão pelo francês em seu próprio território. Seu impacto, porém, só seria sentido ao longo dos quatrocentos anos que se seguiram.

UM POUCO DE HISTÓRIA

A História da Bretanha pode ser resumida em três períodos, como veremos.

As origens (300-700 d. C.)

Conquistada por Júlio César no ano 55 a. C., a região da atual Bretanha tornou-se parte do Império Romano com o nome de *Armorica* (romanização da expressão céltica *are-more*, “perto do mar”). Os celtas de Armorica, porém, jamais aceitaram a romanização plena.

A língua conhecida atualmente como *bretão* (*brezhonek*) estabeleceu-se na Bretanha entre os séculos IV e VI d. C., como resul-

tado das migrações de povos celtas que habitavam a Cornualha (Cornwall) e o País de Gales (Wales) sob a pressão dos Saxões, Anglos e Jutos que haviam se estabelecido na região. Já convertidos ao Cristianismo pelos missionários das Ilhas Britânicas, os bretões vieram para Armorica e assimilaram as tribos nativas, também célticas, tomando de empréstimo alguns traços de suas línguas e convertendo-os ao Cristianismo. A partir daí, passou a haver duas Bretanhas: *Britannia Maior* (atual Grã Bretanha) e *Britannia Minor* (a Bretanha da França).

O que distingue a Bretanha de todas as demais províncias francesas é a forte herança céltica, a começar pela língua e pela cultura. Os celtas são os primeiros habitantes historicamente identificáveis na Bretanha, mas provavelmente eles se intermesclaram com outra raça mais antiga que construiu os grandes e misteriosos monumentos de pedra: os *menires*⁴ e os *dólmens*⁵, que ainda estão de pé, principalmente nas proximidades de Carnac, e são pontos de atração turística na região.

Evidências arqueológicas sugerem que a Bretanha sofreu intensamente durante a crise do Império Romano, iniciada no século III. Sua economia entrou em colapso, povoados inteiros foram abandonados e a população decresceu. Por volta do ano 300, novos povos começaram a infiltrar na região iniciando-se um novo processo de ocupação dos lugares abandonados no século anterior. Fragmentos de objetos de argila encontrados nesses lugares sugerem que esses recém-chegados eram bretões.

A fonte principal de evidência dos assentamentos bretões está nos topônimos. A semelhança de nomes de lugar entre o galês, o cornoico e o bretão é bastante óbvia, como por exemplo *plou-* (do latim *plebs*, galês *plwyf* “povo”). Associados com nomes em *plou-* incluem-se *gui-* e *guic-*⁶. Outros elementos de origem bretã incluem

⁴ Menir [do bretão *mean* “pedra”, *hir* “longa”] monumento formado por um bloco de pedra cortado verticalmente, que atinge, às vezes, 20 metros de altura. (Numerosos na Bretanha.)

⁵ Dólmen [do bretão *tól* “mesa”, *mean* “pedra”] monumento druítico, pré-histórico, formado por uma grande pedra achatada, colocada sobre outras em posição vertical.

⁶ Do latim *vicus*, “povoamento”, “aldeamento”. Da raiz indo-européia **weik*, “habitação”, “aldeia”. Cf. grego *oikos*, “casa” (por *wolkos*) e sânscrito *veçah*, “casa”.

lan (galês *Llan*, “igreja”), *tre-* (galês *tref*, “subdivisão de uma paróquia”), *coët* (galês *coed*, “madeira”) e *ker* (galês *caer*, “aldeia”). A principal distribuição dos topônimos bretões encontra-se ao norte e a oeste. No sudoeste os elementos indicadores de topônimos mais comuns são *-ac*, *-e* e *-y*, derivados do sufixo galo-romano *-acum* (“lugar”), o que evidencia uma presença menor dos bretões nessa área, (cf. *Carnac*).

Um número expressivo de topônimos bretões são formados a partir dos elementos *Plou*, *Tre*, *Lan*, *Lok*, *Gwi*, *Lez*, *Kastel* (do latim *castellum*), *Sant* (do latim *sanctus*). Eis alguns exemplos:

- **Plou:** Ploermel, Plogoneg, Plouider, Plouyann, Plouzeniel, Plounerin, Plestin, Plouilio;
- **Tre:** Tregaranteg, Trezeniel, Triagad;
- **Lan:** Lambaol, Landivizio, Landelo, Lanvaodez;
- **Lok:** Lokmazhe, Lokmaria, Lokwenole, Lokmikael, Lokmalo, Lok-Envel, Lokemo, Lokireg;
- **Gwi:** Gwiseni, Gwineventer;
- **Ker:** Kerbernez, Keryann, Kerber, Kerherve, Kermorvan;
- **Lez:** Lezneven;
- **Kastell:** Kastell-Aodren, Kastell-Paol, Kastell-Briant;
- **Sant:** Sant Jili, Sant Karadeg, Sant Brieg, Sant Malo, Sant Riwall;
- **Bourc'h:** Boulvriag;
- **Krec'h:** Krec'h Elies;
- **Outros:** Rieg, Brieg, Edern, Kast, Gwennou, Karanteg ...

Já que os falantes primitivos do bretão vieram das terras baixas da Bretanha e do oeste da Gália, onde o latim havia sido amplamente falado e a cultura romana predominado, o bretão é a língua céltica que mais possui empréstimos do latim: *laer* “ladrão”, *koan* “ceia”, *eured* “cerimônia de casamento”. Verificam-se também empréstimos do francês, os quais, a julgar pela forma, remontam a um

período bem antigo, como: *fresk* “fresco”, francês moderno *frais*, [do germânico *frisch*, através do antigo francês *fresche*]; *brau* “belo” do antigo francês *brave*.

Pouco ou quase nada se sabe sobre a organização política da Bretanha primitiva. Os romanos mantiveram autoridade nominal sobre a região até 460, porém no final do século V os francos⁷ haviam reivindicado o domínio da região.

Na metade do século VI, a Bretanha foi dividida em três reinos: *Dumnonia* (Domnonée), ao longo da costa, onde uma dinastia real emergiu no século VII; *Cornouaille*, no oeste, do qual nada se sabe; e *Bro Waroch*, ao sul, fundado por Waroc, líder de Vannes, pouco depois de 560. Esses três reinos foram mais tarde incorporados ao Ducado da Bretanha.

O reino da Bretanha (700 – 939 d. C.)

Até meados do século VIII quase nada se conhece sobre o desenvolvimento político da Bretanha. Os próprios bretões não eram politicamente unificados e a unidade, quando ocorreu, veio de fora. Em 778 os francos haviam estabelecido uma zona de fronteira, baseada nos condados de Rennes, Vannes e Nantes. Nesse mesmo ano foi morto em combate, em Roncesvalles, Rolando, paladino famoso, um dos doze pares de Carlos Magno, imortalizado pela *Canção de Rolando* (ou *Roldão*). Sob o reino de Carlos Magno (768-814) e de seu filho Luis I, o Piedoso (814-40), os francos tentaram diversas vezes conquistar a Bretanha, porém sem sucesso, já que os bretões sempre se rebelavam, usando inclusive táticas de guerrilha.

Em 831, Luis I tentou uma abordagem diferente nomeando um nobre bretão nativo, Nomenoë, como *missus imperialis* para a Bretanha. Nomenoë veio a tornar-se um preeminente líder bretão, enquanto Luis ganhava títulos de terras que ele na verdade não podia controlar. A Bretanha como uma entidade política unificada era sua

⁷ Francos [do germânico *Frank*, latinizado em *Francus*] tribos da Alemanha que conquistaram a Gália no século V. Os francos habitavam primitivamente entre o Meno e o mar do Norte, o Elster e o Elba. Daí *França*, do francês *France*, este do latim *Francia*, nome que surgiu quando a região deixou de ser entendida como “terra dos Galos” (Gália) para ser como “terra dos Francos”.

criação conjunta. Uma disputa sobre o condado de Nantes levou Nomenoë a rebelar-se contra o Rei dos Francos, Carlos II, o Calvo, em 845, a quem derrotou em Ballon, próximo a Redon. Em 849 Nomenoë expulsou os bispos francos de Alet, Dol, Quimper, St Pol-de-Léon e Vannes substituindo-os por falantes nativos do bretão. Campanhas militares expandiram os territórios de Nomenoë até o rio Mayenne.

Com a morte de Nomenoë em 851, Carlos invadiu a Bretanha, mas foi derrotado pelo filho de Nomenoë, Erispoë, numa batalha decisiva em Jengland-Beslé. A desventura forçou Carlos a conceder a Erispoë status real como feudatário do império dos Francos: a Bretanha tornara-se um reino. Erispoë foi assassinado em 857 por seu sucessor Salomão (857-74) que se tornou o mais bem sucedido dos soberanos bretões.

Outro fator importante na ascensão da Bretanha foram os Vikings. Embora a Bretanha tivesse sofrido numerosas incursões pelo litoral, os Vikings julgaram as terras dos francos bem mais atrativas. Atordoado também por problemas dinásticos, Carlos II não foi suficientemente capaz de concentrar-se na Bretanha. Vez por outra, os bretões até mesmo se aliavam aos Vikings, como em 866 quando juntos derrotaram os Francos em Brissarthe, forçando Carlos a ceder a península de Cotentin a Salomão em 967. Esse episódio marcou o apogeu da Bretanha medieval. Embora a Bretanha estivesse independente, a influência da Renascença Carolíngia destruía gradualmente o caráter céltico de sua cultura.

Um grande problema causado pelos Vikings aos bretões foi a ocupação de Rollo, na Normandia, em 911, seguida do fechamento do Sena. Em 913 Landévennec foi saqueada o que provocou uma fuga geral de monges para a *Francía* (ver nota 7). Em 919 a resistência bretã ruiu e em 921 Nantes tornou-se a capital de um Reino Viking. Alain Barbetorte liderou uma reconquista bem sucedida em 936-39, porém seu efeito sobre a independência dos Bretões foi desastroso. Alain foi incapaz de impor sua autoridade sobre a aristocracia bretã e governou apenas como um duque, não como um rei.

O declínio da Bretanha Céltica (939 – 1532 d. C.)

Nos dois séculos após a expulsão dos Vikings, a Bretanha se desenvolveu numa sociedade feudal descentralizada, dominada por castelões locais, que pouco tinham a ver com as raízes célticas. Virtualmente o único sinal de autoridade ducal foi o sucesso da política de Alain Barbetorte e seus sucessores a encorajar a restauração da vida monástica. A igreja em geral ficou submetida ao controle da aristocracia. A reforma da igreja foi finalmente levada a cabo pelo pontificado, auxiliado pela difusão do movimento monástico Cisterciense⁸ no século XII.

A Bretanha foi seriamente afetada pelo desenvolvimento dos poderosos principados vizinhos da Normandia e Anjou. A partir de 990 foi impelida para o domínio normando até 1156, quando Henrique de Anjou tornou-se rei da Inglaterra, formando o Império Normando, cujos territórios se estendiam, nos fins do século XII, da Escócia aos Pirineus. Em 1204 a Bretanha passou a ser controlada pela França dos Capetos⁹. Com a conivência do rei Filipe Augusto, o Papa Inocêncio III pôs fim à independência da igreja bretã extinguindo o Arcebispado de Dol.

Um fluxo contínuo de emigração da Bretanha começou na segunda metade do século XI. Para os que pertenciam às classes mais pobres, o destino era a França, principalmente Paris, onde eram alvo de zombaria devido à inabilidade de falar o francês. Já para os membros da fidalguia, não faltavam oportunidades na Normandia, na Inglaterra ou nos principados normandos no sul da Itália. Após 1066 cerca de vinte por cento das terras na Inglaterra pertencia aos Bretões que haviam acompanhado Guilherme I, o Conquistador¹⁰. As relações comerciais com a Inglaterra se tornaram importantes nos fins da Idade Média.

Uma disputada sucessão ao ducado em 1341 arrastou a Breta-

⁸ Pertencente à Ordem de Cister, fundada em 1098 pelo abade Roberto de Molesme, no ermo de Cîteaux, povoação francesa no cantão de Nuits. Os monges de Cister ensinavam a agricultura e plantavam vinhas.

⁹ Terceira geração dos reis da França, começada com Hugo Capeto a Carlos IV, o Belo (987-1328).

¹⁰ Duque da Normandia (1035-1087), rei da Inglaterra (1066-1087). Conquistou em 1066 a Inglaterra contra o rei Haroldo II, vencido e morto em Hastings, e soube organizar seu novo reino, o reino anglo-normando, constituindo uma forte e rigidamente organizada nobreza militar.

nha aos estágios iniciais da Guerra dos Cem Anos, travada entre a França e a Inglaterra nos séculos XIV e XV.

A derrota final da Inglaterra pela França em 1454 mudou drasticamente a estabilidade da Bretanha. Após massacrar os bretões em St-Aubin-du-Cormier em 1487, a França assumiu o controle definitivo da região. Em 1491 a herdeira do trono bretão, a duquesa da Bretanha, Ana, casou-se com Carlos VIII, rei da França, levando como dote a Bretanha à França. A incorporação formal do ducado da Bretanha à França se deu em 1532. Não obstante o parlamento bretão ter sobrevivido até a Revolução Francesa (1789-1799), seus poderes foram gradativamente enfraquecidos pela monarquia centralizadora francesa, apesar de constantes atos de resistência, às vezes violentos.

Ironicamente, após a incorporação da Bretanha à França, o bretão passou a se desenvolver como uma língua literária, com produção de poesia, dramas e prosa para as pessoas comuns. Mesmo assim, o bretão começou a perder terreno para o francês.

Em nossos dias, um número expressivo de grupos separatistas continua em evidência, lutando pela soberania política, cultural e lingüística da Bretanha.

(Continua no próximo número)

**FILOGIA E FILOSOFIA
NA NOMENCLATURA GRAMATICAL¹¹**

Bruno Fregni Bassetto (USP)

RESUMO

Dionísio Trácio, alexandrino, no séc. II a.C. escreveu a primeira "gramática" do mundo ocidental. Nessa primeira codificação dos fatos da língua, usou terminologia filosófica, já que para eles o conhecimento da língua deveria servir a uma mais clara expressão da filosofia. É óbvio que, sem conhecimento do conteúdo filosófico da terminologia gramatical originada, torna-se difícil entendê-la. Isso explica a grande variedade de interpretação dessa nomenclatura no decorrer dos séculos seguintes. Reflexos desse fato temos até hoje em nossas gramáticas, em que a relação entre significante e significado ficou muitas vezes opaca, contraditória e até absurda. Urge, por isso mesmo, retornar às origens da nossa terminologia gramatical, através de um trabalho filológico acurado e profundo, no intuito de remover a poeira de séculos acumulada, de modo a restituir a essa nomenclatura a transparência inicial, naturalmente adaptada à nova situação. Urge que esse trabalho seja feito levando-se em conta também o ensino da língua, sobretudo eliminando as muitas incoerências atuais. Este trabalho pretende ser apenas uma pequena contribuição nesse sentido.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia, filologia, nomenclatura gramatical

A nomenclatura técnica de toda ciência, cujas raízes remontam aos primórdios da nossa cultura, possui uma longa história, que precisa ser levada em consideração sempre que for necessário atualizá-la ou modificá-la por alguma razão. A nomenclatura gramatical do Ocidente originou-se da especulação dos gregos, fato que não pode e não ser esquecido sempre que se trata de entender, interpretar ou alterar algo nesse campo.

As primeiras preocupações com as questões de linguagem encontram-se, entre os gregos, nos sofistas do séc. V a.C.. Suas observações mesclam-se, em geral, com elucubrações filosóficas e eram feitas sempre em função de uma expressão mais clara do pensamento. Assim, compreende-se que a evolução até ao estudo específico do

¹¹ Trabalho apresentado no III Encontro Nacional com a Filologia, promovido pelo Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos na Academia Brasileira de Letras, em maio de 2004.

Dessa definição infere-se que a arte é considerada algo complexo, como resultado de um processo cumulativo de experiências anteriores, devidamente assimiladas e depuradas por meio de um aprimoramento contínuo. Trata-se, portanto, de uma tradição, aceita e melhorada de geração em geração, da mesma forma que a língua é uma herança. Não seria, porém, incorreto ver aí um certo direcionamento da definição, já que nenhuma outra arte está tão ligada à tradição como a gramática, nascida dos estudos filológicos dos textos dos grandes clássicos, sobretudo Homero. Esse aspecto, entretanto, não descaracteriza nem compromete a definição proposta, porque ela é coerente com o enfoque geral da abordagem dos escoliastas.

A definição requer ainda que a arte tenha um caráter útil concreto ($\text{M} \blacklozenge \text{N} \square \text{M} \blacklozenge \text{O} \text{N} \text{E}$) aspecto que distingue a arte verdadeira ($\text{M} \blacklozenge \text{N} \square \text{M} \text{E}$) da falsa, qualificada por $\text{E} \text{E} \text{E} \text{O} \text{M} \text{N} \text{M} \text{E} \text{E} \text{E}$ ou seja, “artifício”, “fraude” e até “mau gosto”. E a finalidade ($\text{M} \blacklozenge \text{N} \blacklozenge \text{O} \text{N} \text{E}$) de que fala a definição, constitui o elemento unificador de todos os procedimentos que devem vir a formar um conjunto orgânico ($\text{E} \text{E} \text{E} \text{E}$).

Há ainda outros aspectos particularmente interessantes que os escoliastas ressaltam com o objetivo de comprovar o caráter de arte da gramática e não apenas de conhecimento empírico. Assim, para eles a causa ($\text{E} \text{E} \text{E} \text{E} \text{E} \text{E} \text{E} \text{E}$) da gramática é a falta de clareza e a obscuridade ($\text{E} \text{E} \text{E} \text{E} \text{E} \text{E} \text{E} \text{E}$), enquanto a finalidade da própria gramática ($\text{M} \blacklozenge \text{N} \blacklozenge \text{O} \text{N} \text{E}$) consiste precisamente em eliminar essa obscuridade, tornando claro e compreensível aquilo que não o é. Daí se conclui que a arte da gramática não tinha uma finalidade em si mesma; não propunha hipóteses ou teorias, mas estudava o texto escrito, a $\text{E} \text{E} \text{E} \text{E} \text{E} \text{E} \text{E} \text{E}$ literária. De fato Dionísio e seus comentaristas partiam da frase já construída, da sintaxe, e decompunham, analisavam e classificavam seus elementos constitutivos. Precisamente por terem como ponto de partida essa visão sintagmática, não sentiram a necessidade de tratar especificamente da sintaxe. Nesse perspectiva, entendem-se perfeitamente as seis partes nas quais Dionísio dividiu sua gramática, reflexo da filosofia do trabalho filológico dos alexandrinos dos séc. III e II a.C, cujo objeto é o texto, particularmente o poético.

Quando essa ligação direta do que se entendia por gramática

com o texto se tornou mais tênue ou se esvaiu, perdendo-se com isso aquela visão eminentemente sintagmática, surgiu a necessidade do estudo específico da sintaxe. Isso vai ocorrer com Apolônio Díscolo, três séculos depois de Dionísio Trácio. Nesse ponto de vista, compreende-se também que os escoliastas considerassem o enunciado em geral (□☉ ∫♣■†&□❖< ●□❖∫♣□<ⓓ) ou o texto escrito, compreendido na extensão de uma frase, como a *matéria* (◆⊗●≡ⓓ) da gramática; essa restrição era necessária para se chegar mais facilmente à finalidade da gramática, que consiste, segundo se lê em *Grammatici Graeci* (I, 113, 25) “Ⓛ†ⓈⓈ ◆□◆♣ Ⓜ☉●●Ⓜ■†•○□◆♣ ◆ⓈⓈ ⓈⓈ†ⓈⓈⓈ ⓈⓈⓈⓈ■†❖•ⓈⓈ†” (“tornar claro o que é obscuro através da correção da língua grega”). Note-se que o termo Ⓜ☉●●Ⓜ■†•○□❖<Ⓢ encontrado também em Ateneu, Estrabão e Apolônio Díscolo, significa “propriedade dos termos gregos” como também “emprego correto da língua grega”.

Em todas essas considerações gramaticais, ou seja, do estudo da língua grega, é patente a presença de uma considerável herança filosófica. A filosofia de Platão, de Aristóteles e dos estóicos forneceu a fundamentação lógica e terminológica para a divisão da frase em diferentes espécies de termos, para a fixação teórica dos casos nas declinações, das formas verbais sob ângulos aspectuais e para as relações lógicas entre as frases que compõem um período complexo. Assim se explica que grande número de termos filosóficos foi tomado pelos gramáticos para aplicá-los em suas definições e descrições. São exemplos as noções fundamentais de sujeito (◆☉□□&Ⓜ†❖○Ⓜ■□■) e predicado (&Ⓢ◆≡∫♣□❖□≡Ⓢ○Ⓢ), ainda hoje em voga e para os quais ainda não encontraram designações mais adequadas, que as pudessem substituir. As *Categorias* de Aristóteles forneceram subsídios particularmente valiosos para os estudos gramaticais. Assim, são de origem filosófica os termos “substância” (□◆Ⓢ††❖ⓈⓈⓈⓈ “relação” (□□□Ⓢ< ◆†), “qualidade” (□□†□❖■ ou □□†□❖◆≡<), esta também corrente entre os estóicos, ◆◆■□Ⓢ□Ⓜ□□❖○Ⓜ■Ⓢ ou ◆◆○ⓈⓂⓈⓈⓈ&□❖◆ⓈⓈⓈⓈ que os gramáticos latinos difundiram traduzindo por “acidente”, Ⓢ†Ⓢ❖□≡†<, “disposição”,

□*er*□*†*○□*❖*×*☞* "definição" e "determinação",
 ◡*◆*❖*■*☉*○*×*☞* "valor", e obviamente
 ●□*❖*☉□*×*☞ de múltiplas acepções como "palavra", "proposi-
 ção", "obra escrita", "literatura", "razão" etc. Séculos de reflexão fi-
 losófica fixaram uma terminologia carregada de história, de conota-
 ções e matizes semânticos, da qual os estudiosos da língua lançaram
 mão para a fixação da metalinguagem indispensável a seus estudos.

Contudo, os gramáticos usaram essa terminologia filosófica com muita liberdade e grande flexibilidade, de modo que nem sempre é possível relacionar claramente o termo filosófico com o gramatical correspondente ou com a corrente filosófica fornecedora. Por exemplo, o conceito básico de "nome" é definido por Dionísio Trácio, no capítulo 12, 1.1, como "uma parte da frase com caso, que designa um corpo (♦♦*†*○☉) ou uma ação (□□☉*†*☉○☉); no capítulo 11, 76 e 78, porém, define o nome como "aquilo que significa uma substância (□*◆**er*♦*†*☉*■* ♦*☿*○☉*†*†*■*□*■*), e que pode ser própria (*†er*◡*†*❖☉*■*①) ou comum (☞*⊗*□*■*☿*❖*◆*■*①☞). Apolônio Díscolo caracteriza o nome geralmente como "qualidade" (□□*†*□*❖*◆*☿*×*①*☞; mas ao tratar dos pronomes, em *†er*◆*◆*◆□*○*×*❖*☉☞ 27,9, fala de "substância com qualidade" (□*◆**er*♦*†*❖☉*■* ○*ℳ*◆☉☞ □□*†*□*❖*◆*☿*◆*■*□*×*①☞). Sem dúvida, "substância" remete ao aristotelismo, enquanto "qualidade" provém da terminologia do estoicismo. Na gramática latina, a influência grega é clara e indiscutível: *nomen* é *substantivum* ou *adjectivum*, em que são subjacentes os conceitos de "substância" e de "qualidade". Os ecos desse fundo filosófico permanecem até hoje em nossa terminologia gramatical.

Em conclusão, filosofia e gramática, esta entendida conforme a acepção grega, estão intimamente relacionadas, porque as primeiras reflexões sobre a linguagem surgiram como decorrência do pensamento filosófico. Os estudos filológicos dos textos clássicos pelos alexandrinos, nos séc. III e II a.C. levou lentamente à sistematização dos critérios para sua correta leitura e interpretação. Nessa sistematização, fez-se uso de um sincretismo filosófico, em que se conservaram as marcas das respectivas correntes filosóficas.

Contudo, em que pesem essas divergências de pouca monta, nossa nomenclatura gramatical é, ainda hoje, fundamentalmente a mesma. Infelizmente, porém, os 2.200 anos de história acumularam desvios, acréscimos e descaminhos, que lhe tiraram a transparência. Frequentemente é difícil perceber a relação significante-significado dos termos, uma vez que foram mal entendidos ou mal aplicados. Por isso, urge buscar a transparência perdida, caso se queira proceder a uma reforma, recuperando a etimologia dos termos para se poder aplicá-los convenientemente. Urge torná-los claros para a compreensão e assimilação dos milhões de estudantes de todos níveis, muitos e muitos dos quais não conseguem analisar sintaticamente um período por não dominarem a denominação das partes componentes.

Para exemplificar, vejamos o conceito de *pronome*, um dos mais opacos e confusos da nomenclatura de nossas gramáticas. Nesse processo, é preciso partir das primeiras atestações do termo, encontradas obviamente na conhecida     de Dionísio Trácio. No capítulo XVII, trata dos pronomes, dando a seguinte definição:

Pronome é uma palavra empregada no lugar de um nome, revelando pessoas definidas.

Por ser a primeira definição do pronome, pelo menos a que chegou até nós, é preciso analisá-la acuradamente. Note-se inicialmente que o pronome é uma palavra que substitui um nome, ou seja, um nome que substitui outro nome; sua função é, portanto, vicária. A palavra latina correspondente, e através dela a das línguas ocidentais, é um simples decalque do termo grego   = *pro*, “em lugar de” e     = *nomen*, “nome”, donde “pronome”.

Em segundo lugar, ressalte-se que, pela definição de Dionísio Trácio, só são chamados pronomes os termos que designam as pessoas do discurso, isto é, a que fala, ou o emissor, e a que ouve, o receptor, que são as “pessoas definidas”. A etimologia de *prōswpon* remete ao fato de que há situações em que os nomes são excluídos da função de sujeito pela própria estrutura lingüística, pois os nomes

têm como referente o assunto ou o tema do discurso e não seus agentes. Excluídos os nomes, a língua criou formas que os substituem nas duas primeiras pessoas, formas essas denominadas “pronomes”. Desse modo, em sentido absoluto e bem restrito, apenas $\mu\epsilon\gamma\omicron$ e $\sigma\upsilon$ podem ser considerados pronomes, porque designam algo que temos diante dos olhos, isto é, algo evidente cujas características, por isso mesmo, não precisam de indicações formais na estrutura dos próprios vocábulos. Por isso, também, não contam com as marcas morfológicas de gênero e número, dados evidentes no contexto do discurso.

Apolônio Díscolo percebeu as características dessas formas pronominais, acrescentando que elas, em última análise, podem substituir apenas nomes próprios, de pessoas, uma vez que só nesses casos seria possível o “eu” ou o “tu” ($\rho\mu\sigma\chi$ = $\blacklozenge\blacksquare\blacklozenge\blacklozenge\blacklozenge\boxtimes\mu\blacklozenge\blacklozenge$ 20,1-21). Pode-se, portanto, afirmar que para os gregos apenas essas formas eram verdadeiros pronomes, dentro do quadro do diálogo com suas características de bipolaridade, tanto que o adjetivo $\sigma\omicron\sigma\mu\alpha\tau\omicron\varsigma$ “pessoal”, inexistente na terminologia gramatical clássica grega, tanto que $\rho\sigma\mu\alpha\tau\omicron\varsigma$ é expressão introduzida só modernamente na gramática grega.

Completando a definição, diz Dionísio Trácio que o pronome designa “pessoas definidas” ($\sigma\omicron\sigma\mu\alpha\tau\omicron\varsigma$ = $\blacklozenge\blacksquare\blacklozenge\blacklozenge\blacklozenge\blacklozenge\blacklozenge$). As pessoas do discurso concreto, *hic et nunc*, são perfeitamente definidas em sua bipolaridade característica, como ficou dito acima. Por isso, as duas primeiras são também as únicas verdadeiras pessoas. Se usarmos o nome, saímos do âmbito da pessoa, daquilo “que temos diante dos olhos”, daquilo que é evidente. Daí não ser lógico nem coerente falar de “terceira” pessoa: não está diante dos olhos por não ser agente do diálogo. A polissemia e a ausência de univocidade do nome não permitem que exerça a função específica de $\sigma\omicron\sigma\mu\alpha\tau\omicron\varsigma$.

Estranhamente, porém, nem Dionísio Trácio nem Apolônio Díscolo, para ficarmos apenas com os pioneiros, respeitaram a definição apresentada. Dionísio cita $\sigma\omicron\sigma\mu\alpha\tau\omicron\varsigma$ = $\blacklozenge\blacksquare\blacklozenge\blacklozenge\blacklozenge\blacklozenge\blacklozenge$ $\sigma\omicron\sigma\mu\alpha\tau\omicron\varsigma$ = $\blacklozenge\blacksquare\blacklozenge\blacklozenge\blacklozenge\blacklozenge\blacklozenge$ $\sigma\omicron\sigma\mu\alpha\tau\omicron\varsigma$ = $\blacklozenge\blacksquare\blacklozenge\blacklozenge\blacklozenge\blacklozenge\blacklozenge$ $\sigma\omicron\sigma\mu\alpha\tau\omicron\varsigma$ = $\blacklozenge\blacksquare\blacklozenge\blacklozenge\blacklozenge\blacklozenge\blacklozenge$

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos



Júpiter, depois de ter levado os troianos e Heitor aos navios (...) (ele) mesmo desviou novamente os olhos brilhantes.

Ora, $\text{☉} \blacklozenge \text{er} \blacklozenge \square \clubsuit \times$ correspondente ao ‘ipse’ latino e é apenas uma partícula de reforço, com conteúdo semântico próprio e natureza anafórica e relativa, como afirmam Apolônio e Prisciano. Mesmo etimologicamente, “relativo” é um decalque de “anafórico” ($\text{☉} \text{er} \blacksquare \text{☉} \clubsuit \text{☉} \times \square \square \text{)} \& \square \clubsuit \times$, lat. *re* + *lativus*, do verbo *fero*, *tuli*, *latum*, *ferre*, isto é, “que se pode levar para cima”). Sendo dêitico, não é pronome no sentido estrito, porque tem a função de apontar e estabelecer uma relação entre o antecedente e o conseqüente; com o catafórico (“que aponta para baixo ou para a frente”), o caráter apenas dêitico é mais perceptível, pois não há relação com qualquer antecedente.

De qualquer forma, percebe-se que o conceito de pronome se vai ampliando, na mesma medida que os elementos fundamentais de sua definição se vão esfumando. Para Prisciano, porém, o relativo tem todas as características essenciais dos pronomes, pois substitui “nomes anteriormente ditos”, estando por isso mesmo perfeitamente definidos. Além disso, ressalta também o aspecto sintático do relativo dentro da estrutura do período, ao afirmar:

In omnibus igitur relativis pronomibus una eademque est oratio ex supra dicto nomine pendens. Licet autem pro relativis pronomibus nomina ponere et orationem mutare. (*Op. cit., ib.*)

Portanto, em todos os pronomes relativos há apenas uma só oração, dependente do nome dito anteriormente. Pode-se, porém, colocar os nomes no lugar dos pronomes relativos e mudar a oração.

Essa análise do conceito de pronome nos primeiros autores gregos e em Prisciano (que escreveu em latim, mas viveu em ambiente totalmente grego) deixou muito claro que Dionísio Trácio, bem como toda a tradição anterior dos estóicos, consideraram pronomes apenas os pessoais, como primitivos, e os possessivos, como derivados. Observe-se ainda que não se manteve total coerência ao atribuir aos possessivos o caráter de pronome, segundo a própria definição dada. Cerca de quatro séculos depois, Apolônio Díscolo já considera pronomes também os demonstrativos e os relativos, no que é seguido por seu comentarista e seguidor, Prisciano, do séc. VI. A partir daí, o

quadro dos pronomes foi-se ampliando até chegarmos à confusa e contraditória situação atual, em que se consideram pronomes palavras que não se enquadram de forma alguma em uma definição aceitável.

Em conclusão, esta incursão diacrônica na história dessa parte da terminologia gramatical deixou claro que faltou coerência no enquadramento dos fatos lingüísticos observados com as definições muitas vezes filosoficamente bem elaboradas. A definição de *pronome* constitui um exemplo claro desse processo: Dionísio Trácio legou-nos a formulação, considerando enquadrados nela os pessoais e os possessivos apenas, de modo até certo ponto coerente. Mas as incoerências surgiram logo em seguida. A diversidade dos fatos, as sutilezas de significado não permitem classificações rígidas nem demasiado amplas. Os pronomes são um exemplo acabado desse fato. Plasmado o termo para superar uma dificuldade sintática, dentro da visão bipolar e dicotômica do discurso, lentamente foi sendo usado para rotular todos os fatos lingüísticos que apresentavam, ou se pensava apresentar, semelhanças ou relações semânticas ou sintáticas parecidas, ainda que contradissem algum elemento essencial de sua definição. Extensões e incorporações indevidas e progressivas levaram a considerar pronomes elementos do sistema lingüístico que nada têm de pronome, isto é, não substituem nome algum, mas apresentam conteúdo significativo próprio. Assim, por exemplo, em “Meu carro é este”, é muito mais simples considerar “este” como dêitico apenas, com a elipse do substantivo antes enunciado, do que transformar “este” num pronome; de fato, o demonstrativo mantém seu conteúdo dêitico e não substitui o substantivo, que está apenas elíptico. No estudo da linguagem certamente vale o axioma: “*Entia non sunt multiplicanda sine necessitate.*” Dêiticos são apenas dêiticos, não substituem a rigor nome algum; o mesmo se pode dizer dos possessivos, dos indefinidos, cuja ordenação lógica se tornou extremamente difícil, porque essa espécie se transformou em verdadeiro quarto de despejo, onde são lançados todos os elementos de difícil classificação.

Procurou-se aqui mostrar as bases filosóficas, bem como os usos, as idas e vindas já nos primeiros séculos da biografia, da história de alguns aspectos da terminologia gramatical e, como exemplo, dos assim chamados pronomes. Percebe-se claramente a necessidade

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

de um atento e aprofundado reexame da nomenclatura gramatical, levando-se em conta o que a humanidade já acumulou; urge buscar uma nomenclatura gramatical uniforme, transparente, coerente e de fato científica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- AMADOR, E. MARTÍNEZ – *Diccionario Gramatical*. Barcelona: Ramóns Sapena, 1954.
- BAILLY, A. - *Dictionnaire Grec-Français*. 6^e éd. Paris: Hachette, 1950.
- BASSETTO, Bruno Fregni. *A Parassíntese: Teoria e Prática*. Essen, Die Blaue Heule Verlag, 1993.
- BENVENISTE, É. *Problemas de Lingüística Geral*. São Paulo: Ed. Nacional / EDUSP, 1976.
- BRUGMANN, K. und DELBRÜCK, B. *Vergleichende Grammatik der Indogermanischen Sprachen*. Leipzig, 1930, 4 Bände.
- CHANTRAINE, P. *Dictionnaire Étymologique de la Langue Grecque*. Paris: Klincksieck, 1980, 2 vol.
- ERNOUT, A. et MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. 4^e éd. Paris: Klincksieck, [s/d.?).
- HAMMOND, N.G.L. and SCULLARD, H.H. - *The Oxford Classical Dictionary*. 2^a ed. Oxford: Clarendon Press, 1989.
- KEIL, H. *Grammatici Latini*. Lipsiae: Aedibus B. G. Teubneri. 1866, 6 vol.
- . *Grammatici Graeci*. Reimp. Leipzig: Teubner, 1965.
- LALLOT, J. *La Grammaire de Denys le Thrace*. Paris: CNRS, 1989.
- MEYER-LÜBKE, W. *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*. 5^e Auflage. Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag, 1972.
- STEPHANUS, H. *Thesaurus Graecae Linguae*. Parisiis: Instituti Franciae Typ., 1865, 8 vol.
- UHLIG, G. *Dionysii Thracis Ars Grammatica*. Lipsiae: Aedibus B. G. Teubneri, 1883.
- UHLIG, G. *Apollonii Dyscoli De Constructione Libri Quattuor*. Lipsiae: Aedibus B. G. Teubneri, [s/d.?).

PLAUTO E A AULULARIA¹²

Mariza Mencalha de Souza (UFRJ)

RESUMO:

Apresentação da vida e obra do comediógrafo latino Plauto. Destaque de alguns aspectos da comédia *Aululária*, sobretudo de seus personagens e enredo. Resumo dos atos e cenas da peça.

PALAVRAS-CHAVE: Plauto; *Aululária*; Euclião.

PLAUTO: VIDA E OBRA

Plauto nasceu em Sársina, na Úmbria, provavelmente em 254 a.C., e morreu em 184 a.C., data esta apresentada por Cícero no *Brutus* (15, 60) e aceita pela maioria dos especialistas modernos que se dedicaram ao estudo da vida e obra do comediógrafo latino. Provenha de família modesta, mas não sabemos ao certo se era livre ou escravo liberto, embora a primeira hipótese seja apontada pela crítica como a mais plausível.

Sua língua materna era o umbro, mesclado talvez de elementos célticos, mas conhecia o grego e tinha grande domínio do latim, adquirido, para alguns, na Úmbria latinizada e, para outros, em Roma, para onde supõem ter ido bem jovem.

Chegando à Urbe, ingressou, informa Aulo Gélío, numa companhia teatral, tornando-se algum tempo depois senhor de uma boa fortuna, perdida no comércio marítimo e nas viagens empreendidas pelo Mediterrâneo.

Arruinado, teve de voltar a Roma e sujeitar-se ao duro trabalho de moleiro, para garantir o seu sustento. Entre um intervalo e outro da penosa profissão, compôs as comédias *Saturio*, *Addictus* e uma terceira, hoje desconhecida. As três peças, já revelando o gênio do poeta, fizeram grande sucesso e, desde então, permitiram a Plauto refazer a vida e dar a ela um novo rumo.

¹² trabalho apresentado no VIII CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA (I Congresso Internacional de Estudos Filológicos e Linguísticos), promovido pelo CIFEFIL no Instituto de Letras da UERJ, em agosto de 2004.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A partir daí, a fama e a popularidade do dramaturgo viriam a crescer cada vez mais. Isto é comprovado não só pela audiência que tiveram suas futuras comédias junto ao público, mas também pelo próprio fato de circularem e serem representadas após sua morte dezenas de peças com seu nome, tidas mais tarde como apócrifas ou duvidosas.

Era um total de 130 comédias. Varrão, todavia, analisando e comparando o estilo e a língua empregados nessas peças, chegou à conclusão de que apenas vinte e uma delas eram plautinas.

Desse grupo das comédias autênticas, conhecidas como *Varronianae*, chegaram até nós alguns fragmentos da *Vidularia* e as vinte peças seguintes: *Amphitruo*, *Asinaria*, *Aulularia*, *Bacchides*, *Capitui*, *Casina*, *Cistellaria*, *Curculio*, *Epidicus*, *Menaechmi*, *Mercator*, *Miles gloriosus*, *Mostellaria*, *Persa*, *Poenulus*, *Pseudolus*, *Rudens*, *Stichus*, *Trinummus* e *Truculentus*.

Nada existe de seguro quanto ao ano de representação dessas obras. Com exceção do *Stichus* e do *Pseudolus*, encenados, respectivamente, conforme suas didascálias, em 200 e 191 a.C., as demais peças possuem datas aproximadas, algumas ainda incertas e controversas, outras aceitas sem muita polêmica e coincidentes entre si na opinião de vários críticos.

Plauto estreou no teatro cômico, a julgar pela data da comédia mais antiga, fixada em torno de 215 a.C., aos quarenta anos, e somente o abandonou aos setenta, quando, por volta de 185 a.C., levou ao palco a *Casina*, considerada pela crítica como sua última peça.

Nos seus prováveis trinta anos de carreira, Plauto dedicou-se apenas à comédia. Seu período de maior produção literária ocorreu por volta de 204-194 a.C., portanto, entre os seus cinquenta e sessenta anos de idade.

Antes de abraçar a profissão de comediógrafo, atuou como palhaço em algumas farsas atelanas e exerceu alguns papéis em mimos, experiência que deixou profundas marcas em seu teatro.

Viveu de sua arte e para ela, exercendo, a um só tempo, o papel de diretor de companhia teatral, empresário, ator, autor e editor das próprias peças. Atuou como personagem em algumas de suas

comédias e dedicou-se inteiramente à composição da *palliata*, gênero de temas e personagens gregos.

A *palliata* de Plauto foi grandemente elogiada por Varrão, Cícero e Élio Estilão, e atravessou os séculos, despertando o interesse de comediógrafos e estudiosos de várias épocas.

APRESENTAÇÃO DA *AULULARIA*

Personagens

Os personagens que se envolvem diretamente na trama da peça, contracenando ou não com o protagonista Euclião (gr. *eû-kléos*, boa fama ou *eu-kléio*, aquele que esconde), seguem abaixo relacionados, com seus nomes, traços e papéis.

a) Licônides (gr. *Lykonídes*, de *lúkon êidos*, semelhante ao lobo): é o jovem galã da peça. Aparece somente no final do enredo, para confessar o mal que fizera a Fedra. Apesar de sua personalidade fraca e de sua estroinice, é um bom rapaz.

b) Fedra (gr. *Phaîdra*, brilhante, termo associado, sem dúvida, à beleza física da moça): filha de Euclião. Jovem engravidada por Licônides na festa de Ceres. Será prometida em casamento a Megadoro. Só aparece na peça para dar à luz e conhecer o pai de seu filho. O traço mais marcante de seu caráter é a religiosidade.

c) Estáfila (gr. *staphyle*, cacho de uva madura, denominação que condiz com seu gosto pelo vinho): criada de Euclião. Exerce na peça o papel de confidente de Fedra e compartilha do drama da moça até o fim. É zombeteira, porém dedicada ao seu amo.

d) Congrião (gr. *góggrion*, cômrio, peixe intruso, imagem, possivelmente, aproveitada por Plauto para destacar esse traço do caráter de Congrião): um dos cozinheiros contratados por Megadoro para preparar o banquete de suas núpcias com Fedra. É intrometido e tem fama de ladrão.

e) Megadoro (gr. *méga dôron*, grande dom, generoso): irmão de Eunômia e tio de Licônides. Velho solteirão e rico, que se notabiliza pela generosidade e caráter zombeteiro.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

f) Eunômia (gr. *Eunomia*, boa ordem, nome mítico de uma das três Horas que controlavam as estações do ano e as portas do céu): mãe de Licônides. Representa, juntamente com o irmão, um legítimo símbolo da “burguesia” romana. Suas qualidades mais notáveis são a serenidade, a discrição e o bom senso.

g) Estróbilo (gr. *Stróbilos*, rodopiante como um pião, nome que sugere o estado em que fica pelo seu hábito de tomar vinho): participa da peça como escravo, ora de Megadoro, ora de Licônides. A semelhança de Estáfila, é também zombeteiro e dedicado.

Enredo

A *Aulularia* (= marmita) é considerada uma comédia de intriga e de caráter. Como comédia de intriga, apresenta duas ações: uma voltada para as peripécias e confusões de Euclião, surgidas depois de ele haver encontrado, na lareira de sua casa, uma marmita cheia de ouro; outra, centrada na história de amor de sua filha, grávida de Licônides, e que será pedida em casamento por Megadoro, sem que este e seu futuro sogro saibam da gravidez da moça.

Os dois enredos, com predominância do primeiro, são independentes um do outro, mas encontram-se entrelaçados, uma vez que seus principais incidentes, o roubo da marmita e a confissão de Licônides, vão se combinar, no fim da história, para solucionar o problema de Euclião, de sua filha e do rapaz que, com a ajuda da mãe, levará o tio a desistir do casamento.

Nesse momento, já ciente do drama dos dois jovens e da resistência de Megadoro, Euclião concede Fedra em casamento a Licônides e dá ao casal a marmita recuperada.

Este final feliz, mostrando o desprendimento do protagonista, não consta da *Aulularia*. É de autoria de Codro Urceo, um latinista do século XV, que refez o último ato, com base nos argumentos, no prólogo e no IV fragmento da peça, a qual chegou até nós com o referido ato incompleto, contendo apenas fragmentos de sete versos.

Como comédia de caráter, a peça converge para um outro centro de interesse: a avariza de Euclião, tema em torno do qual gravitam as preocupações e temores do velho avarento, bem como suas

manias e suspeitas infundadas.

Aqui o objetivo de Plauto é outro: pintar Euclião como uma figura ridícula e um pobre diabo que ficou transtornado com a súbita descoberta de um tesouro.

Modelos do avarento

O tema da avareza já havia sido tratado por Menandro nas comédias *Hydría*, *Epitrépontes*, *Thesaurós* e talvez em outras, mas é impossível precisar em qual dessas obras Plauto se inspirou para criar seu personagem, visto que Euclião possui traços de todos os avarentos presentes nessas peças.

Além disso, não está descartada aqui a hipótese de ser a *Aulularia* resultado da *contaminatio*, processo a que recorreram Plauto e outros comédicos latinos para fundir duas ou mais peças numa só.

Cronologia

O ano de representação da *Aulularia* também é incerto, contudo os estudiosos da peça costumam datá-la entre 195 e 186 a.C., fazendo-a coincidir com o período de maturidade artística de Plauto.

Episódios tirados da peça, como as desordens no culto de Baco (v. 408), a repressão ao luxo das mulheres (v. 503-504) e outros, têm sido freqüentemente comparados com referências históricas, para explicar sua cronologia.

Estrutura

Apesar de ser mais rica em partes faladas e recitadas, a *Aulularia* é constituída também de alguns cantos líricos, encontrados, por exemplo, no diálogo entre Eunômia e Megadoro (v. 120-160), no monólogo de Congrião (v. 406-413) e, sobretudo, na célebre cena em que Euclião lamenta o roubo de sua marmita (v. 713-726).

Influências

A *Aulularia* serviu de modelo a diversos escritores: a um autor anônimo do Baixo Império Romano inspirou a composição do *Querolus* (séc. V d. C.); a Gelli, a peça *La sporta* (1543); a Molière, a famosa comédia *L'avare* (1667).

Entre nós, sua influência também se faz notar na obra *O santo e a porca* (1964) de Ariano Suassuna, a qual motivou o estudo comparativo feito pelo Professor Paulo Roberto Guapiassú, em sua Tese de Doutorado, intitulada *A marmita e a porca: a presença plautiniana na comédia nordestina* (UFRJ, 1980).

Resumo da obra

Após os dois argumentos, vem o prólogo, no qual o deus Lar se apresenta como protetor da família de Euclião desde o tempo de seu avô, contando como este lhe confiou um tesouro de ouro e por que fez com que Euclião o reencontrasse. Aqui, o deus destaca, sobretudo, a avareza de Euclião.

Na primeira cena do primeiro ato, há um diálogo entre Euclião, o velho avarento, e sua criada Estáfila. Euclião, com medo de que Estáfila saiba que ele possui uma marmita com ouro, põe-se a agredi-la, tanto física como verbalmente, fazendo-lhe terríveis ameaças.

Em seguida vem o monólogo de Estáfila, centrado, de um lado, na sua perplexidade diante do comportamento insano de seu amo. De outro, em sua preocupação por não saber como ocultar de Euclião a gravidez e a iminência do parto de sua filha Fedra.

Na segunda (ou terceira) cena, fazendo-se passar por homem pobre, Euclião dirige-se à cúria para buscar as moedas de prata que lhe foram reservadas. Antes de sair de casa, o velho avarento constata que seu ouro está em segurança. Mas ainda assim, atormentado e desconfiado, faz diversas recomendações a Estáfila, advertindo-lhe que não permita a entrada de estranhos em casa, durante sua ausência.

Na primeira cena do segundo ato, há um diálogo entre dois

irmãos: Megadoro e Eunômia. Preocupada com o irmão, homem de idade madura, Eunômia aconselha-o a se casar e a ter filhos. Para tanto, arranja-lhe uma mulher um pouco mais velha que ele, possuidora, porém, de grande dote. Megadoro, contudo, recusa a proposta da irmã, preferindo contrair matrimônio com uma mulher pobre. Alegando ser suficientemente rico e querendo evitar os inconvenientes que traz o casamento com uma mulher rica, escolhe para esposa a jovem filha de Euclião, vizinho tido por todos como homem pobre e avarento.

Na segunda cena, Euclião volta da cúria de mãos vazias e decepcionado, pois o tão esperado dinheiro não fora distribuído. No caminho para casa, encontra Megadoro, que vem cumprimentá-lo. Desconfiando do vizinho e fingindo-se de pobre, começa a se lamentar da sua vida miserável e do fato de ter uma filha sem dote, para a qual afirma não conseguir casamento. Megadoro então se propõe a ajudá-lo, pedindo-lhe a mão de Fedra. Depois de muita relutância, embora receoso ainda de que o vizinho estivesse cobiçando seu tesouro, Euclião acaba por aceitar-lhe a proposta. Megadoro, mais que depresso, dá início aos preparativos para a festa de suas núpcias.

Na terceira cena, Euclião resolve ir ao foro, mas antes de sair, ordena à sua criada que limpe toda a casa para o casamento da filha com Megadoro. Recomenda-lhe também manter tudo trancado, enquanto ele estiver ausente. Estáfila, por sua vez, surpresa com a rapidez do casamento de Fedra, fica preocupada com a possibilidade de a gravidez da moça vir a ser descoberta pelo pai.

Na quarta cena, após fazer as compras com Megadoro, Estróbilo, atendendo às ordens de seu amo, reserva metade da comida, um magro cordeiro, um cozinheiro (Congrião) e uma flautista (Elêusia) para a casa de Euclião. Um dos serviçais, Ântrax, fica espantado ao saber que o velho Euclião não gastou sequer um asse com as despesas para a festa de casamento da própria filha. E a partir desse episódio, Estróbilo passa a contar uma série de outras histórias, ridicularizando o comportamento mesquinho de Euclião.

Na quinta cena, Estróbilo vai à casa de Euclião e deixa com sua criada a comida, o cozinheiro e a flautista que lhe foram destinados por Megadoro.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Na sexta cena, Pitódico, chefe da cozinha, manda os serviçais da casa de Euclião iniciar os preparativos para o banquete de casamento. Depois, volta à casa de Megadoro para inspecionar o serviço dos outros cozinheiros e põe-se a imaginar como vigiá-los sem grande esforço.

Na sétima cena, Euclião vai ao mercado fazer compras para as núpcias de sua filha, mas não traz nada consigo, por achar tudo muito caro. Alegando não ter dinheiro, compra apenas um grão de incenso e uma coroa de flores. Aproximando-se de casa, nota que a porta está aberta e que há barulho e estranhos no interior de sua residência. Fica logo sobressaltado, imaginando que invasores estão roubando seu ouro. Apavorado, correndo de um lado para o outro, suplica a ajuda de Apolo e pede-lhe que dê cabo dos supostos ladrões.

Na oitava cena, na casa de Megadoro, Ântrax distribui as tarefas entre Dromão e Maquerião. Logo depois, dirige-se à casa de Euclião para pedir uma forma de pão emprestada. Lá, percebe uma grande gritaria, mas não consegue atinar com o que está acontecendo.

Na primeira cena do terceiro ato, o velho avarento espanca violentamente Congrião e seus companheiros que se encontravam em sua casa preparando o banquete de casamento. O cozinheiro sai dali correndo, açoitado por Euclião. Apavorado, pede a ajuda de todos para que o livre de tão humilhante flagelo, prometendo reagir contra a arbitrariedade do velho.

Na segunda cena, num longo diálogo, carregado de ameaças e insultos de parte a parte, Euclião acusa Congrião e seus companheiros de haver invadido sua casa e vasculhado seus quartos. Congrião, por sua vez, procura se defender, tentando convencê-lo de sua inocência e alegando ter entrado em sua casa na condição de cozinheiro e não de ladrão.

Na terceira cena, receoso de que pudessem roubar sua marmitta com ouro, Euclião resolve retirá-la de casa e passa a levá-la consigo por toda parte. Por fim, já aliviado, acaba por consentir que os serviçais prossigam em seu trabalho e sai com seu tesouro escondido sob as vestes.

Na quarta cena, Euclião põe-se a pensar no mau negócio que empreendeu ao envolver-se com Megadoro numa aliança que, se-

gundo ele, quase o levou a perder o ouro.

Na quinta cena, Megadoro põe-se a refletir sobre os problemas e conflitos existentes no casamento realizado com mulheres portadoras de dote. Em sua opinião, se os homens ricos se casassem com moças pobres, desprovidas de dote, tais problemas seriam amenizados e, conseqüentemente, a vida conjugal tornar-se-ia mais harmoniosa, e as mulheres, menos perdulárias. Além disso, as esposas ficariam mais submissas aos seus maridos e seriam mais virtuosas. Daí haver Megadoro escolhido para esposa a filha de Euclião, o qual tudo ouve sem ser notado, aprovando fascinado a parcimônia do futuro genro.

Na sexta cena, Megadoro chega-se para Euclião e sugere-lhe apresentar-se mais elegante nas núpcias de sua filha. Este, por sua vez, tenta se esquivar de tal proposta, alegando ser um homem pobre e de origem modesta.

Após defender-se das acusações feitas por Euclião, Megadoro o convida para tomar vinho. Desconfiado de que este pretende embebedá-lo para roubar-lhe o ouro, Euclião recusa o convite, resolvendo tomar apenas água.

Na primeira cena do quarto ato, Estróbilo descreve como deve comportar-se o bom escravo para servir ao seu amo com eficiência, rapidez e lealdade. Por isso, atendendo à ordem de Licônides, resolve sentar-se junto ao altar para inteirar-se do que se passa entre o tio Megadoro e Fedra.

Na segunda cena, Euclião resolve esconder sua marmita no templo da Boa Fé, recomendando à deusa guardar segredo e zelar pela segurança de seu ouro. Contudo, parecendo não confiar inteiramente na deusa, ele se afasta de seu altar, suplicando-lhe ainda que ela lhe permita retirar dali seu tesouro, são e salvo. Estróbilo, que se encontra próximo do local, ouve as preces de Euclião e corre logo para o interior do templo, em busca do ouro.

Na terceira cena, mal sai do templo, Euclião ouve um corvo crocitar e ciscar o chão à sua esquerda. Tem o pressentimento então de que seu ouro corre perigo. Tomado de pavor, resolve voltar ao templo.

Na quarta cena, no interior do templo, Euclião depara-se com Estróbilo e, suspeitando de que sua marmita se encontra em poder do escravo, passa a revistá-lo, exigindo que este a devolva. Põe-se então a espancá-lo e a dirigir-lhe ameaças e insultos. Depois de constatar a inocência do escravo, Euclião resolve expulsá-lo dali. Supondo haver um outro suspeito a quem imagina ser comparsa de Estróbilo, ele sai em seu encalço, ameaçando estrangulá-lo.

Na quinta cena, acompanhando os movimentos de Euclião, que deixa o templo levando a marmita, Estróbilo, de olho em seu tesouro, promete preparar-lhe uma armadilha.

Na sexta cena, decepcionado com a traição da Boa Fé, Euclião retira o tesouro de seu templo para escondê-lo no bosque de Silvano, certo de que agora, guardado em local ermo e inacessível, ele estaria mais seguro. Estróbilo, todavia, descobre o novo plano do velho e, radiante de alegria, chega antes de Euclião às imediações do bosque, para observar, de cima de uma árvore, onde o ouro será escondido.

Na sétima cena, Licônides conta à sua mãe que desonrou, sob o efeito do vinho, a filha de Euclião. Logo que Eunômia ouve os gritos das dores do parto da moça, atendendo ao pedido do filho, procura seu irmão Megadoro para conversar com ele sobre o assunto e pedir-lhe que renuncie ao casamento. Enquanto isso, o rapaz põe-se a procurar pelo seu servo Estróbilo. Não o encontrando, entra para saber o desfecho de sua história.

Na oitava cena, enfim, com a marmita na mão e orgulhoso de si mesmo, Estróbilo dá pulos de alegria, contando em detalhes como conseguiu realizar a façanha de surrupiar o tesouro de Euclião. Tão logo percebe que este se aproxima, sai para esconder o ouro em sua casa.

Na nona cena, Euclião entra em pânico quando finalmente dá pela falta de sua marmita e, desesperado, dirige-se à platéia, na esperança de recuperar seu tesouro. Contudo, notando que ali ninguém sabe de seu paradeiro, perde a vontade de viver. Licônides chega em seguida e, ignorando o que se passa, apavora-se quando vê Euclião aflito, supondo que o velho já sabe que a filha deu à luz.

Na décima cena, Licônides procura Euclião para pedir-lhe perdão pela má ação cometida. Julgando que o rapaz estava falando

do roubo de sua marmita, e não da desonra da filha, o velho põe-se a acusá-lo e a ameaçá-lo, exigindo-lhe seu tesouro de volta. Com muito custo, Licônides consegue provar sua inocência e desfazer o mal-entendido, revelando-lhe enfim a má ação praticada e pedindo-lhe a filha em casamento. Sai em seguida à procura de seu escravo Estróbilo, mas promete a Euclião devolver-lhe a marmita, caso venha a descobri-la.

Na primeira cena do quinto ato, Estróbilo vai imediatamente contar a Licônides que furtou a marmita de Euclião e pede-lhe que o liberte. O rapaz, entretanto, conforme prometeu ao sogro, cumpre sua palavra, obrigando o escravo a devolver-lhe o ouro.

O final da peça perdeu-se, restando apenas fragmentos de sete versos.

BIBLIOGRAFIA

COSTA, Aída. *Plauto, Aulularia: a comédia da panelinha*. São Paulo: DIFEL, 1967.

DUCKWORTH, George E. *The nature of roman comedy*. New Jersey: Princeton University Press, 1952.

———. *The complete roman drama*. Nova Iorque: Random House, 1942. 2 vols.

KENNEY, E. J. & CLAUSEN, W.V. *Historia de la literatura clásica II. Literatura latina*. Versão de Elena Bombín. Madri: Gredos, 1989.

LEJAY, Paul. *Plaute*. Paris: Boivin, 1925.

PARATORE, Ettore. *História da literatura latina*. Trad. de Manuel Losa. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1983.

PICHON, René. *Histoire de la littérature latine*. Paris: Hachette, [s/d.].

PLAUTE. *Aulularia*. Trad. de A. Ernout. 3ª ed. Paris: Les Belles Lettres, 1952.

ZEHNACKER, H. & FREDOUILLE, J. C. *Littérature latine*. Paris: PUF, 1993.

POMPÉIA: UM RELICÁRIO DO LATIM VULGAR¹³

Eliana da Cunha Lopes (FGS e USS)

RESUMO

Inscrições parietais em Pompéia e Herculano, soterradas pelo Vesúvio em 79. Trata-se de preciosos *graffiti* que registram as modificações latinas que resultaram nas línguas neolatinas. Tais inscrições estão reunidas no *Corpus Inscriptionum Latinarum*, ou seja, *CIL*.

PALAVRAS-CHAVE: Latim vulgar; inscrições parietais; Pompéia e Herculano.

Baseando-se no *corpus* escrito nas paredes da cidade de Pompéia, destruída pela erupção do vulcão Vesúvio, em 79 de nossa era, o presente trabalho buscará mostrar que as mensagens grafadas a carvão, nos muros da cidade arrasada, transformaram-se em preciosíssimo relicário para os pesquisadores e estudiosos do latim vulgar.

Os *graffiti*, do latim *graphium*, ou inscrições parietais, encontrados nas ruínas de Pompéia contêm, em suas estruturas, caracteres lingüísticos que nos permitem, não só uma visão da sociedade romana antiga mas também nos auxiliam, como fonte riquíssima, no estudo e aprofundamento do latim vulgar.

São mensagens baseadas em diversos temas como convites sedutores, conselhos, declarações de amor ou ódio, inveja, erotismo, súplicas etc., que nos mostram a linguagem corrente das classes incultas de Roma da época.

Nosso trabalho é uma pesquisa ainda em fase de desenvolvimento. São apenas algumas citações baseadas, exclusivamente, no latim vulgar. Sabemos que há entre os *graffiti* pompeianos textos do poeta latino Públio Ovídio Nasão mas estes textos clássicos, para o presente trabalho, não nos interessam.

Há exatamente 2025 anos, no dia 24 de agosto de 79 de nossa era, data que deve ser lembrada por pesquisadores e estudiosos do

¹³ Trabalho apresentado no VIII CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA (I Congresso Internacional de Estudos Filológicos e Lingüísticos), promovido pelo CIFEFiL no Instituto de Letras da UERJ, em agosto de 2004.

latim vulgar, uma chuva de cinzas e pedra-pomes e sucessivos tremores de terra transformaram o dia, na cidade da Itália, às margens do Mar Tirreno, em noite e destruíram tudo e todos que se opunham a sua passagem.

Pompéia, cidade produtora de vinho e azeite, viveria, naquele 24 de agosto, um dia festivo. Seus habitantes assistiriam a um espetáculo teatral com atores vindo de Roma que se apresentariam no Grande Teatro, a partir das 11h da manhã prolongando-se o espetáculo, como era de costume, até a noite. Passava das 10h da manhã. As arquibancadas quase repletas: os vendedores ambulantes, com seus cestos de pão e doces, dirigiam-se para o teatro. Nos bares ao ar livre, as *thermopolia* as últimas taças de *posca* eram saboreadas. Os comerciantes cerravam as últimas portas de seus estabelecimentos. O dia ensolarado e quente convidava ao lazer. No auge dos preparativos para a festa, ouve-se uma explosão. Era apenas o início. A população perplexa visualiza o topo do Vesúvio. O vulcão partira-se em dois e, do seu interior, rompe-se uma tocha de fogo. Inacreditável!!! Os habitantes de Pompéia se entreolhavam e com uma pergunta/resposta sufocada na garganta constataram: É uma erupção!. O Vesúvio que adormecera por pelo menos 900 anos estava ali, diante deles, dando sinal de vida e de opulência. Na manhã seguinte (25 de agosto), quando a cidade já se encontrava sob os entulhos vulcânicos, o Vesúvio despejou toda a sua fúria em forma de gases quentes (vapores clorídricos). A temperatura, segundo pesquisadores, atingiu a marca de 600 graus Celsius. Todos os habitantes de Pompéia e Herculano foram soterrados na mais terrível erupção vulcânica. Na época, Pompéia possuía entre 15 e 20 mil habitantes. Acredita-se que, por serem constantes os terremotos nesta região, os habitantes não perceberam a gravidade de tal fenômeno. Os pompeianos, na tentativa de fuga pelas ruas, foram mortos por asfixia e queimados, outros, no seu próprio leito. Os que sobreviveram, foram tragados no final da tarde do dia 25. Foi o golpe fatal, nada restando das cidades próximas.

As cidades de Pompéia e Herculano, no sul da Itália, permaneceram, durante muito tempo, soterradas pela erupção violenta do vulcão, sob metros e metros de cinzas e pedras.

Anos mais tarde, os pesquisadores efetuaram escavações na

área soterrada e descobriram um vasto material arqueológico e linguístico.

Em Pompéia, dentre os “achados”, permaneciam intactos os famosos *graffiti*, inscrições populares escritas, em sua maioria, a carvão. Esta descoberta trouxe, para o latim vulgar, uma contribuição riquíssima e ímpar.

A vantagem desta descoberta deve-se ao fato de que as mensagens têm um caráter linguístico e social, revelando duas faces de uma mesma moeda. De um lado, forneceu-nos uma visão da forma de vida da sociedade de uma cidade da provincial, de outro, levou-nos ao estudo das alterações fonéticas, morfológicas e sintáticas de uma das fases da língua latina: o latim vulgar.

As inscrições de Pompéia foram estudadas por Väänänen, *Le latin Vulgaire des Inscriptions Pompéiennes*, Helsinki, 1937 (2ª ed., 1958) e reunidas no *Corpus Inscriptionum Latinarum*, conhecido pela sigla CIL, obra grandiosa editada pela Academia das Ciências de Berlim, iniciada em 1863 e ainda incompleta.

Dos dezesseis volumes que compõem esta obra, que reúne inscrições de diversas cidades e regiões, o quarto volume é de grande relevância. Nele, encontram-se registradas as inscrições parietais, gravadas com estíletes, e em menor escala a carvão, em paredes, monumentos, muros, banheiros etc.

Dos *graffiti* encontrados na região destruída pelo vulcão, os que nos interessam são as inscrições de cunho popular, não literária e muitas das vezes fragmentária, mas que expressam, com clareza, a linguagem cotidiana dos soldados, colonos civis e militares e comerciantes da época, os falantes natos do latim vulgar. Estas inscrições registram, também, o modo de vida dos habitantes da província mostrando os resultados dos jogos de dado, declarações de amor ou ódio, inveja, erotismo, conselhos, súplicas etc

Os *graffiti* contribuíram para o estudo filológico e linguístico na reconstituição do latim vulgar falado. A epigrafia, ciência que se ocupa da leitura, interpretação e datação das inscrições antigas em material resistente como pedras, metal, argila, cera etc em muito contribuiu para o estudo da reconstituição do latim vulgar.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O latim vulgar (<vulgo (latim) =povo) ou latim corrente, em oposição ao latim clássico, que é a norma culta do latim, está documentado em textos epigráficos, em textos literários e indiretamente nas línguas românicas. Não conhecemos na totalidade o latim vulgar. O que há, na verdade, são vestígios através dos quais os filólogos tentam reconstituir o que teria sido o latim vulgar.

O latim vulgar era uma língua falada em Roma e suas províncias, não havendo nenhum documento oficial escrito só nessa variedade linguística. Concentra-se neste fato a maior dificuldade encontrada para a reconstituição desta forma linguística.

A partir do *corpus* escrito nas paredes da cidade de Pompéia, analisaremos algumas inscrições à luz da morfologia, sintaxe e fonologia.

Há cerca de 15000 inscrições parietais recolhidas de Pompéia registradas no CIL. Os *graffiti* são bastante numerosos e diversificados, pelo hábito dos seus habitantes de todas as faixas etárias de rabiscarem as paredes com carvão. O nível de língua das inscrições parietais pompeianas varia bastante. Os habitantes locais zombavam do próprio hábito de rabiscarem as paredes numa linguagem bastante literária, conforme atesta o trecho abaixo:

Admiror, paries, te non cecidisse ruinis, qui tot scriptorum taedia sustineas.

(CIL, IV, 1904)

Admira-me, parede, não teres caído em ruínas, tu que agüenta o tédio de tantos escritores.

Entretanto, ao nosso trabalho interessam apenas os textos que revelam traços típicos do latim vulgar, como no exemplo infra:

Quisquis ama, valia,
Peria qui nosci amare!
Bis tanti peria quisquis
Amare vota.

CIL, IV, 1173)

Viva todo aquele que ama, pereça quem não sabe amar! Duas vezes pereça com tanta intensidade todo aquele que proíbe o ato de amar

Nele, cabe ressaltar os seguintes elementos:

a) a alta expressividade das antíteses empregadas:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

valeat x pereat
amat x nescit amare
amat x amare vetat

b) as consoantes finais da desinência de terceira pessoa do singular (-t) dos verbos de modo finito apocopavam-se.

ama (-t);
valia (-t) (=valeat)
peria (-t) (=pereat);
vota (-t);
nosci (-t) (=nescit);

c) a força da analogia na linguagem corrente em *non scit* empregado pelo tradicional : *nescit*

(ne-scio,-ivi,(-ii),-itum: não saber.);

d) a ultracorreção (ou hiperurbanismo) no uso do genitivo de preço:

bis tanti pelo usual *bis tanto*;

(o genitivo de preço é usado em concorrência com o ablativo de preço para indicar que a avaliação é feita de um modo mais geral, sendo particularmente freqüente com o genitivo de adjetivos e pronomes indefinidos quantitativos como: *tanti*, *quanti* etc)

e) uso intenso de arcaísmos:

vota < *veta* (-t);

f) há no vocábulo *valia* a evolução do hiato *-ea* para o ditongo *-ia*

valia (ditongo)<*valea* (hiato);

(*valeo*, -ui, -itum) (e longo de estado): ser forte, ter saúde. (vale!);

antevendo a palatalização que há em português, conforme vemos a seguir:

valia > *valha*
l(e,i) + vogal > *-lh-*: *palea* > *palha*;
folia > *folha*;
juliu > *julho*;

Tomemos como segundo exemplo para nossa exposição:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Talia te falant utinam mendacia, copo:
Tu vedes acuam et bibes ipse merum.

(CIL, IV, 3948)

*Oxalá tais mentiras te enganem, taberneiro:
vendes água e bebes tu mesmo vinho puro*

Vejamos nele algumas características fonéticas do latim vulgar:

a) no vocábulo *copo*, houve a redução do ditongo /au/- em vogal /-o-/:

caupo>*copo*, fenômeno lingüístico de origem rústica (rusticismo) e bastante difundido, como ocorrem nos seguintes exemplos:

paupere>*popere*>*pobre* (port);
lautus>*lotus*;
cauda>*coda*>*coa* (arcaica);
fauce>*foce*> *foz* (port);
laudare>*lodare*>*loar* (arcaica);
audire>*odire*>*oir* (arcaica)

O ditongo /au/ conservou-se em algumas línguas românicas, como no velho provençal e no romeno:

audit (provençal) antigo –au;
aude (romeno);

No português o ditongo /au/ evoluiu para /ou/ *auru*>*ouro*.

Em certas partes de Portugal, o ditongo /au/ alternou-se com /oi/

ouro>*oiro*.
touro>*toiro*

b) síncope da nasal –n- no vocábulo *vedes*:

vendes>*vedes*

Este fenômeno é verificado também em algumas línguas românicas, como no português (e no gascão).

lana>*lã*;
manu>*mão*
sermones>*sermões*;
orphanu>*órfão*;

síncope com outras consoantes:

legale>*leal* ;
malu>*mau*;

veritate>verdade;

c) a indistinção entre /i/ e /e/ átonos:

vendes>*vendis*

bibes> *bibis*

Bibis e *vendis* são formas do presente do indicativo, enquanto *vendes* e *bibes*, do futuro, abolindo assim o elemento distintivo. Nenhuma língua românica herdou essa forma do futuro em *-e-*.

d) a ultracorreção (hiperurbanismo): preocupação de falar bem que redundava em erro; palavra, frase ou outro uso lingüístico incorreto, resultante de ultracorreção, como no exemplo a seguir:

acuam>*aquam*;

no latim vulgar substituiu-se a lábio-velar /qu-/ pela velar /c-/ com som de /k-/.

anticus< *antiquus*;

ecus< *equus*;

como< *quomodo*

Após analisarmos uma das fontes do latim vulgar, os *graffiti*, devemos deixar claro que o latim vulgar não morreu, mas simplesmente modificou-se no tempo e no espaço. As línguas românicas são, em suma, a fonte mais ampla de que dispomos acerca do latim vulgar. Segundo nos deixa registrado *Ernesto de Faria, na Fonética Histórica do Latim*, 1970: p: 11

O Latim, língua dos romanos e relicário do pensamento de Roma e de sua brilhante civilização, pertence à grande família das línguas indo-européias. Cumpre, porém, notar que essa língua polida dos vigorosos escritores do período áureo da literatura latina não saiu já, assim, burilada do primitivo indo-europeu. Fruto amadurecido de uma prolongada elaboração, representa o momento de seu maior esplendor. Este momento, pois, no decurso de sua alongada história, fora precedido de vários estágios perfeitamente demarcados, e a ele se seguiram outros estágios subsequentes, que iriam culminar na formação das línguas românicas modernas, as quais nada mais são do que o próprio latim transformado através do tempo e do espaço.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O LATIM VULGAR

Bruno Basseto, em seu livro *Elementos de Filologia Românica* (2001: p.92-99), no capítulo 3 *Origem das línguas românicas, define de forma clara e precisa as características do latim vulgar. Diz-nos o autor:*

... as línguas românicas provêm do latim vulgar (...) Para caracterizar o latim vulgar é prático e concludente compara-lo com o literário (...) .desse cotejo conclui-se que o latim vulgar, em relação ao literário. É mais simples em todos os níveis, mais analítico, mais concreto, mais expressivo e mais permeável a elementos estrangeiros.

A diferença entre o latim vulgar (vulgo=povo) e o latim clássico (literário) podemos concluir que o primeiro é mais simples e que se torna mais analítico e flexível pelo uso de preposições, advérbios, pronomes e verbos auxiliares. A diferença entre ambos dá-se em quatro campos distintos a saber: no vocabulário, na morfologia, na fonética e na sintaxe.

No campo do vocabulário, podemos citar:

a) o emprego de palavras diferentes para significar a mesma idéia que havia no latim clássico

ignis (latim clássico)>focus; edere (latim clássico)>manducare (latim vulgar); pulcher (latim clássico)>bellus (latim vulgar).

No campo da fonética:

a) o latim vulgar evitava as palavras proparoxítonas

viridis>viridis; calidus>caldus; frigida>fricda; masculus> masclus

b) a prótese da vogal i, nos grupos consonantais: st/ sc/ sp quando iniciais

spiritus>ispiritus; scribere>iscribere; stare>istare

c) freqüente assimilação de fonemas

ipse>isse; persicum>pessicum; dorsum>dossum

d) a confusão propiciada pelos fonemas b/v

servus>.serbus; baculus>vaclus; alveus>albeus

e) pela transposição do acento tônico em circunstâncias especiais

integrum>integrum; cathedra>cathedra; mulieris>mulieris

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

No campo da morfologia, assinalemos:

- a) as cinco declinações do latim clássico foram reduzidas a três no latim vulgar. A quinta declinação confundia-se com a primeira declinação; a quarta com a segunda.

luxuries,-ei (5 ^a)	luxuria,-ae (1 ^a);
materies,-ei (5 ^a)	materia,-ae (1 ^a)
dies,-ei (5 ^a)	dia,-ae (1 ^a)
glacies,-ei(5 ^a)	glacia,-ae (1 ^a)
domus,-us (4 ^a)	domus,-i (2 ^a)

Em conseqüência, uma parte das línguas românicas herdou a distribuição do léxico nominal em três grupos, baseando-se nas três declinações do latim vulgar, como o português que abarca em sua morfologia nomes da primeira declinação em *-a* (*mensa*>*mesa*); da segunda declinação em *-o* (*libru*>*livro*) e da terceira declinação em *-e* ou consoante (*occidente*>*ocidente*); *feroce*>*feroz*.

- b) a preferência pelas formas analíticas do superlativo e do comparativo em substituição as sintéticas

altior>*plus ou magis altus*; *iustissimus*>*multum iustus*

- c) a redução das quatro conjugações existentes no latim clássico para três no latim vulgar. A terceira conjugação com vogal temática *-e-* (breve), passou para vogal *-e-* (longa), unindo-se com a segunda conjugação. Alguns verbos da terceira conjugação passaram para a quarta conjugação.

capere (3^a) (v.t.-e- breve)> *capere* (2^a) (v.t.-e- longa) ;
legere (3^a) > *legere* (2^a);
fugere (3^a) > *fugire* (4^a)

Na *sintaxe*, há no latim vulgar preferência:

- a) pela ordem direta;
- b) pela regência diferente de alguns verbos;
- c) pelo emprego mais freqüente das preposições em vez dos casos;
- d) pelas construções analíticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUERBACH, Eric. *Introdução aos Estudos Literários*. Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.
- BASSETO, Bruno Fregni. *Elementos de Filologia Românica: história externa das línguas*. São Paulo: USP, 2001, v.1.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.
- ELIA, Silvio Edmundo. *Preparação à Linguística Românica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- FARIA, Ernesto. *Fonética Histórica do Latim*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.
- . *Gramática Superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.
- ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2000.
- MAURER JR., TH. Henrique. *Gramática do Latim Vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.
- MEILLET, A. & ERNOUT, A. *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*. 3ª ed. Paris: 1951, 2v.
- NASCENTES, Antenor. *Elementos de Filologia Românica*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.
- NUNES, José Joaquim. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa: Fonética e morfologia*. 5ª ed. Lisboa: Clássica, 1956.
- SILVA NETO, Serafim. *Manual de Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1952.
- SILVEIRA, Sousa. *Lições de Português*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1972.
- TORRINHA, Francisco. *Dicionário Latino-Português*. 7ª ed. Porto: Gráficos Reunidos, [s/d.].

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

VÄÄNÄNEN, Veikko. *Introducción al latín vulgar*. Trad. Manuel Carrión. Madrid: Gredos, 1967.

VIDOS, Benedek Elemér. *Manual de Lingüística Românica*. Trad. de. José Pereira da Silva. Revisão técnica Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

WILLIAMS, Edwin B. *Do Latim ao Português*. Trad. Antonio Houaiss. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1961.

**PRELIMINARES DE UM ESTUDO LINGÜÍSTICO
E HISTÓRICO DA TOPONÍMIA BAIANA
O CASO DA REGIÃO ECONÔMICA OESTE¹⁴**

Ricardo Tupiniquim Ramos (UNEB)

RESUMO

Neste trabalho, tratamos dos aspectos metodológicos e expomos parte da fundamentação de pesquisa de natureza lingüística e histórica atualmente em curso no Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da UFBA, acerca da toponímia municipal baiana. São apresentados dados preliminares relativos aos municípios da região oeste do Estado da Bahia.

PALAVRAS-CHAVE: Lingüística; História; Toponímia.

Este é um estudo-piloto referente a um Projeto de Pesquisa mais amplo, atualmente em execução no Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia, sob orientação da Prof^a. Dr.^a Suzana Alice Cardoso acerca da toponímia municipal baiana, do qual resultará nossa Tese de Doutorado a ser defendida até o final de 2007. Este estudo surgiu da necessidade de testar a metodologia de investigação e análise de dados, com vistas a corrigir eventuais problemas antes da abordagem ao *corpus* completo.

Atualmente, o Estado da Bahia é dividido em 15 regiões econômicas, criadas a partir de elementos comuns do perfil econômico de municípios geograficamente próximos. A finalidade de tal divisão é servir de base para o planejamento estratégico de ações governamentais de fomento às atividades produtivas.

Entre essas várias regiões, destaca-se o Oeste como a quarta em arrecadação de ICMS, dada a pujança de suas atividades nos setores componentes do chamado agronegócio. No setor primário, destaca-se a agricultura irrigada de grãos e pecuária extensiva, sobretudo bovina; no secundário, o beneficiamento dos produtos primários;

¹⁴ Trabalho apresentado no VIII CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA (I Congresso Internacional de Estudos Filológicos e Linguísticos), promovido pelo CIFEFIL no Instituto de Letras da UERJ, em agosto de 2004.

no terciário, o comércio e distribuição da produção nos mercados interno e externo.

Politicamente, ela comporta duas regiões administrativas e é composta de 23 municípios¹⁵. Neste estudo, procederemos o estudo da nomenclatura dessas municipalidades, considerando-a inicialmente a partir de seus aspectos sincrônicos para, em seguida, abordá-la do ponto-de-vista diacrônico, verificando a série de nomes que se sucederam, numa determinada localidade, de seu surgimento até sua constituição como município e daí até a atualidade.

Para tanto, é necessário apresentar um breve percurso histórico sobre sua formação territorial com vistas a fornecer dados relevantes para a interpretação do fenômeno linguístico em foco.

FORMAÇÃO TERRITORIAL DO OESTE DA BAHIA

Em 1530, quando D. João III dividiu o Brasil em capitanias e ofereceu Pernambuco ao fidalgo Duarte Coelho Pereira, este enviou emissários para fazerem o reconhecimento do campo, que voltaram com informações de que a faixa de terras a ele destinada era seca mas, seguindo o ângulo formado pelo Rio São Francisco, havia uma região extremamente fértil e favorável à agricultura. Assim, o fidalgo exigiu que essa promissora faixa de terras integrasse sua capitania, como condição para aceitar a doação.

Aceita a condição e uma vez donatário, um dos primeiros atos de Pereira foi ordenar a construção de barcos acima da Cachoeira de Paulo Afonso para empreender, entre 1540 e 1550, uma expedição de subida do Rio São Francisco a fim de avaliar as potencialidades

¹⁵ Eis a relação de municípios com suas respectivas datas de criação: Angical (5 de julho de 1890), Baianópolis (30 de julho de 1961), Barreiras (6 de abril de 1891), Canápolis (19 de julho de 1962), Catolândia (27 de julho de 1962), Cocos (14 de agosto de 1958), Coribe (14 de agosto de 1958), Correntina (15 de maio de 1866), Cotegipe (31 de maio de 1933), Cristópolis (19 de julho de 1962), Formosa do Rio Preto (21 de dezembro de 1961), Jaborandi (12 de maio de 1986), Luís Eduardo Magalhães (30 de março de 2000), Mansidão (26 de fevereiro de 1985), Riachão das Neves (19 de julho de 1962), Santa Maria da Vitória (8 de junho de 1880), Santana (26 de agosto de 1890), Santa Rita de Cássia (26 de março de 1840), São Desidério (22 de maio de 1962), São Félix do Coribe (14 de maio de 1989), Serra Dourada (12 de abril de 1962), Tabocas do Brejo Velho (23 de abril de 1962), Wanderley (26 de fevereiro de 1985).

do seu vale. Ao longo dessa empresa, vários sítios naturais foram descobertos e considerados de fato relevantes para a colonização.

Quando os holandeses dominaram Pernambuco, o Conde Maurício de Nassau enviou colonizadores de sua nacionalidade para o Vale do São Francisco porque o considerava um verdadeiro celeiro. Segundo Almeida (1999), “sua presença em nossa região evidenciava-se no tipo físico que predomina na área de Aricobé, município de Angical, e na zona rural de Catolândia e Cotegipe: pessoas de feições finas, olhos azuis e cabelos louros, bem diversos dos descendentes de portugueses, índios e negros”. Será?

Sendo Salvador mais próxima da margem esquerda do São Francisco que o eixo Olinda/Recife, foram os baianos que, em constantes combates com os índios, foram se apossando das terras da região, aí estabelecendo núcleos de criação de gado bovino, agricultura de vários produtos de subsistência e de cana-de-açúcar. Enfrentando perigos e dificuldades, desbravaram novas terras, implantando às margens férteis dos rios uma civilização agrário-pastoril, em que também se praticava a mineração, nos locais onde existiam riquezas dessa natureza.

Como necessitassem de proteção contra o ataque de índios e da presença de instituições do governo colonial que legitimassem seus atos, ao longo de 20 anos, os colonizadores enviaram ao rei português, D. Pedro II, pedidos de autorização para a instalação de povoados na região, finalmente concedidos pela Carta de Évora, dirigida em 2 de dezembro de 1698 ao 32º Governador Geral do Brasil, D. João de Lancastre, que implanta os primeiros núcleos oficiais de colonização lusitana na região, os povoados de:

- Campo Largo¹⁶ – atual Taguá, situado à margem esquerda do Rio Grande, a 80 Km abaixo de onde surgiria Barreiras;

¹⁶ Campo Largo foi fundado em fazenda adquirida em carta de sesmaria ao donatário pernambucano pelo coronel José Lopes Coutinho do Bonfim. O povoado serviu de base para a irradiação do processo civilizatório por toda a área, vindo a constituir-se em município por um Alvará Régio de 3 de julho de 1820, englobando toda a atual região Oeste da Bahia, exceto os territórios do antigo arraial de Santa Rita – núcleo humano coetâneo ao de Campo Largo –, e dos que surgiram a partir dele.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- Santa Rita – atual Santa Rita de Cássia, à margem esquerda do Rio Preto; e

- Parnaguá – atualmente no Estado do Piauí, junto à lagoa do mesmo nome;

e a Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande. Como estratégia de defesa, esses núcleos foram geograficamente dispostos num perímetro quadrangular.

As boiadas e tropas com os produtos agrícolas do Maranhão, do Piauí e de Goiás faziam seu caminho até as localidades às margens do Rio Preto (afluente do São Francisco), seguindo para a Barra. Pelos mesmos rios escoavam as riquezas brotadas às suas margens, sendo aos poucos abertas as primitivas estradas, por onde as boiadas e as tropas de burros carregadas de mantimentos chegavam aos mercados consumidores na Chapada Diamantina ou em Feira de Santana.

Além disso, subiam o curso do São Francisco, dirigindo-se à região das Minas Gerais, fomentando o surgimento e desenvolvimento de diversos núcleos humanos na atual região econômica do Baixo-Médio São Francisco. Para Minas, a região exportava o sal produzido na Barra e em Cotegipe, assim como as boiadas e vários gêneros empregados na alimentação da população ocupada da empresa colonial mineradora.

Em 1810, a pedido dos pernambucanos, D. João VI criou na região a Comarca do Sertão de Pernambuco, posteriormente Comarca do Rio São Francisco, com sede na Barra e extensão até a fronteira com a Capitania de Minas Gerais. Devido às revoltas de 28 de maio de 1817, que pretendiam separar Pernambuco do resto do país, a Comarca foi anexada a Minas que, por dificuldades em administrá-la, logo devolveu-a à sua origem.

Em 1824, os pernambucanos fizeram uma nova revolução para separar-se do Brasil e implantar um novo país chamado Confederação do Equador. Como forma de retaliação à província rebelde, uma vez sufocada a sublevação, D. Pedro I reanexou a Comarca de São Francisco a Minas Gerais, mas dada a dificuldade de a administração mineira chegar à região, incorporou-a à Bahia por um decreto de 15 de outubro de 1827.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Como Pernambuco não se conformasse com a perda de tão importante território, surgiu uma complicada questão política entre as duas províncias, que se arrastou ao longo de todo o governo imperial. Assim, por exemplo, durante o Segundo Reinado, o deputado pernambucano Luís Cavalcanti apresentou o projeto de criação da Província do Rio São Francisco, com capital na Barra, alegando que a distância entre as capitais da Bahia e de Pernambuco inviabilizava uma boa administração da região. Com a oposição de deputados das duas províncias e a fortíssima resistência do Barão de Cotegipe, latifundiário da região e Primeiro-Ministro de D. Pedro II, esse projeto foi rejeitado, bem como outro, congênere, do político baiano Fernandes da Cunha.

Ao longo de boa parte do século XX, o território baiano da margem direita do São Francisco até a fronteira com Minas Gerais (ao sul), Goiás (a oeste) e Piauí (ao norte) – conhecido como o Além-São Francisco, denominação que mostrava uma separação, uma exclusão da região do foco de interesses do Estado da Bahia – foi constantemente reivindicado por pelos Estados vizinhos¹⁷. Além disso, parcela da população passou a sonhar com a criação de um novo Estado, o do São Francisco, com capital em Barreiras¹⁸. Diante dessas aspirações populares, surgiu a necessidade de a Bahia integrar a região às suas políticas; daí a constituição, no final na década de 1980, da Região Econômica Oeste, cujos nomes de municípios são objeto deste estudo.

¹⁷ Exemplo disso é que na Assembléia Constituinte de 1988 Pernambuco, Minas Gerais e Goiás apresentaram projetos visando à anexação da área.

¹⁸ Também durante a Assembléia Constituinte de 1988, o cidadão barreirense Marlan Rocha enviou a um deputado por Roraima um projeto nesse sentido que, apresentado, não foi aceito.

CATEGORIAS TOPONÍMICAS

A partir da listagem já apresentada, percebemos a distribuição dos topônimos municipais do Oeste da Bahia dentro das seguintes taxas:

Quadro 1: Categorização dos Topônimos Municipais da Região Oeste da Bahia

categorias	referências: nomes de	quan- tidade	%
hagiotopônimos	santos (do hagiológico romano ou não)	6	26,08
fitotopônimos	plantas	5	21,74
antropotopônimos	pessoas (com títulos ou não)	3	13,04
hidrotopônimos	rios e cursos d'água	3	13,04
geomorfotopônimos	acidentes de relevo	2	8,70
animotopônimos	estados de alma	1	4,34
corotopônimos	outros topônimos	1	4,34
etnotopônimos	nomes étnicos e adjetivos pátrios	1	4,34
zootopônimos	animais	1	4,34

Como demonstra o quadro, a maioria dos topônimos do oeste baiano se compõe de hagiotopônimos, ou seja, nomes devocionais, que, segundo Aguilera e Bergantin (2002, p. 156), “seguem uma tradição européia, no caso, portuguesa, de ‘doar’ ao santo de devoção a nova localidade”. Entre esses, há um hagiotopônimo aparente (São Desidério), na medida que não se refere a um santo do hagiológico romano, mas ao pioneiro da localidade; todos os demais são autênticos, têm inspiração verdadeiramente religiosa e indicam quase sempre o padroeiro do município.

Desses, um refere-se a santo; dois, a santas (Ana e Rita de Cássia), um, a Jesus Cristo e dois, a Nossa Senhora – figura destacável no hagiológico romano, hoje considerada a face feminina de Deus pelos cristãos católicos.

Entre os fitotopônimos, segunda categoria mais incidente, dois fazem referência a culturas da região (Canápolis e Cocos) e os demais, à vegetação nativa, tomada individualmente (Jaborandi), coletivamente (Angical) ou ainda em conjunto com um acidente natural (Tabocas do Brejo Velho).

Os hidrotopônimos e os antropotopônimos constituem as terceiras maiores categorias, compostas de três nomes cada.

Entre aqueles, dois têm procedência Tupi (Coribe e Cotegipe) e um, portuguesa (Riachão das Neves). Ainda sobre esse grupo de nomes, deve-se explicar a exclusão de Correntina de seu interior: embora aponte para um curso d'água, em verdade, essa forma é o diminutivo de Corrente, rio da região, sendo, portanto, uma referência a topônimo anterior, já existente (corotopônimo), não a um curso d'água qualquer.

Dos antropotopônimos, dois homenageiam figuras relacionadas à história da região, sendo um o pioneiro do próprio município (Catolândia, “terra de Catão”) e o outro, o ilustre Barão de Cotegipe, latifundiário e Primeiro-ministro de D. Pedro II, cujo prenome nomeia uma localidade (Wanderley). O terceiro antropotopônimo é muito recente: foi introduzido em 1998, quando da morte de um célebre deputado (Luís Eduardo Magalhães), numa homenagem muito maior a seu pai que a si mesmo.

Os geomorfotopônimos são a quarta categoria, composta de dois nomes: um deles é uma referência direta à característica do relevo do município (Serra Dourada), acrescida de elemento valorativo; o outro descreve o efeito das serras que cercam a localidade, que criavam, no início da formação desse sítio humano, verdadeiras barreiras para a penetração dos pioneiros por via fluvial (Barreiras).

Quatro classes toponímicas têm a mesma incidência mínima (apenas uma ocorrência) na nomenclatura municipal do Oeste da Bahia:

- animotopônimo – Formosa do Rio Preto, uma referência à beleza da fazenda de dentro da qual surgiu o povoado que originou o município;
- corotopônimo – Correntina, já referido;
- etnotopônimo – Baianópolis; e
- zootopônimo – Mansidão, embora pareça uma referência a estado de espírito, na verdade é uma homenagem a um boi homônimo que habitava a fazenda que originou o município.

PROCEDÊNCIA E CONSTITUIÇÃO MÓRFICA DAS FORMAS

Considerando apenas os processos de formação dos topônimos e sua categorização, chega-se ao seguinte quadro:

**Quadro 2: Topônimos da Região Oeste da Bahia:
processos de formação X categorização**

Categorias	formas simples	sufixação	justa- posição	aglutinação	nome + adj	nome + SP	hibridismo
animotopônimos	-	-	-	-	-	1	-
antropotopônimos	1	-	1	-	-	-	1
corotopônimos	-	1	-	-	-	-	-
etnotopônimos	-	-	-	-	-	-	1
fitotopônimos	1	2	-	-	-	-	2
geomorfotopônimos	-	1	-	-	1	-	-
hagiotopônimos	-	-	1	1	-	2	2
hidrotopônimos	-	-	-	2	-	1	-
zootopônimos	-	1	-	-	-	-	-

Em relação à procedência desses topônimos, pode-se observar a presença de: 14 formas portuguesas (60,87%); 3 formas Tupi (13,04%); 2 formas híbridas dessas duas matizes (8,6%); e de 4 formas híbridas em que predomina o constituinte luso (de origem latina) na significação geral do termo (17,4%).

Entre essas últimas, o processo morfológico predominante é a composição justapositiva. Observa-se a presença do lexema grego *polis* (“cidade”) em três: um etnotopônimo (Baianópolis, “cidade dos baianos”), um fitotopônimo relativo à cultura local (Canápolis, “cidade da cana”) e um hagiotopônimo (Cristópolis, “cidade de Cristo). Além disso, há nesse grupo um topônimo composto do lexema inglês *land* (“terra”) acrescido à raiz latina do nome do pioneiro da localidade (Catolândia, “terra de Catão). Curiosamente, esse grupo de lexias híbridas de bases lusa e grega ou inglesa nomeia municípios surgidos numa mesma época (1962), o que pode sugerir uma tendência.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

No grupo de formas portuguesas, encontram-se:

- a) um nome simples (um só lexema): Wanderley;
- b) 5 nomes simples, constituídos por derivação sufixal: Angical, Barreiras, Cocos, Correntina, Mansidão;
- c) 2 nomes compostos por justaposição: Luís Eduardo Magalhães, São Desidério;
- d) um nome composto por aglutinação: Santana;
- e) um nome complexo ou sintagmático, constituído de forma simples seguido de modificador adjetival: Serra Dourada;
- f) 4 nomes complexos ou sintagmáticos, constituídos de forma composta seguido de sintagma preposicionado: Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia.

Dos nomes de origem Tupi, o fitotopônimo é uma forma simples (Jaborandi, “nome comum a diversas plantas das famílias das piperáceas e das ritáceas”, cf. Cunha 1997) e os hidrotopônimos são compostos por aglutinação (Coribe < Tp. *kuri*, “barro vermelho” + y, “rio”, + *pe*, “em”; donde: “no rio do barro vermelho”; Cotegipe < Tp. *akutia*, “cotia” + y, “rio”, + *pe*, “em”; donde: “no rio da cotia”).

Entre os hibridismos de origem luso-tupínica, há um hagioto-pônimo (São Félix do Coribe), e um fitotopônimo (Tabocas do Brejo Velho). Neste, o primeiro elemento é de origem Tupi; naquele, o segundo. Ambos são lexias sintagmáticas compostas de bases compostas seguidas de sintagma preposicional.

Cruzando todas essas informações com as relativas às categorias toponímicas, chega-se ao quadro-resumo constante na próxima página.

(Continua no próximo número)

LÉXICO E TRANSDISCIPLINARIEDADE

Maria Aparecida Barbosa (USP)

RESUMO

Examinam-se aspectos da interdisciplinaridade: entre ciências, tecnologias, culturas; entre a unidade lexical da língua geral e das línguas de especialidade; entre conceitos de áreas técnicas e científicas, distinguindo-se, ainda a interdisciplinaridade como cooperação eventual e a interdisciplinaridade necessária. Utilizam-se modelos das semânticas cognitiva, de língua, de discurso; e modelos da teoria terminológica. Mostra-se a tênue fronteira entre ciências, tecnologias, culturas; entre a unidade lexical especializada e a não especializada, como a dos discursos etno-literários; relações entre texto científico e banalizado, possíveis transposições. Propõe-se consolidação da disciplina Etno-terminologia e decorrências em Terminologia aplicada.

PALAVRAS-CHAVE

Semântica Cognitiva; Etno-terminologia; Terminologia aplicada.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta resultados de pesquisas sobre o estatuto das unidades lexicais nos discursos técnicos e científicos e nos discursos da língua comum, certos aspectos dos processos de terminologização e de banalização, como também mecanismos de transferência das unidades lexicais, que se verificam entre as línguas especializadas e a língua geral. Propõe-se uma formalização do eixo e dos graus existentes entre o caráter técnico e científico, de um lado, e as formas ditas banais, de outro, ou seja, dos movimentos de terminologização/banalização, em função dos universos de discursos e das situações dos discursos manifestados. Essa dinâmica conduziu a Autora a propor os conceitos/termos de *terminologização lato sensu*, *vocabularização*, *conceptualização*, *metaterminologização*, *metavocabularização*, *metaconceptualização*

Mostra-se, então, que uma unidade lexical não é *vocábulo* ou *termo* mas, sim, está em função *vocábulo* ou *termo*.

Por outro lado, a pesquisa revela que certos universos de discurso – e os discursos manifestados neles contidos – suportam relações intertextuais e interdiscursivas que *admitem uma abordagem* transdisciplinar; outros há, no entanto, em que aquelas relações inter-

textuais e interdiscursivas, por sua natureza, *impõem um tratamento transdisciplinar*.

A multifuncionalidade das palavras dos discursos etno-literários conduziu a Autora a propor a formalização de nova disciplina científica, a *Etno-terminologia*. Propõe, ainda, o processo da cientificidade à banalização como um dos ramos mais importantes da *Terminologia Aplicada*.

PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DE CONJUNTOS TERMINOLÓGICOS

Assim, pois, examinando-se o universo terminológico de uma mesma ciência e/ou tecnologia, verifica-se que é constituído de subconjuntos terminológicos de natureza e funções bastante diversas. Alguns desses subconjuntos, por exemplo, contêm unidades terminológicas criadas especificamente para determinada área, exclusivas e caracterizadoras dessas área (a). É o que acontece com *ecobioma* ou *ecossistema euhemioróbio*, na área de ecologia. Outros universos contêm unidades provenientes de outra área, como, por exemplo, *virus*, em informática (b). Outros, ainda, contêm unidades provenientes da língua geral (c). São exemplos desse conjunto *cebolinha* e *macaco*, na área de peças automobilísticas. Nesses dois últimos casos, as unidades recebem, quando de sua transposição, acepções próprias da área que passou a integrá-las em seu vocabulário, acepções diferentes das que possuíam na área de origem. Outros universos, por sua vez, contêm unidades com acepções parcialmente comuns às de outras áreas (d), como sucede com *estrutura*, em diferentes ciências e tecnologias, no âmbito do paradigma do estruturalismo. Há aqueles universos, enfim, que contêm termos complexos (e), em que um elemento é emprestado de outra área, combinando-se com elementos da própria área. Temos, por exemplo, *metabolismo urbano*, *metabolismo industrial*, *patologia urbana*, *poluição visual*, *poluição sonora*, etc.

Esses diferentes subconjuntos podem ser assim esquematizados:

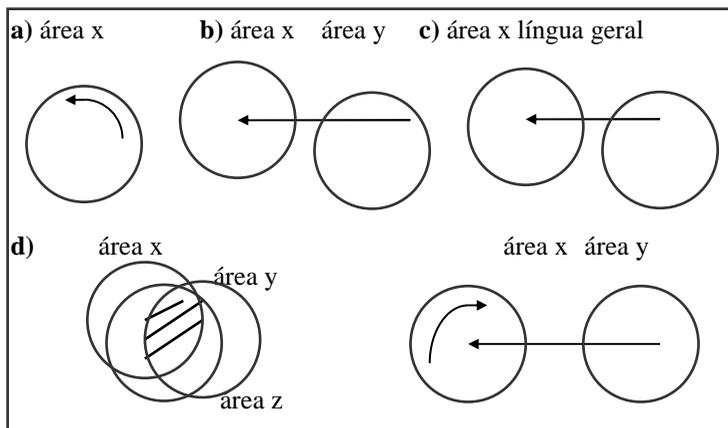
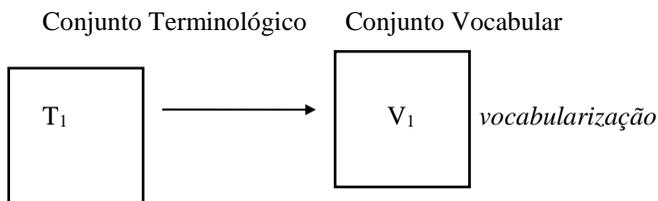
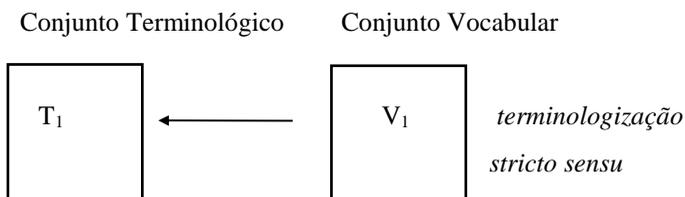


Figura 1: Subconjuntos terminológicos

(1) Consideremos, primeiramente, a passagem da terminologia para a língua comum. Podemos assim esquematizá-lo:

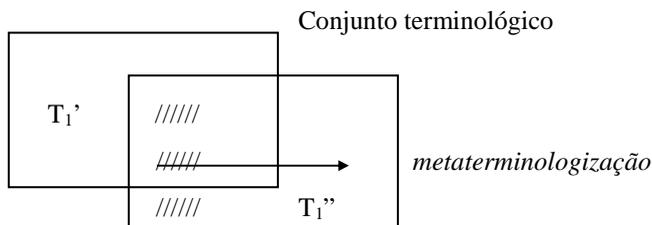


(2) Consideremos, em seguida, o processo inverso, a passagem da língua comum para a terminologia. Esquemáticamente, teremos:



(3) Examinemos, agora, a passagem da terminologia para a terminologia, com a manutenção de um núcleo sêmico comum aos termos das diferentes áreas. Podemos esquematizá-la assim:

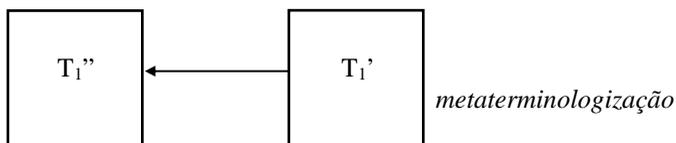
Conjunto terminológico



(4) Devemos considerar, por outro lado, a transposição da terminologia para a terminologia, sem que se conserve núcleo sêmico comum aos termos resultantes nas diferentes áreas envolvidas.

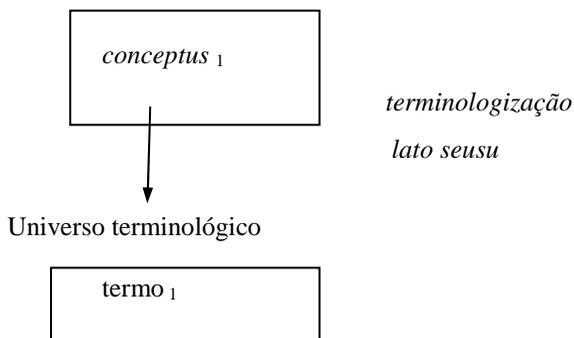
Conjunto Terminológico

Conjunto Terminológico



(5) Muito diferente é o processo de passagem do conceptual para o terminológico, em que temos:

Universo conceptual



ETNO-TERMINOLOGIA

Examinem-se, agora, algumas unidades lexicais de discursos etno-literários.

Tomando-se, por exemplo, o *boi* no rito do *Bumba-meu-boi* do Maranhão, no Norte do Brasil, verifica-se que essa unidade lexical não se refere a um boi, no sentido comum, não se refere ao animal que encontramos nos campos ou nas fazendas; essa unidade não designa, também, o *boi* da biologia, ou da agro-pecuária. Ela tem uma significação especial, no universo de discurso desse rito folclórico, em que representa uma entidade mítica, que é morta, para satisfazer o desejo de uma mulher grávida e que, ao final da narrativa, ressuscita, para a felicidade de todos. Uma das interpretações correntes é a de que esse boi representa, nessa história, a morte e ressurreição do Cristo.

Examinando-se com mais cuidado o *Romanceiro* do Nordeste brasileiro, encontrarem-se numerosos exemplos. Assim, tem-se o *conto* do *Pavão*. Um professor de aldeia tinha um pavão muito estimado. Um dos seus alunos mata o pavão. O mestre se vinga, mata a criança. Outro romance conta a história de um nobre, obrigado a disfarçar-se em mendigo cego, para tomar sua bem amada, prisioneira de sua mãe na floresta (história medieval). Tem-se, ainda, o romance de *Juliana*. Um nobre, seu primo, havia prometido casar-se com ela. De repente, apaixonou-se por uma jovem. Vai visitar sua prima e anuncia seu novo projeto. Juliana finge alegrar-se, felicita-o e, para comemorar, oferece-lhe uma taça de vinho envenenado (história medieval). *Juliana* representa, pois, a *mulher ciumenta*, o *ciúme*.

Há uma série de romances cujo tema é, por exemplo, o *amor desgraçado*.

Nesses textos, de modo geral, tem-se um grande número de personagens, Contudo, são muito pobres em sua *figurativização*. Na realidade, são *tipos humanos*, ou *tipos sociais*, suportes de temas, encarregados da *tematização*. Encontram-se nos romances grandes temas universais, as oposições *amor x morte*, *vida x morte*, *amor x alma*, *riqueza x miséria*, *bem x mal*, *poder x fraqueza*, *fidelidade x traição*, etc.

Podem-se multiplicar os exemplos. Os grandes proprietá-

rios de terras são com freqüência os representantes do poder, da opressão, do mal. Os homens pobres representam freqüentemente o bem, a honestidade, a fraqueza, o sonho de liberdade. As ‘autoridades’ são normalmente apresentadas como gente malvada. O poder está ligado à malvadeza. O *diabo* aparece, como ele mesmo, ou disfarçado em outra personagem, relacionada ao poder, à riqueza, à autoridade; intervém no destino dos homens.

Verifica-se, então, que as unidades lexicais desses discursos etno-literários têm características muito específicas: de um lado, são vocábulos metassemióticos, pelos motivos acima vistos, de outro, são quase-termos técnicos, pois pertencem à uma linguagem especial/especializada. Seus sememas não correspondem, pois, nem aos sememas da língua comum, nem aos sememas das linguagens dos domínios científicos. Essas unidades lexicais apresentam sememas construídos, em grande parte, com semas específicos do universo de discurso etno-literário, provenientes das narrativas e cristalizados, de maneira a tornar-se verdadeiros símbolos dos temas envolvidos. É preciso estar familiarizado com as histórias, conhecer o pensamento e o sistema de valores da cultura em questão, para poder compreendê-los bem. De fato, é outra linguagem, que é preciso aprender, para interpretá-los corretamente.

Nessas condições, a *unidade lexical do universo de discurso etno-literário tem um estatuto nitidamente diferente*. No nível da norma e do falar concreto, ela subsume as duas funções, *vocábulo e termo*. Com efeito, trata-se de um vocábulo, nos seus aspectos referenciais, pragmáticos e simbólicos, em função semiótica, metassemiótica ou meta-metassemiótica e é um termo, na medida em que a unidade léxica em questão tem características de uma linguagem de especialidade. É possível, assim, propor, em semiótica profunda, o seguinte modelo:

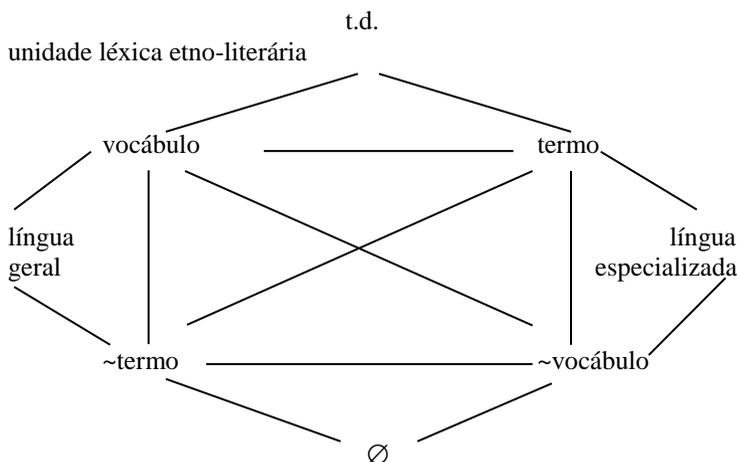


Figura: Tensão dialética vocábulo x termo

Sustenta-se uma tensão dialética *vocábulo x termo* nas unidades lexicais etno-literárias. Na dêixis positiva, a unidade lexical em função *vocábulo* é um *não-termo*. Na dêixis negativa, a unidade lexical em função *termo* é um *não-vocábulo*.

De maneira sucinta, pode dizer-se que as unidades lexicais dos discursos etno-literários têm um *significado muito especializado*, específico do universo de discurso a que pertencem e que são, ao mesmo tempo, *polissêmicas/polissemêmicas*. Noutras palavras, essas unidades léxicas reúnem qualidades das linguagens de especialidade e qualidades da linguagem literária, conservando um valor semântico social e concomitantemente permanecendo como documentos do processo histórico de uma cultura. Poder-se-ia acrescentar que elas resultam, simultaneamente, do cruzamento de processos de *metaterminologização* e de *metavocabularização*. .

Verifica-se que certos universos de discurso – e os discursos manifestados neles contidos – suportam relações intertextuais e interdiscursivas que *admitem uma abordagem* transdisciplinar; outros há, no entanto, em que aquelas relações intertextuais e interdiscursivas, por sua natureza, *impõem um tratamento transdisciplinar*.

A multifuncionalidade das palavras dos discursos etno-

literários conduziu a Autora a propor a formalização de nova disciplina científica, a *Etno-terminologia*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto às implicações didático-pedagógicas, cumpre ressaltar que o desenvolvimento da competência lexical do sujeito falante-ouvinte requer, dentre outros aspectos, que o mesmo adquira um número razoável de variantes diafásicas, ou seja, de parassinônimos pertencentes a universos de discurso diferentes. Daí resultam: aumento do número de unidades memorizadas e disponíveis para atualização; maior rigor nas oposições semêmicas e maior precisão do enfoque semântico; maior habilidade na seleção das unidades léxicas, face à situação de enunciação e de discurso; maior habilidade na manipulação das relações de significação; maior habilidade na transposição de sentidos e no trânsito entre universos de discurso (metalinguagem e transcodificação).

O desenvolvimento de mecanismos que permitam estabelecer relações entre vocábulos da linguagem banalizada e termos técnico-científicos revela-se muito eficaz para a comunicação entre o leigo e o especialista e como instrumento, para o aluno, ou iniciante, de acesso a um novo universo de discurso, sem que este lhe pareça uma linguagem artificial e completamente desvinculada de seu saber anterior; além disso, mostra-se valioso instrumento de ampliação de seu vocabulário.

Outro aspecto importante do processo é o desenvolvimento de mecanismos de passagem de unidades do vocabulário passivo para o ativo, indicadora do grau de sua automatização, pelo o aluno/iniciante, que não mais se restringe à enunciação de decodificação mas alcança, também a de codificação. É um momento revelador do acesso a um saber técnico-científico e seu crescimento: o sujeito-falante já consegue discursar ou rediscursar a investigação e os modelos técnico-científicos.

Aprender uma língua é aprender um modo de "pensar o mundo". O mesmo acontece com as metalinguagens técnico-científicas, seus recortes, seus sistemas de valores e designações que lhe correspondem. Assim, a metalinguagem técnico-científica de qualquer área

do saber e/ou de suas aplicações constrói a sua 'visão do mundo' específica, de tal forma que só é possível aprender uma ciência, quando se adquire a competência semiótico-lingüística do seu universo de discurso.

Tem-se aí o problema seríssimo do sujeito falante-ouvinte não iniciado, que deseja aprender uma nova ciência ou tecnologia. Por vezes, essa tarefa se mostra mais difícil que o aprendizado de outra língua natural. Ao assimilar uma metalinguagem técnico-científica, o pesquisador iniciante estará assimilando e construindo o saber e o saber-fazer específicos daquela ciência e/ou tecnologia, que lhes possibilitam entender, rediscursar e realimentar não só os modelos científicos ou tecnológicos, como também a sua própria 'visão do mundo' anterior, num processo de amadurecimento intelectual e pessoal.

Os processos de banalização, vulgarização, popularização revelam-se instrumentos eficazes da difusão e circulação do conhecimento e, por conseguinte, tem alto interesse para a Terminologia Aplicada.

Todos os universos de discurso em operação na comunidade sociocultural sustentam-se em relações interdiscursivas – entre processos – e em relações intertextuais – entre enunciados. Todos *admitem* análises em termos de relações transdisciplinares. Entretanto, outros há, que *exigem*, por sua natureza discursiva e seu estatuto sociossemiótico, um tratamento transdisciplinar.

No âmbito de uma tipologia discursiva, torna-se necessário *redistribuir* tarefas de análise:

- *A semiótica literária* – estudo dos discursos literários
- *A sociossemiótica* – estudo dos discursos sociais não literários
- *A terminologia técnico-científica* – estudos dos discursos das línguas de especialidade
- *A etno-semiótica* – estudo dos discursos etno-literários
- *A etno-terminologia* – estudo das unidades multifuncionais

A *terminologia aplicada* – estudo dos processos de circulação e difusão do conhecimento.

A autora está propondo, pois, como síntese final, a consolidação da disciplina *Etno-terminologia*; e o processo de transcodificação de textos técnicos-científicos para os da língua comum, num procedimento da cientificidade à popularização, como um dos ramos mais importantes da *Terminologia Aplicada*.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

ANDRADE, Maria Margarida. Sobre a normalização terminológica: banalização/vulgarização. *Revista brasileira de Linguística*. São Paulo, Plêiade, v. 10, n° 1, p. 7-27, 1999.

BARBOSA, Maria Aparecida. Terminologização, vocabularização, cientificidade, banalização: relações. *Acta semiotica et linguistica*. São Paulo, v. 7, p. 25-44, 1998.

———. Estruturas e tipologia dos campos conceituais, campos semânticos e campos lexicais, *Acta semiotica et linguistica*. São Paulo, v. 8, p. 95-120.

BATISTA, Maria de Fátima Barbosa de Mesquita. *O romanceiro tradicional no Nordeste do Brasil: uma abordagem semiótica*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1999.

BORGES, Francisca Neuma Fechine. Polisotopia e arquétipos narrativos na literatura de cordel. In: *Anais do IX Encontro Nacional da ANPOLL*. Caxambu, ANPOLL, p. 479-491, 1995.

GREIMAS, Algirdas Julien. O contrato de veridicção. Tradução de Cidmar Teodoro Pais. *Acta semiotica et linguistica*. São Paulo, v. 2, p. 211-221, 1978.

GUILBERT, Louis. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975.

HJELMSLEV, Louis. *Prolégomènes à une théorie du langage*. Paris: Minuit, 1968.

MARTIN, Jean-Baptiste. (Org.) *O conto: tradição oral e identidade cultural*. Tradução de Rubens Alves Netto e Rosália Maria Netto Prados. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

MULLER, Charles. *Initiation à la statistique linguistique*. Paris: Larousse, 1968.

PAIS, Cidmar Teodoro. Elementos para uma tipologia dos sistemas semióticos. *Revista Brasileira de Linguística*. São Paulo, v. 6, n.º 1, p. 45-60, 1982.

———. Aspectos de uma tipologia dos universos de discurso. *Revista Brasileira de Linguística*. São Paulo, v. 7, n.º 1, p. 43-65, 1984.

———. *Conditions sémantico-syntaxiques et sémiotiques de la productivité systémique, lexicale et discursive*. Doctorat d'État ès-Lettres et Sciences Humaines. Directeur de Recherche: Bernard Pottier. Paris: Université de Paris-Sorbonne (Paris-IV) / Lille: Atelier National de Reproduction des Thèses, 761 p, 1993.

———. Conceptualisation, dénomination, désignation, référence: réflexions à propos de l'énonciation et du savoir sur le monde. In: Poulet, J. et al. (Orgs). *Revista Textures. Cahiers du C.E.M.I.A. Recueil d'Hommage à Mme. Le Professeur Simone Saillard*. Lyon, Université de Lyon 2, 1998, p. 371-384.

———. Conceptualização, interdiscursividade, arquiteyto, arquidiscursivo. *Revista Philologus*. Rio de Janeiro, CIFEFIL, ano 8, n.º 23, p. 101-111, 2002.

POTTIER, Bernard. *Sémantique générale*. Paris: P.U.F., 1992.

RASTIER, François. *Recherches en sémantique cognitive*. Paris, P.U.F., 1991.

———. Para uma poética generalizada. Tradução de C. T. Pais. *Acta semiotica et linguistica*. São Paulo, v. 8, p. 445-470, 2000.

ENTREVISTA COM ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO¹⁹

por *Vito Manzollilo* (UNESA)²⁰

O entrevistado deste volume é o Professor Antonio Martins de Araujo, Doutor em Letras Vernáculas (Literatura Brasileira) pela UFRJ e professor aposentado de Língua Portuguesa da mesma instituição. Atualmente, o Professor Antonio Martins é a maior autoridade brasileira na obra de Arthur Azevedo. Membro da ABF (Academia Brasileira de Filologia) e da AML (Academia Maranhense de Letras), é ainda Professor do Instituto de Língua Portuguesa, do Liceu Literário Português. Entre suas principais obras é possível mencionar: *Arthur Azevedo – a palavra e o riso*, *Noel Rosa – língua e estilo* (em parceria com Castelar de Carvalho) e *A herança de João de Barros e outros estudos*. Pronto para o prelo, *O peito do pelicano – ensaios maranhenses* e, em fase de conclusão, *Unidade e variedade da língua portuguesa*.

¹⁹ Esta seção de “entrevistas” está sendo inaugurada neste número e os próximos entrevistados deverão ser, caso não haja alguma dificuldade especial, os professores João Bortolanza, Bruno Bassetto e Evanildo Bechara, e estará sempre a cargo do Vice-Diretor de Publicações do CIFEFIL.

²⁰ *Vito Manzollilo* é professor universitário, recém-doutor pela UFRJ, e Vice-Diretor de Publicações do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, do qual já foi Vice-Diretor-Presidente e Diretor de Publicações.

Vito Manzolillo – A que projetos o senhor se dedica atualmente?

Antonio Martins de Araujo – A curto prazo, são dois estudos. O primeiro é sobre o falar costeiro de Porto Rico e Catiaua (pescadores e lavradores do noroeste maranhense maiores de 70 anos e analfabetos). Esse trabalho vai ser publicado no jornal *O Imparcial*, de São Luís, agora em novembro. O outro é a fala dos pescadores e lavradores de Cedral, Mirinzal e arredores, a sair no jornal *O Estado do Maranhão* também em novembro. A médio prazo, a conclusão do livro *Unidade e variedade da língua portuguesa*. A longo prazo, a ministração de um curso sobre a obra de Antônio Vieira na Casa de Cultura Josué Montello em São Luís em agosto de 2005 e o lançamento, lá, do livro *O peito do pelicano*, análise literária de um ângulo das obras de escritores maranhenses falecidos (Arthur Azevedo, Graça Aranha, Lago Burnett) e vivos (Lino Moreira, Sônia Almeida etc.).

VM – Na sua opinião, que autores e obras não podem faltar na biblioteca dos estudantes de Letras?

AMA – Na área de Lexicografia, os trabalhos de Dieter Mesner (Universidade de Salzburgo, na Áustria) *Dicionário dos dicionários portugueses*, cerca de 50 volumes previstos, dos quais 22 já editados; o *Kwic index*, do professor Toru Maruyama, listagem alfabética de todos os vocábulos de obras de gramáticos como Fernão de Oliveira, João de Barros, Pero de Magalhães de Gândavo e Bento Pereira (os dois últimos a sair). Outra obra de fundamental importância é o dicionário de Antônio Houaiss, hoje dirigido por Mauro de Salles Villar. Como bibliografia passiva, *As origens da gramatografia e da lexicografia latino-portuguesa*, de Telmo Verdelho. Outros volumes indispensáveis são *As ideias ortográficas em Portugal (1734-1911)*, de Maria Filomena Gonçalves, e *Para uma gramatologia portuguesa*, de Carlos da Costa Assunção. Quanto às gramáticas atuais, Celso Cunha, Evanildo Bechara e Rocha Lima. Das mais antigas, Mário Pereira de Souza Lima, Eduardo Carlos Pereira, Francisco Sotero dos Reis e Augusto Freire da Silva.

VM – E com relação especificamente aos dicionários etimológicos?

AMA – O mais atualizado é o de A. G. Cunha, enquanto o mais completo é o *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, de Corominas e Pascual, em 6 volumes.

VM – Em 2004, a comunidade científica nacional celebrou o centenário de nascimento de Joaquim Mattoso Câmara Jr. Como o senhor avalia o papel desempenhado pelo autor na difusão dos estudos lingüísticos no Brasil?

AMA – As homenagens recebidas por Joaquim Mattoso Câmara Jr. no corrente ano, em que se celebrou seu centenário de nascimento, são um atestado do reconhecimento da comunidade científica brasileira a seu papel de reformulador e atualizador dos estudos lingüísticos entre nós. Depois dele, os estudos lingüísticos ganharam mais cientificidade e objetividade.

VM – Nos últimos anos, temos percebido um certo esvaziamento da Filologia em nossas universidades. A que o senhor atribui esse fato?

AMA – À valorização do *hic et nunc* (aqui e agora) em detrimento dos alicerces e da estrutura do edifício lingüístico. Não se aprofundam as razões das mudanças, é uma espécie de tentativa de assassinato da história, como se fosse possível assassinar a história. Além do que, já não se fazem edições críticas como antigamente.

VM – De alguns anos a esta parte, um tema tem mobilizado a comunidade científica brasileira da área de Letras: a questão dos estrangeirismos. Isso ocorreu especialmente em função do projeto de lei proposto por Aldo Rebelo em 1999. Na sua opinião, um projeto dessa natureza é eficaz?

AMA – Ele é tão inconseqüente quanto fechar os portos às demais nações, que foram reabertos em 1808 pelo Regente Dom João, a instâncias do Visconde de Cairu. Enquanto no século XIX era impossível conter a influência francesa nos usos e nos costumes (inclusive lingüísticos), hoje se dá o mesmo com o inglês por causa da grande força que os EUA impõem ao resto do mundo. Hoje o inglês está para nós como o latim estava para a época clássica, principalmente no ocidente.

VM – No que respeita ao ensino do português nos níveis fundamental e médio, que comentários poderia fazer?

AMA – Sem comentários. O estado lastimável em que este se encontra está na razão direta do desprezo que os últimos governos têm votado ao setor da cultura e da educação. O Japão é o que é, pelo respeito que os seus governos dão ao ensino.

VM – Para finalizar, o que o senhor achou da iniciativa do CiFEFiL de passar a incluir entrevistas na revista *Philologus*?

AMA – É interessante ouvir várias vozes sobre os temas da revista, porque cada um dos entrevistados tem a sua própria visão do mundo. Podemos concordar ou discordar delas, mas elas são o que são.

**ANÁLISE CRÍTICA DOS ESTUDOS MORFOLÓGICOS
ENCONTRADOS NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS**

José Pereira da Silva (UERJ)

LOPES, Carlos Alberto Gonçalves. *Lições de morfologia da língua portuguesa*. Jacobina: Tipó-Carimbos, 2003, 190 p.

(Contatos pelo telefone (74) 621-3777)

Carlos Alberto Gonçalves Lopes é Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia, Sócio Correspondente da Academia Brasileira de Filologia e membro ativo do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. Graduado em Letras pela UERJ, fez cursos de pós-graduação *lato sensu* na UFBA, na UFPB e na FFCL de Vassouras, o mestrado na USP, onde apresentou a dissertação intitulada “A intensificação no português: o intensificador e sua expressão”, e o doutorado na UFBA, onde defendeu a tese “Processos de intensificação na norma urbana culta de Salvador”, trabalhos estes que continuam inéditos.

LIÇÕES DE MORFOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA é um trabalho resultante de suas atividades de pesquisa no projeto “Fundamentos de Morfologia da Língua Portuguesa” do *campus* IV da UNEB, que funciona na cidade de Jacobina, interior da Bahia.

Trata-se de uma obra didática não apenas útil para a docência e para os estudantes de Língua Portuguesa no ensino superior, incluindo-se aí principalmente os dos cursos de licenciatura em Letras, mas também para todos aqueles que desejarem se aprofundar no conhecimento e domínio da nossa língua. (Cf. **Nota Prévia**)

O Professor Carlos faz um recorte dos estudos morfossintáticos da língua portuguesa porque, de fato, ele limita o campo de suas observações ao âmbito vocabular, despreocupando-se, didaticamente, com a relação que os vocábulos têm uns com os outros, na medida do possível.

Segundo Gonçalves Lopes, a adoção da prática pedagógica que supõe ser viável o domínio da língua sem o estudo sistemático da sua gramática revela-se equivocada, principalmente se forem con-

siderados os divulgados em dezembro de 2001 de que entre os 265.000 estudantes de 32 países examinados pelo “Programa Internacional de Avaliação de Alunos”, os brasileiros chegaram em último lugar.

Na verdade o problema está “mais precisamente em não se saber ensinar gramática” – afirma.

No final de sua **Apresentação**, informa:

Este livro não objetiva ser um tratado de morfologia, e muito menos um manual de didática da língua portuguesa, mas um simples roteiro de estudo de morfologia estrutural aplicada à língua portuguesa destinado, dentre outros, aos iniciantes dos cursos de Letras, no qual se teve o cuidado de arrolar uma vasta bibliografia para servir de contribuição aos que desejarem realizar um aprofundamento posterior acerca dos diversos assuntos aqui abordados.

Seguindo, com alguns desvios, a mesma trilha percorrida por Joaquim Mattoso Câmara Jr., tentou-se oferecer um tratamento didático no modelo descritivo do insigne mestre, enriquecendo aqui e ali com a contribuição de diversos especialistas brasileiros e estrangeiros, completando lacunas e unificando o que existe por aí, disperso em várias obras e artigos de renomados estudiosos da matéria. Além disso, diante de alguns pontos controversos, teve-se o cuidado de posicionar-se, sugerindo alternativas mais coerentes e/ou convincentes.

O mérito desta obra não está, pois, em ser original, mas principalmente em ser acessível àqueles que desejam adquirir um conhecimento mínimo de um assunto tão complexo, controverso e hermético. Espera-se conseguir atingir tal propósito exatamente porque é fruto do labor incessante ao longo de alguns anos de pesquisa em que se tentou ser conciso, não prolixo; esclarecer, não confundir; simplificar, não complicar. (p. 16-17)

Nos dezoito capítulos abaixo-relacionados, além da “Nota Prévia”, da “Apresentação” e da “Bibliografia”, Carlos Alberto Gonçalves Lopes sintetiza suas reflexões sobre a morfologia da língua apresentando propostas viáveis para se tentar uma solução de partes controversas na tradição gramatical, principalmente na tradição da gramática pedagógica, que prima por excessiva simplificação da norma, que mal basta para deixar os estudantes “boiando” no mar de dúvidas levantadas nestes estudos:

1. **Pressupostos teóricos (com onze subcapítulos);**
2. **Estrutura e análise mórfica dos vocábulos (com oito subcapítulos e proposição de dezesseis “princípios básicos para a análise mórfica dos vocábulos”);**

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

3. Classificação dos morfemas (com quatro subcapítulos);
4. Prefixos e prefixóides;
5. Sufixos e sufixóides;
6. Processos de formação dos vocábulos (com onze subcapítulos);
7. Categoria de gênero (com oito subcapítulos);
8. Categoria de número (com nove subcapítulos);
9. Categoria de grau (com sete subcapítulos);
10. Categorias de pessoa, tempo e modo (com três subcapítulos);
11. Categoria de voz (com quatro subcapítulos);
12. Categoria de aspecto (com dois subcapítulos);
13. Padrão geral da conjugação verbal (com quatro subcapítulos);
14. Padrão especial da conjugação verbal (com sete subcapítulos);
15. Classes dos vocábulos formais (com quatro subcapítulos);
16. Categorias gramaticais do discurso (com cinco subcapítulos).

Em minha modesta opinião, o que mais valoriza o trabalho do jovem doutor Carlos e a forma despretensiosa com que apresenta propostas que se contrapõe aos estudos tradicionais da gramática normativa sem, em qualquer momento, agredir com as críticas ferinas que são comuns nesta modalidade de trabalhos.

Quando apresenta suas críticas, fá-lo como uma nova proposta para solucionar um problema mal resolvido por alguém, segundo seu ponto de vista e sua metodologia.

É tão seguro de si que reconhece não ser o dono da verdade absoluta nem a palmatória do mundo. Por isto, sugiro que seja lido com especial carinho o seu capítulo sobre a “Categoria de Gênero”.

EM TORNO DA NOÇÃO DE RADICAL

José Pereira da Silva (UERJ)

DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira. *Elementos para uma morfologia do português: em torno da noção de radical.* Fortaleza: UFC: 2001, 148 p.

(Contatos pelo e-mail paulomos@ufc.br)

Paulo Mosânio Teixeira Duarte é Professor titular da UFC, graduado em Letras na mesma universidade, onde fez o mestrado, com apresentação de dissertação sobre “Os aspectos sincrônicos e diacrônicos da derivação parassintética”. De seu doutorado, na UNESP, resultou a tese publicada sob o título de *A Formação de Palavras por Prefixo em Português*.

Este trabalho resulta de sua tese de concurso para Professor Titular da UFC, reelaborada com algumas simplificações para atingir um público mais amplo. Assim, “muitas modificações foram feitas de modo a tornar a forma definitiva de leitura mais acessível” (p. 13).

O primeiro capítulo, situando historicamente o assunto, trata da noção fundamental de palavra na tradição clássica greco-latina. Outro capítulo versa sobre os elementos formadores da palavra nas gramáticas de língua portuguesa.

No âmbito lingüístico, divide-se o assunto em três partes. Na primeira, estuda-se a pretensa relação da noção de radical com outras, a exemplo de *lexema* e *semantema*. Na segunda, trata-se de uma caracterização positiva do radical, em termos morfológicos e semânticos, relacionando-o às noções de base e de raiz. Na terceira, lida-se com a noção de tema e, secundariamente, com a noção de vogal temática. (**Orelhas**).

É importante registrar também esta síntese precisa do trabalho, que o autor nos oferece na forma de divulgação da obra:

A noção de radical é, em morfologia, a mais importante. É a partir dela que outras noções são trabalhadas, como a de afixo e a de tema. Por casa disto, decidimos dedicar este trabalho ao estudo sobre o radical, baseando-nos não apenas nas gramáticas tradicionais, desde a tradição clássica até as recentes gramáticas normativas da língua portuguesa, mas também nos manuais de lingüística. A partir daí, voltamo-nos para noções relacionadas, com a de base e a de raiz, e procuramos verificar em que medida o termo radical é sinônimo de *lexema* e *semantema*, como apregoam livros de divulgação. No último capítulo, discutimos a vogal temática, a fim de procurarmos justificar a existência do *tema*, quer no-

minal, quer verbal. Dada a amplitude do trabalho e o caráter básico do mesmo, ele se destina a estudiosos da área de Linguística e Língua Portuguesa, para embasar-lhes a reflexão teórica e a *práxis*. (4ª capa).

Como se verá, não se trata de um trabalho essencialmente voltado para questões clássicas em morfologia, como a controvérsia que envolve os conceitos de composição e derivação ou sobre os modelos em morfologia, mas de um aprofundamento crítico do conceito de radical a partir das gramáticas tradicionais, começando pelas gramáticas históricas e mostrando que nas primeiras gramáticas de língua portuguesa ainda não era possível teorizar sobre os elementos mórficos porque o alvo era a palavra e não se tinha noção de seus constituintes.

Com o estudo desenvolvido em cinco capítulos, além, naturalmente, da “Introdução”, da “Conclusão” e das “Referências Bibliográficas”, parece que Paulo Mosânio conseguiu

...aclarar questões atinentes à gramática do português, em especial à sua morfologia, [...fornecendo] subsídios teóricos [muito razoáveis sobre a] morfologia portuguesa, assunto no qual, freqüentemente, aparecem dúvidas, oriundas das divergências entre manuais de lingüística e de descrição gramatical (p. 15).

Eis, de forma sintética, uma amostragem significativa do sumário do trabalho:

Introdução

Das gramáticas clássicas às primeiras gramáticas de língua portuguesa: a palavra como fundamento (a- da Antigüidade Clássica ao Medievo: a palavra como pedra angular; b- O legado clássico e as primeiras gramáticas de língua portuguesa);

Das gramáticas historicistas às gramáticas pós-NGB: A fissão da palavra (a- Considerações introdutórias; b- Das gramáticas historicistas à obra-macro de Said Ali; c- O Anteprojeto da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) e a NGB; d- Os compêndios gramaticais pós-NGB; e- Conclusão);

A propósito de certas terminologias correntes (a- Considerações introdutórias; b- Das terminologias; c- Conclusão);

Do radical (a- Introdução; b- Os radicais e a questão do significado lexical x significado gramatical; c- Os radicais e a categorização; d- A questão dos radicais presos; e- Radical e noções afins; f- Dos radicais compostos e derivados de compostos; f- A questão dos prefixóides; g- Conclusão);

Do radical temático (a- Introdução; b- A vogal temática em obras de orientação estruturalista; c- Conclusão);

Conclusão

Referências Bibliográficas

Vale a pena registrar com o autor “que a morfologia, como qualquer outro nível de descrição lingüística, tem, em geral, bases precárias em nossa tradição gramatical devido a imprecisões conceituais”, o que motiva os pesquisadores sedentos de racionalização do conhecimento a empreitadas custosas e com saldo positivo aparentemente insignificante.

Na verdade, mesmo sem atingir uma proposta inquestionável, o próprio questionamento da maquiagem pedagógica que envolve a descrição lingüística das gramáticas normativas e das séries didáticas organizadas para a utilização direta nas salas de aula já constitui uma importante contribuição para a aproximação da verdade científica.

Parafraseando o Bechara, nas orelhas de sua *Gramática Escolar da Língua Portuguesa*, pode-se dizer que Paulo Mosânio não quer deixar os estudantes e profissionais de letras boiando à superfície do **mar de dúvidas**, sem sair do lugar. Ele nos ensina a dar braçadas e nos proporciona meios de ir mais além, de nadar, de avançar e de chegar ao destino, que é o conhecimento mais seguro possível da estrutura da língua e do racionalismo de sua exposição.

UM REGISTRO HISTÓRICO DO BRASIL EM LATIM

Amós Coêlho da Silva (UERJ – UGF)

MELO, José Rodrigues de. *De Cultura Herbae Nicotinae in Brasilia*. Tradução e apresentação de Silva Bêlkior. Rio de Janeiro: Gráfica Edil, 2004.

(Contato: Profa. Fernanda (21) 2543-7573)

Sob o patrocínio da Souza Cruz, o Prof. Bêlkior Cornélio da Silva, titular de Filologia Românica da UFRJ, traduziu a obra de José Rodrigues de Melo, *De Cultura Herbae Nicotinae in Brasilia, A Cultura do Fumo no Brasil*, em edição bilíngüe.

De Cultura Herbae Nicotinae in Brasilia foi escrito em Roma durante o exílio do Autor, sob a égide do pontificado de Clemente XIII, e publicado em 1781. Nascido em Portugal, cidade do Porto, em 1704, ordenou-se sacerdote jesuíta e veio a falecer talvez aos oitenta e um anos. O seu exílio se deve ao decreto que expulsou a Companhia de Jesus do Brasil, pelo Marquês de Pombal, em 1759.

O volume oitocentista contém também, além de *De Rusticis Brasiliae Rebus*, outros poemas de José Rodrigues de Melo que tratam da vida rural brasileira: *De Cura Boum in Brasiliae*, desenvolvendo o assunto da criação de bois, e *De Cultura Radicis Brasilicae. De Vsuo Vario Radicis Brasilicae*, cujo tema é o cultivo da mandioca. Há também o de Prudêncio do Amaral, baiano, também jesuíta (1675-1715), sobre a fabricação do açúcar, *De Sacchari Opificio*.

Inspirado pelo uso do rapé, em tom épico, relata em latim, este idioma que eterniza tudo: um poema *aere perennius*, mais perene que o bronze, como afirma na orelha da capa J. J. de Oliveira Freitas. Aí temos a origem do nome nicotina desde o seu patronímico francês Nicot e o seu berço baiano da altaneira Salvador, *ela que ergue a sua cabeça entre as outras colinas altaneiras...*, *Caput illa e collibus altis interea attolens* tradução minha, mas aproximada do Prof. Bêlquior)...

Em versos hexâmetros datílicos, o poeta descreve a escolha do local do plantio do fumo, tratamento adequado, a colheita, o armazenamento do fumo nas protetoras folhas da bananeira, em cuja

passagem aproveita para elucidar que o '*ficus brasílica*', popularmente conhecida como *bananeira*, (conforme tradução do meticoloso latinista Bêlquior) é uma árvore cheia de formosura, da qual o fruto é delicioso. Ainda sobre a *bananeira*, ressalta a sua econômica produção em um só cacho, que é abundante de frutos, num processo herdado da natureza de *vitam brevem*. Porém, antes de se despedir, eis que teve o cuidado de nos deixar em seu lugar algumas herdeiras, *Haeredes tamen illa suas moritura relinquit*. Note o escrúpulo do tradutor em procurar uma expressão que não se apresente como mais importante que o discurso poético vazado neste hexâmetro com o quinto pé, sintetizado nos termos *moritura relinquit (TURA RE)*, que está para morrer deixa – e isso se traduziu assim: *antes de se despedir, eis que teve o cuidado de nos deixar*. É claro que a extensão da tradução compete ao analitismo português.

Os versos seguintes tratarão da exportação do tabaco. Neste passo, ressalta o Poeta como fizera Vergílio, *As Bucólicas*, 24 e 25, afirmando que *Mas Roma ergue tanto a cabeça entre as outras cidades quanto costumam os ciprestes entre os viburnos dóceis, Verum haec tantum alias inter caput extulit urbes quantum lenta solent inter viburna cupressi*. É o verso a que nos referimos no quarto parágrafo acima. Nesta passagem, destaca ainda a riqueza conquistada pelos *magnatas da Cidade*, graças aos lucros no comércio do açúcar, (*nam neque tellus,/ Qua dulces veniant cannae felicius, ulla est*), pois nenhuma terra do mundo é mais generosa do que as da Bahia na produção de cana. A tradução literal seria: *pois nenhuma terra é mais generosa que esta onde brotam as doces canas*. Nesta oração subordinada adjetiva circunstancial consecutiva, quiseram o Poeta e o tradutor, dada a fidelidade de tradução, assinalar a importância do Recôncavo Baiano e da primeira capital do Brasil.

Porém, uma página triste de nossa História: a troca de rolos de fumo por escravos: *perpetuos labores*.

Conclui-se com versos finais a deliciosa experiência do rapé: desde a sua confecção ao seu uso saudável. A conciliação do seu uso com os preceitos de higiene. Os benefícios para o espírito e corpo. Depois o uso do cachimbo, bem com sua fabricação. Finalmente, o fecho com invocação do rio Tibre, *Tibri Pater*, que lhe há de conceder permissão para existência do seu poema. A elisão do e breve e supressão do s para sustentar a métrica do hexâmetro.